

Índice de Interferência da Indústria do Tabaco

BRASIL | 2025



Índice de Interferência da Indústria do Tabaco 2025

Data de finalização: Maio de 2025

Redação

ACT Promoção da Saúde

Anelize Moreira

Mariana Pinho

Observatório de Monitoramento das Estratégias da Indústria do Tabaco do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB)/Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Silvana Rubano Barretto Turci

Danielle Barata Silva

Alex Medeiros Kornalewski

Luis Guilherme Lemos Hasselmann

Apoio

Global Center for Good Governance in Tobacco Control

Mary Assunta

Yodhim Dela Rosa

Laura Salgado

Edição e revisão

Mariana Pinho, Anelize Moreira e Juliana Waetge

Diagramação

Ronieri Gomes

Financiamento

A produção deste relatório foi financiada pela Bloomberg Philanthropies.

Citação sugerida

ACT Promoção da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Global Center for Good Governance in Tobacco Control. Índice de Interferência da Indústria do Tabaco Brasil 2025. Rio de Janeiro: ACT Promoção da Saúde, 2025.

A versão completa do Índice de Interferência da Indústria do Tabaco pode ser acessada em actbr.org.br.

SUMÁRIO

Introdução	4
Produção de tabaco no Brasil	5
A indústria do tabaco e seus aliados no Brasil	7
Prevalência de tabagismo	8
Mortes causadas pelo tabagismo no Brasil	10
Índice da Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil	11
Alterações na pontuação desde a última versão do Índice	11
Resumo dos Achados	15
Recomendações	20
Resultados	23
Indicador 1 - Participação da indústria no desenvolvimento de políticas	23
Indicador 2 - Atividades de responsabilidade social corporativa da indústria	66
Indicador 3 - Benefícios para a indústria do tabaco	74
Indicador 4 - Interações desnecessárias	79
Indicador 5 - Transparência	90
Indicador 6 - Conflito de interesses	94
Indicador 7 - Medidas preventivas	97
Perguntas adicionais	100
Anexo: Fontes de Informação	101

INTRODUÇÃO

Reconhecido internacionalmente por sua trajetória de liderança no controle do tabagismo, o Brasil completa, em 2025, vinte anos desde a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Ao longo dessas duas décadas, o país acumulou importantes avanços na implementação das diretrizes da convenção, consolidando políticas públicas eficazes de prevenção e redução do consumo.

No entanto, apesar dos progressos, persistem desafios significativos para garantir que o Brasil siga honrando seu compromisso de proteger as gerações presentes e futuras contra os malefícios do tabaco. Esses desafios incluem não apenas os impactos sanitários, mas também os efeitos socioeconômicos e ambientais associados à cadeia produtiva e ao consumo de produtos fumígenos, que vêm sendo agravados pela introdução de novos dispositivos no mercado. Manter a vigilância e o fortalecimento das políticas de controle do tabaco é essencial para que o país avance em direção a uma agenda de saúde pública mais justa e sustentável.

O maior desafio, sem dúvida, continua sendo a interferência promovida pelas empresas de tabaco, que vêm modernizando antigas estratégias ao introduzir novos produtos no mercado global. O Índice de Interferência da Indústria do Tabaco tem se consolidado como uma referência essencial para o mapeamento e a divulgação dessas táticas. Além de documentar as ações da indústria, o relatório também representa uma importante oportunidade de qualificar e dar visibilidade ao trabalho de monitoramento realizado no Brasil — em especial pelas equipes da ACT Promoção da Saúde e do Observatório de Monitoramento das Estratégias da Indústria do Tabaco, vinculado ao Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB/ENSP/Fiocruz), responsáveis pela produção deste documento.

A retomada da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (Conicq), em 2023, marca um ponto de inflexão na reconstrução das políticas públicas de saúde no Brasil, após anos de desmonte institucional. Isso foi crucial não apenas para reverter os danos causados pela ausência, ainda que parcial, da comissão nos últimos anos, mas também para garantir a proteção das políticas de saúde frente à crescente pressão da indústria do tabaco, especialmente no contexto da regulação de novos produtos, como os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs). A reorganização da Conicq reforça o papel do Brasil como referência internacional no controle do tabaco e reabre espaço para a participação da sociedade civil, que havia sido afastada dos processos decisórios. Sua reativação é um passo decisivo para restabelecer a transparência, a intersetorialidade e o compromisso com os princípios da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste período de abril de 2023 até março 2025, a Política Nacional de Controle do Tabaco teve reforço significativo com a aprovação da Reforma Tributária, instituindo o imposto seletivo para produtos de tabaco. As alíquotas serão definidas em 2025. E em agosto de 2024, o governo federal aumentou o preço mínimo dos cigarros, após oito anos congelado. A atuação do Ministério da Saúde e da Fazenda em virtude da política fiscal aprovada foi objeto de premiação no Dia Mundial sem Tabaco de 2025. A participação social em audiências públicas no Congresso Nacional e com representantes do governo federal também foi muito importante para as discussões em torno da Reforma Tributária.

Além disso, a Anvisa manteve a proibição e ampliou para medidas mais restritivas sobre os DEFs. Assim, desde 2024 está proibida a fabricação, distribuição, armazenamento, comercialização, importação e propaganda de dispositivo eletrônico para fumar no Brasil. A agência também atualizou as advertências sanitárias, criando imagens exclusivas para pontos de venda, uma inovação para o Brasil.

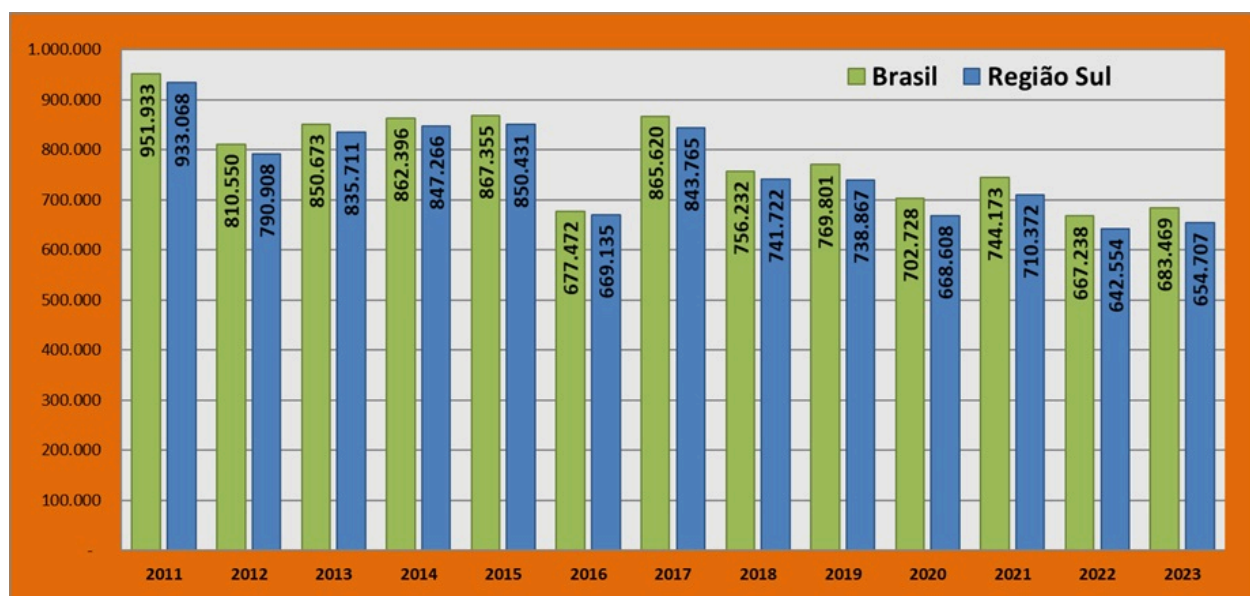
Apesar dos avanços já conquistados pela Política Nacional de Controle de Tabaco, ainda há desafios importantes. O percentual de fumantes, que se mantinha estável nos últimos anos, aumentou de acordo com dados preliminares lançados em maio de 2025. A ACT Promoção da Saúde preparou um Relatório da sociedade civil sobre a implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco no Brasil, que pode ser acessado no site.

Ao final da revisão deste relatório, a Conicq criou dois mecanismos de proteção das políticas públicas de controle do tabaco em alinhamento com o Artigo 5.3 do tratado, que podem contribuir significativamente para o fortalecimento do monitoramento e da transparência nas interações entre governo e indústria do tabaco: o protocolo de interação com a indústria e as orientações para a realização de debriefings durante a COP e a MOP. A implementação, assim como os avanços destes mecanismos serão detalhados na próxima edição deste relatório.

Produção de Tabaco no Brasil

O Brasil segue em destaque no cenário internacional como o terceiro maior produtor de tabaco, atrás apenas da China e da Índia e se mantém como o maior exportador global do produto. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 95% da produção nacional está concentrada na região Sul (Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e outros 5% estão localizados na região Nordeste, principalmente voltados à produção de charutos.

Gráfico I - Produção fumo em folha/toneladas - Brasil 2011 a 2023

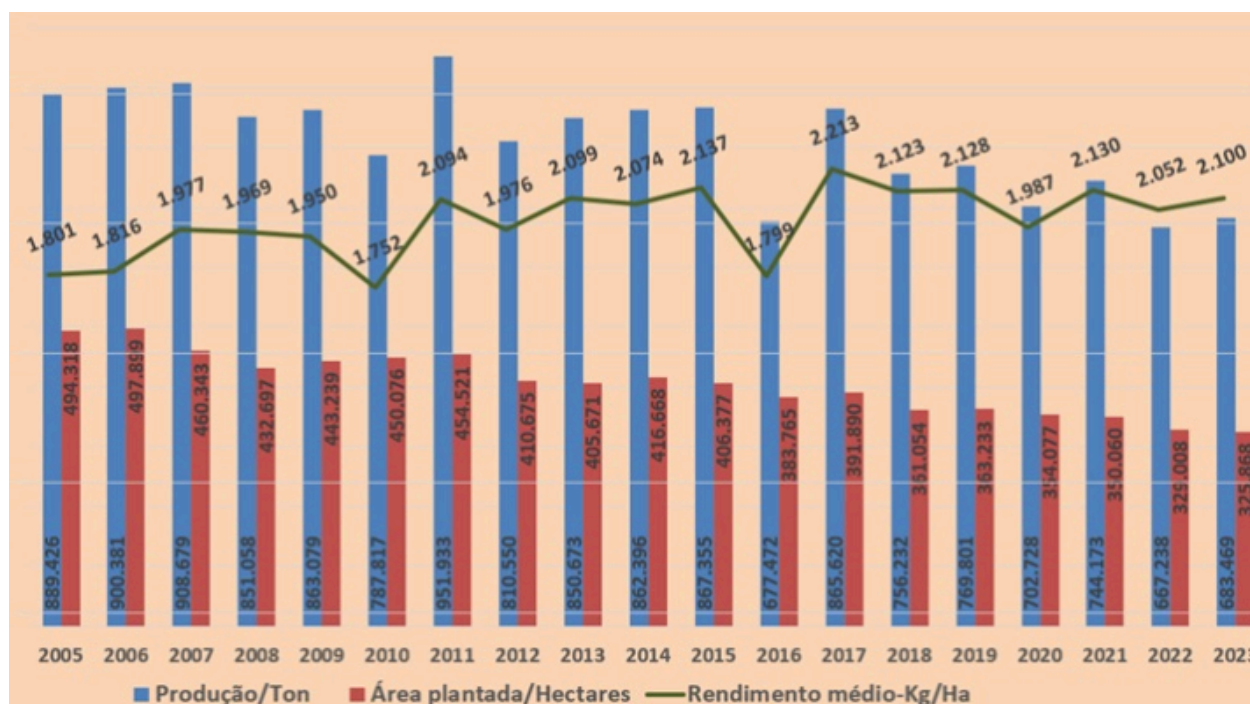


Fonte: Elaborado pela SE-Conicq/Inca com base nos dados do IBGE/SIDRA 2023

Entre 1990 e 2010, a produção de fumo no Brasil registrou um aumento expressivo de 77%. No entanto, entre 2011 e 2023, esse crescimento foi seguido por uma tendência de retração: a área plantada diminuiu 28%, acompanhando a queda na produção. Essa mudança de cenário pode estar relacionada a uma combinação de fatores, como políticas públicas de controle do tabaco, campanhas de conscientização sobre os riscos à saúde e transformações no mercado internacional.



Gráfico 2 - Produção em toneladas X Hectares plantados X Rendimento médio da produção de fumo em folha- Brasil 2011 a 2023



Rendimento área plantada e produção. Fonte: Elaborado pela SE-Conicq/Inca com base nos dados do IBGE/SIDRA 2023

De acordo com informações divulgadas pela própria indústria no Anuário Brasileiro do Tabaco de 2024¹, lançado em março de 2025, e produzido anualmente pela Editora Gazeta, com o apoio do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), o excesso de chuvas na região sul prejudicou a produtividade nos três estados. A produção por hectare caiu 22,7% em relação ao ciclo anterior. Como consequência, o total colhido foi menor e a

¹ EDITORA GAZETA. Anuário Brasileiro do Tabaco 2024. Santa Cruz do Sul, 2025. Disponível em: <https://www.sinditabaco.com.br/imprensa/publicacoes>. Acesso em 23 maio 2025.

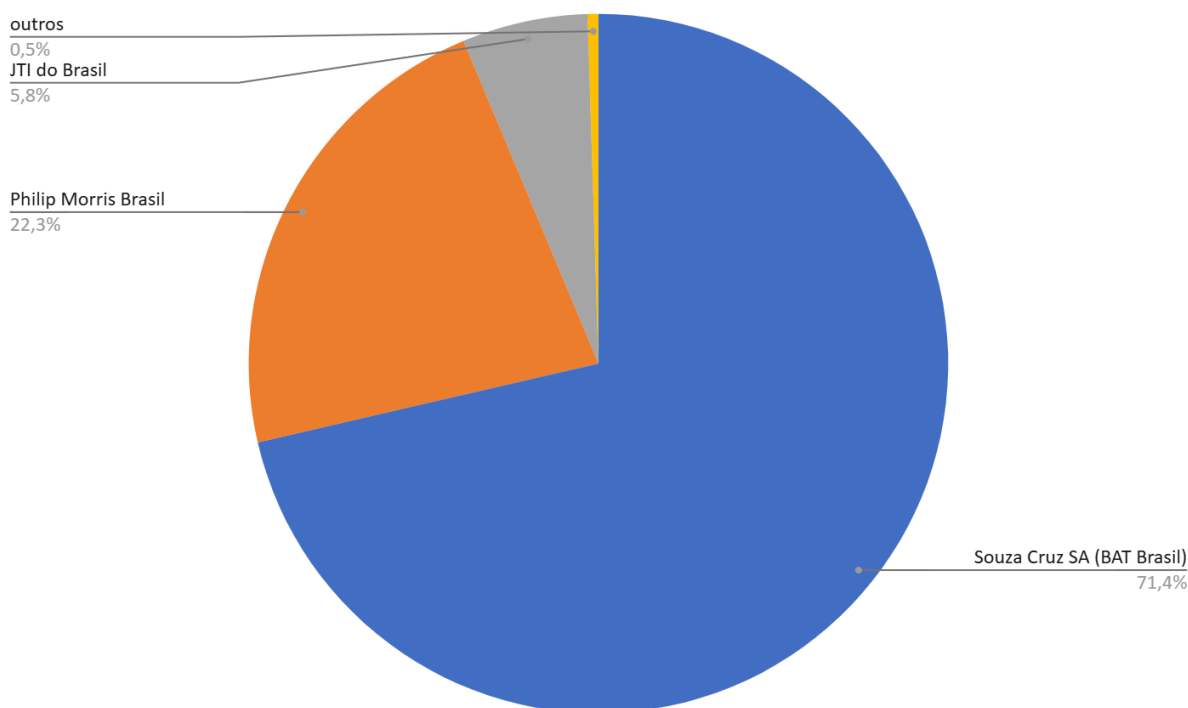
produção nacional recuou 16,1%. O relatório reúne informações das safras 2023/24 e 2024/25.

Segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), a fumicultura brasileira envolve cerca de 138 mil famílias produtoras em 509 municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Embora mantenham alguma diversificação produtiva, essas famílias obtiveram 56,3% de sua renda, na safra 2023/24, exclusivamente do cultivo de tabaco, em áreas médias de menos de três hectares por produtor.

Três principais empresas de tabaco operam no Brasil, a British American Tobacco Brasil (BAT Brasil, antiga Souza Cruz), a Philip Morris Brasil (PMB) e a Japan Tobacco International (JTI).

Os dados sobre a distribuição do mercado são de 2023 e compõem o Gráfico 2:

Gráfico 3 - Mercado de tabaco no Brasil, 2023



Fonte: Euromonitor, 2024

A indústria do tabaco e seus aliados no Brasil

A indústria do tabaco conta com apoio de associações, organizações afiliadas, grupos de fachada e indivíduos - incluindo alguns membros do governo em nível municipal, estadual e federal que trabalham em prol dos interesses comerciais das fumageiras. Os principais grupos e organizações mencionados nesta edição do Índice estão listados abaixo:

- Sindicato Interestadual das Indústrias de Tabaco (SindiTabaco): reúne 14 empresas que fabricam, processam e exportam produtos de tabaco, incluindo a BAT Brasil, a Philip Morris Brasil e a JTI.

- Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo): associação que reúne empresas que atuam em diversas etapas da cadeia produtiva do tabaco.
- Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra): associação que representa os produtores de tabaco, porém os posicionamentos da Afubra estão alinhados com os das empresas de tabaco. Acadêmicos classificam-na como uma entidade ligada ao SindiTabaco.
- Confederação Nacional da Indústria (CNI): associação de federações industriais que se posicionou contra propostas e medidas para o controle do tabaco.
- Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP): grupo financiado pela Philip Morris Brasil e pela BAT Brasil.
- Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO): instituto parceiro do FNCP e também financiado pela BAT Brasil.
- Associação de Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco): associação que reúne prefeitos dos municípios produtores na defesa da fumicultura.
- Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo (Sindifumo-SP) e do estado do Rio de Janeiro (Sindifumo-RJ): sindicatos que representam os interesses das empresas.
- Diretório de Informações para Redução dos Danos do Tabagismo (Direta): organização não governamental que divulga informações sobre redução de danos e defende a liberação dos DEFs.
- Tobacco Harm Reduction Brasil (THR Brasil): organização que defende a liberação dos DEFs.

Prevalência de Tabagismo

No Brasil, pesquisas regionais e nacionais coletam dados sobre tabagismo e outras informações de saúde em diferentes períodos e grupos populacionais. A mais abrangente delas é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), que inclui todo o território nacional, realizada duas vezes, em 2013 e 2019. Por isso, outras pesquisas também foram consideradas para avaliar a prevalência atual de tabagismo no país, conforme a lista abaixo:

- **PNS** - Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2013 e 2019;
- **Vigitel** - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, realizada todos os anos entre 2006 e 2023 nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal com adultos (população maior de 18 anos) que moram em um endereço com linha telefônica;
- **Covitel** - estudo transversal de abrangência nacional realizado por telefone em 2023 com população adulta com 18 anos ou mais;
- **PeNSE** - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, focada em estudantes de 13 a 17 anos de escolas públicas e privadas das 26 capitais brasileiras e Distrito Federal.

Outras pesquisas são nomeadas conforme aparecem no texto.

A Tabela I mostra a evolução da prevalência do tabagismo no Brasil de acordo com pesquisas populacionais.

Tabela 1. Porcentagem de fumantes na população com 18 anos ou mais (pesquisas populacionais)

Pesquisa	Ano	Total	Masculino	Feminino
Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição	1989	34,8	43,3	27,0
Pesquisa Mundial de Saúde	2003	22,4	27,1	18,4
Pesquisa Especial sobre Tabagismo	2008	18,2	22,9	13,9
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde	2013	14,7	18,9	11,0
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde	2019	12,6	15,9	9,6

Tabela 2. Prevalência de tabagismo na população adulta com 18 anos ou mais (COVITEL)

Ano	Total	Masculino	Feminino
2022	12,2	14,5	9,9
2023	11,8	15,2	8,7

Tabela 3. Percentual de fumantes na população com 18 anos ou mais nas capitais brasileiras e no Distrito Federal (Vigitel).

Ano	Total	Masculino	Feminino
2006	15,7	19,5	12,4
2007	15,6	19,5	12,3
2008	14,8	18,0	12,0
2009	14,3	17,5	11,5
2010	14,1	16,8	11,7
2011	13,4	16,5	10,7
2012	12,1	15,5	9,2
2013	11,3	14,4	8,6
2014	10,8	12,8	9,0
2015	10,4	12,8	8,3
2016	10,2	12,7	8,0
2017	10,1	13,2	7,5
2018	9,3	12,1	6,9
2019	9,8	12,3	7,7
2020	9,5	11,7	7,6
2021	9,1	11,8	6,7
2023	9,3	11,7	7,2

Dados sobre a prevalência de tabagismo em adolescentes são mais escassos. As duas edições mais recentes da PeNSE, realizada em 2015 e 2019, obtiveram os seguintes resultados para estudantes com idade entre 13 e 17 anos (**Tabela 4**):

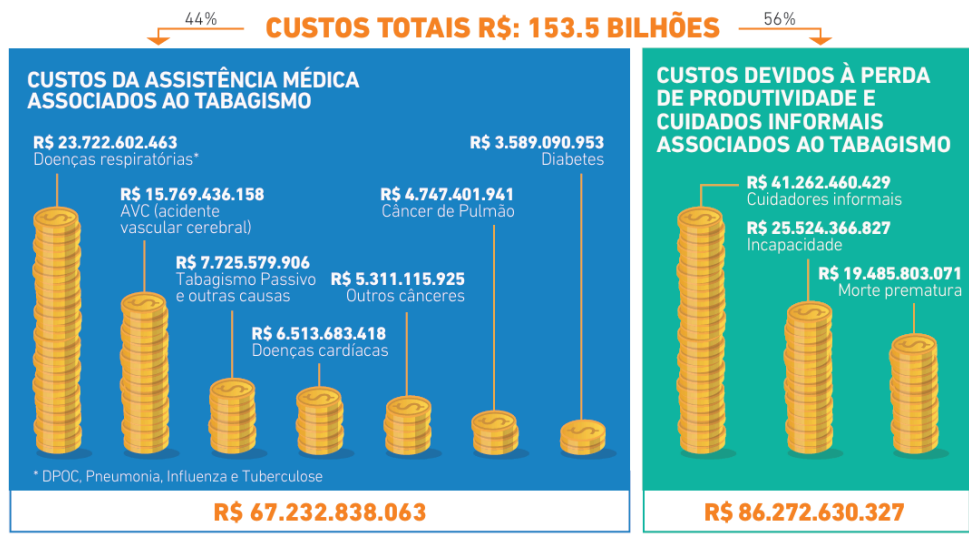
Tabela 4. Porcentagem de fumantes na população de estudantes com idade entre 13 e 17 anos (PeNSE)

Ano	Total	Masculino	Feminino
2015	6,6	7,1	6,0
2019	6,8	7,1	6,5

Mortes causadas pelo tabagismo no Brasil

De acordo com os dados recentes do Ministério da Saúde em parceria com o Instituto de Efetividade Clínica e Sanitária de 2024², no Brasil, 477 pessoas morrem a cada dia por causa do tabagismo. O custo com despesas de saúde, cuidados informais e perda de produtividade relacionados ao tabagismo é de 153,5 bilhões de reais a cada ano.

Gráfico 4 - Custos diretos e indiretos do tabagismo



Fonte: IECS,2024

² PINTO, M.; BARDACH, A.; COSTA, M. G. D.; SIMÕES E SENNA, K. M.; BARROS, L. B.; MORAES, A. C. D.; CAIROLI, F. R.; AUGUSTOVSKI, F.; ALCARAZ, A.; PALACIOS, A.; CASARINI, A.; PICHON-RIVIERE, A. Carga da doença e econômica atribuível ao tabagismo no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos. Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, Buenos Aires, maio 2024. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/o-tabagismo-no-brasil>. Acesso em 23 maio 2025.

ÍNDICE DA INTERFERÊNCIA DA INDÚSTRIA DO TABACO NO BRASIL 2025

Este relatório foi produzido a partir de um questionário elaborado pela Southeast Asia Tobacco Control Alliance, que contém 20 questões baseadas nas diretrizes do Artigo 5.3 da CQCT. As informações e dados usados são de domínio público e um sistema de pontuação é aplicado para avaliar os achados. As pontuações vão até 5, sendo que 5 indica um alto nível de interferência da indústria e 1 indica que há pouca ou nenhuma interferência. Assim, quanto menor a pontuação, melhor para o país. Uma pontuação de 0 indica que não foram encontradas evidências ou que a questão não se aplica. Quando várias evidências são encontradas para uma mesma questão, a pontuação final é calculada a partir de uma média. Este relatório inclui informações sobre incidências ocorridas entre abril de 2023 e março de 2025, mas ocorrências anteriores podem ter sido consideradas caso ainda tenham relevância.

A primeira edição do Índice Global em 2019 contou com 33 países, a segunda (2020), 57, a terceira (2021), 80 e a quarta (2023), com 90 países em todas as regiões do planeta. Nesta edição participaram 100 países.

A ACT Promoção da Saúde contribui com a elaboração do Índice desde a sua primeira edição e nesta quinta, pôde contar mais uma vez com a colaboração do CETAB/ENSP/Fiocruz, que administra o Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco.

Alterações na pontuação desde a última versão do Índice

Em relação à edição de 2023, o Índice de Interferência da Indústria do Tabaco 2025 mostra um aumento significativo no número de incidências de interferência atribuídas ao setor produtivo e seus aliados. A coleta de dados mais ampla permitiu identificar articulações mais sofisticadas e coordenadas, especialmente em torno de temas como a regulação dos DEFs, a Reforma Tributária e a definição do preço mínimo para o cigarro.

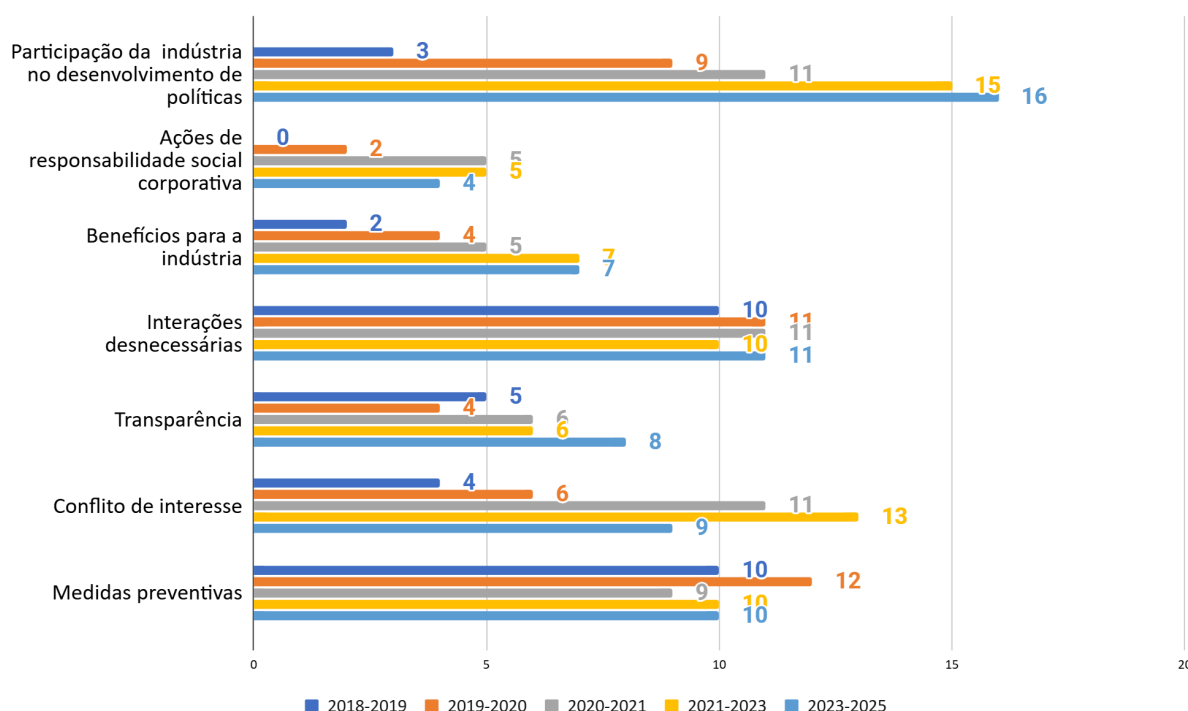
Apesar de avanços institucionais importantes como a reativação da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (Conicq) e o posicionamento firme do Brasil em fóruns internacionais, incluindo a COPI0, as estratégias da indústria tornaram-se mais incisivas.

O setor empresarial intensificou seu lobby junto aos poderes Legislativo e Executivo, conseguiu manter a judicialização prolongada para travar normas sanitárias (como no caso dos aditivos de sabor, em disputa há mais de uma década no Supremo Tribunal Federal (STF) e ampliou ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), muitas delas de alta visibilidade. Um exemplo emblemático foi a presença da indústria nas ações de apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul (RS), estado que concentra a maior parte da produção de tabaco no país.

Esses fatores mantiveram elevadas as pontuações nos indicadores de participação em políticas públicas, obtenção de benefícios e falta de transparência — este último com piora em relação ao ciclo anterior. A pontuação do Brasil saltou de 34 (registrada na primeira edição do Índice de 2019) para 65. E em comparação com o valor anterior para 2023, houve uma diminuição de 1 ponto. O Gráfico 4 mostra a evolução das pontuações dos indicadores

do país desde a primeira versão do Índice. O gráfico revela que, embora o indicador de conflito de interesses tenha apresentado leve melhora, o indicador de interferência em políticas públicas aumentou e o de transparência diminuiu.

Gráfico 5 - Indicadores do Brasil ao longo das edições do Índice



Indicadores do Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil, 2018-2019 a 2023-2025.
Fonte: Elaborado por ACT Promoção da Saúde

No Indicador 1 – Participação da indústria no desenvolvimento de políticas. A pontuação do Brasil subiu de 15 para 16 pontos em relação à edição anterior, refletindo a continuidade das estratégias da indústria fumageira para influenciar decisões políticas. Esse aumento se deve, principalmente, ao volume expressivo de incidências observadas nos debates sobre a regulação dos DEFs e ao longo da tramitação da Reforma Tributária. Foram registrados episódios de lobby no Legislativo, incluindo a apresentação de projeto de lei para liberação dos DEFs, visitas a gabinetes e participação em audiências públicas. No Executivo, houve reuniões entre representantes da indústria do tabaco e membros do governo federal, além de tentativas de interferência nas decisões do Brasil relacionadas à COP10.

O Indicador 2 - Atividades de Responsabilidade Social Corporativa da Indústria teve uma queda na pontuação de 5 para 4. As ações de responsabilidade social corporativa da indústria do tabaco no Brasil incluindo parcerias com órgãos públicos, universidades e eventos sociais continua sendo uma estratégia bastante utilizada para promover uma imagem de responsabilidade social e ambiental e desviar a atenção dos impactos negativos da fumicultura sobre a saúde, o meio ambiente e os direitos humanos.

A pontuação do indicador 3 - Benefícios para a indústria do tabaco se manteve com 7 pontos, o mesmo que no Índice anterior. As atividades da indústria do tabaco

descritas como socialmente responsáveis não são proibidas no país. Assim, empresas do setor seguem investindo em projetos culturais por meio de leis de incentivo, direcionando parte do imposto de renda devido para essas ações como forma de promoção institucional e indireta de seus produtos e, paralelamente, buscam tratamentos tributários diferenciados no Congresso Nacional e no Executivo. Além disso, as corporações têm utilizado o sistema judiciário para obstruir avanços regulatórios — como no caso da proibição de aditivos de aromas e sabores em produtos de tabaco que estão há mais de uma década no judiciário.

O Indicador 4 - As interações desnecessárias subiram de 10 para 11 pontos. A questão 9 evidencia a atuação estratégica da indústria do tabaco por meio de parcerias institucionais e aproximação com órgãos públicos. Um exemplo é a parceria entre a Philip Morris Brasil e a USP, que resultou em estudo sobre o mercado ilegal de DEFs amplamente divulgado com argumentos favoráveis à indústria. Também se registrou a possibilidade de visita da Anvisa a uma unidade da BAT no exterior, que acabou sendo suspensa após mobilização da sociedade civil. A questão aponta ainda conflitos de interesse envolvendo empresas de comunicação que atuam tanto para o governo quanto para a indústria. Nos estados do Sul, a indústria mantém uma rede de aliados políticos — incluindo governadores e parlamentares — que defendem publicamente seus interesses e tentado interferir nas decisões nacionais e internacionais sobre o controle do tabaco.

O Indicador 5 de Transparência teve uma piora de 6 para 8 pontos. Esse indicador permanece como um dos mais críticos no Índice. Apesar de avanços, como a reestruturação da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro, ainda falta implementação efetiva de medidas que garantam visibilidade e responsabilização sobre as interações entre agentes públicos e representantes do setor produtivo de produtos fumígenos.

Entre os elementos que mais pesam negativamente na avaliação estão a pauta dessas interações institucionais que não são devidamente registradas em agendas públicas, dificultando o monitoramento por parte da sociedade civil e órgãos de controle. Essa ausência de rastreabilidade permite que pressões diretas sobre a formulação de políticas públicas — especialmente em temas como a regulação dos DEFs e Reforma Tributária..

Em resumo, a pontuação elevada do Brasil no indicador de transparência reflete não apenas a intensidade das estratégias da indústria, mas, sobretudo, a falta de barreiras eficazes para limitá-las. Sem mecanismos que assegurem o cumprimento da transparência ativa — como atas públicas, regras para patrocínios e ações preventivas de conflito de interesse —, e também o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), o país segue vulnerável à captura regulatória, em desacordo com os compromissos assumidos na CQCT.

Já o Indicador 6 – Conflito de Interesses registrou 9 pontos, uma queda de 4 pontos em relação ao índice anterior. No entanto, essa redução não representa necessariamente uma melhora, uma vez que se trata de um dos indicadores com menor número de registros e rastreamento dessas práticas devido aos mecanismos restritos de transparência. Podemos supor, porém, que esse recuo se deve à legislação que, há dez anos, proíbe doações eleitorais por empresas. Apesar disso, a influência política do setor persiste por outras vias, como estratégia da porta giratória e a atuação indireta por meio de

entidades associadas ou consultorias e de prefeituras da região sul que têm forte influência do setor fumageiro. Isso demonstra que, embora o financiamento direto tenha sido cerceado, o poder de lobby persiste em formatos mais sutis e difíceis de rastrear.

Por fim, o indicador 7 da Medidas Preventivas se manteve com 10 pontos. Apesar da Conicq ter sido restabelecida e isso ter sido um fator positivo para o Brasil, ainda há lacunas importantes na aplicação de medidas específicas para limitar a influência da indústria do tabaco sobre o setor público. Apesar de existirem normas gerais de ética e transparência, essas regras não mencionam explicitamente a indústria do tabaco, o que compromete a eficácia de implementação do Artigo 5.3 da Convenção-Quadro. A ausência de um plano institucionalizado de sensibilização dos órgãos públicos sobre os riscos da interferência da indústria e a falta de proibição clara por parte desse setor reforçam a fragilidade das medidas. Embora algumas iniciativas estejam em andamento, como o protocolo proposto pela Conicq, a sua implementação ainda não ocorreu, o que compromete a avaliação positiva do indicador.

O Brasil tem uma robusta capacidade de monitoramento das ações da indústria e de grupos que defendem interesses comerciais de produtos fumígenos, incluindo cigarros eletrônicos e tabaco aquecido, o que colabora para justificar a alta pontuação no Índice. Contudo, é importante ressaltar que muitas dessas tentativas de interferência não resultaram, até o momento, em mudanças concretas na legislação federal.

Com o surgimento de novos produtos e estratégias de mercado, é fundamental que o Brasil siga fortalecendo suas instituições, ampliando a transparência, aprimorando a regulamentação e investindo em comunicação estratégica para combater a desinformação.

RESUMO DOS ACHADOS

I - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS - 16 PONTOS

As empresas de tabaco atuaram em múltiplas frentes com o objetivo de interferir nas políticas públicas de controle do tabagismo, especialmente no que diz respeito aos DEFs, apresentação de projetos de lei de interesse do setor, à proposta de imposto seletivo na Reforma Tributária, à política de Preço Mínimo, à regulação de embalagens de cigarros e às negociações da COPI0.

A reação das empresas foi maior para tentar retroceder políticas públicas de promoção de saúde. A revisão da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 46/2009 da Anvisa, que propõe manter a proibição dos DEFs no Brasil, foi um dos principais alvos da indústria. As empresas intensificaram suas estratégias para influenciar o processo regulatório, defendendo a liberação dos dispositivos. Na mídia, disseminaram argumentos favoráveis à regulação dos DEFs como suposta estratégia de redução de danos, utilizando pesquisas com conflitos de interesse e com publicações patrocinadas em veículos de grande alcance. No Congresso, articulou-se a apresentação de projeto de lei que propõe a liberação desses produtos. No Executivo, houve forte pressão: reuniões entre ministérios e representantes da indústria levaram a Receita Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, a defender junto à Anvisa a liberação dos cigarros eletrônicos, repetindo argumentos semelhantes aos da indústria.

No contexto da Reforma Tributária, a interferência se deu por meio de reuniões com representantes do Executivo e ações articuladas no Legislativo, acompanhadas por coberturas favoráveis em veículos aliados. Entre 2023 e 2024, representantes da Secretária Especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda receberam representantes de associações e empresas do setor, tema cujo teor da reunião foi registrado no sistema e-Agendas apenas de forma genérica, contrariando princípios de transparência.

O valor do cigarro aumentou para R\$6,50 por maço a partir de 1º de setembro de 2024. O aumento do preço mínimo dos cigarros ocorreu após oito anos sem reajuste do governo, o que forçou as principais corporações de tabaco, como JTI, PMB e BAT Brasil, a aumentarem o custo de 85 produtos em todo o país, que eram vendidos pelo preço mínimo de R\$ 5,00. Mesmo com aumento, o valor ficou abaixo da inflação e do aumento de renda da população no período.

A indústria obteve êxito num dos elementos do processo de revisão das advertências nas embalagens. A Anvisa realizou uma audiência pública e empresas como PMB, BAT Brasil e JTI argumentaram contra o uso do pictograma de caveira, símbolo internacional de toxicidade, proposto pela agência. As empresas alegaram que a imagem poderia confundir os consumidores, minimizando os impactos reais do produto. Como resultado, a Anvisa acatou os argumentos da indústria e substituiu a caveira por um símbolo de exclamação.

No Senado e na Câmara Federal, a indústria participou de audiências públicas levando argumentos em defesa dos DEFs. Parlamentares aliados da cadeia produtiva, apresentaram propostas, o PL 5.008/2023 da senadora Soraya Thronicke e o PL 4509/2024 do deputado federal Ricardo Maia. Ambos contrariam a resolução da Anvisa.

Antecedendo à COP10, representantes do setor e da indústria foram recebidos por ministros para pressionarem o Ministério da Saúde em relação ao posicionamento do Brasil referente aos DEFs na COP e ocorreram interações desnecessárias com representantes do governo brasileiro durante a conferência.

Segundo levantamento da ACT Promoção da Saúde, entre 2023 e 2024, foram identificadas pelo menos 27 reuniões entre representantes do Executivo federal e a indústria do tabaco. Esse grau de abertura a interlocuções com um setor cujo interesse econômico entra em conflito direto com as metas de saúde pública revela fragilidades no cumprimento do Artigo 5.3 da CQCT da OMS.

2 - ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) DA INDÚSTRIA - 4 PONTOS

As iniciativas de RSC da indústria do tabaco no Brasil têm sido utilizadas para construir uma narrativa de compromisso ambiental e social, em parceria com o setor público e universidades.

A Philip Morris Brasil, Japan Tobacco International, BAT Brasil e China Brasil Tabacos intensificaram suas ações de RSC, com foco em questões ambientais, sociais e educacionais. PMB tem financiado projetos como o Floresta Viva, em parcerias com órgãos públicos como o BNDES e universidades. A JTI também tem atuado em iniciativas similares, como o Conexão Araucária. Já a BAT Brasil tem ampliado o *ESG Farms*, envolvendo propriedades rurais, ao passo que empresas do setor publicam relatórios de sustentabilidade em português para consolidar sua imagem de responsabilidade socioambiental.

Eventos como a Parada LGBTQIA+ têm sido patrocinados pela Philip Morris sob o argumento de apoiar a diversidade e a inclusão, enquanto entidades como o Instituto Crescer Legal e o programa Arise, da JTI, afirmam atuar na prevenção ao trabalho infantil no campo. Essas ações, apesar de apresentadas como compromissos sociais, servem também como estratégias para desviar o foco dos impactos negativos da fumicultura sobre a saúde pública, o meio ambiente e os direitos humanos.

Durante a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, essas empresas intensificaram sua visibilidade com ações de solidariedade. PMB, JTI e BAT Brasil realizaram doações financeiras, distribuíram materiais escolares e alimentos, mobilizaram voluntários e criaram campanhas de arrecadação em parceria com plataformas sociais. Durante uma situação de tragédia social, é esperado o engajamento de todos os setores da sociedade, inclusive do setor privado. A depender do escopo da ação e da forma como é disseminada, pode favorecer a imagem pública de benfeitoria, incompatível com a prática da indústria do tabaco, e vir a influenciar políticas públicas.

3 - BENEFÍCIOS PARA A INDÚSTRIA DO TABACO - 7 PONTOS

A indústria do tabaco tem conseguido postergar a implementação de regulações sanitárias por meio de estratégias jurídicas e políticas. Um exemplo notório é a não efetivação, mesmo após 13 anos, da norma da Anvisa que proíbe aditivos de sabor e aroma em produtos de

tabaco. Apesar de confirmada sua constitucionalidade pelo STF, a norma segue judicialmente contestada, mais de 40 novas ações foram ajuizadas por fabricantes de cigarros e entidades sindicais do setor, permitindo a manutenção de mais de mil produtos com aditivos no mercado, graças à atuação coordenada das grandes empresas e de entidades representativas como a CNI e a Abifumo.

Essa estratégia conhecida como “hiperjudicialização”, consiste no uso excessivo e deliberado do sistema judiciário para contestar repetidamente medidas regulatórias. O objetivo é postergar a implementação de políticas públicas de saúde, criando obstáculos legais e prolongando a permanência de produtos nocivos no mercado.

Uma das ações chegou ao STF em grau de recurso e está sob relatoria do ministro Dias Toffoli. A Suprema Corte deverá julgar, de forma definitiva, a validade da regulamentação de aditivos pela RDC 14/2012 e a competência da Anvisa para editá-la.

Além disso, a indústria do tabaco conta com decisões favoráveis no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que não reconhece a responsabilidade direta das empresas pelos danos causados à saúde dos consumidores. Entre 2010 e 2023, 38 decisões analisadas não resultaram em qualquer condenação à indústria, sendo a maioria originária da região Sul, especialmente do Rio Grande do Sul, principal polo da produção de tabaco do país.

O governo brasileiro continua concedendo benefícios fiscais às empresas brasileiras, incluindo as indústrias de tabaco que utilizam as leis de incentivo à cultura para promover sua imagem institucional. Empresas como JTI, Philip Morris e BAT Brasil têm patrocinado eventos culturais, como a Oktoberfest de Santa Cruz do Sul (município produtor de tabaco), por meio da Lei Rouanet e leis estaduais de incentivo à cultura.

Por fim, durante a tramitação da Reforma Tributária em 2024, parlamentares aliados ao setor do tabaco tentaram inserir dispositivos que criariam tratamento fiscal diferenciado para charutos artesanais e outros produtos fumígenos. Apesar das tentativas, essas propostas não foram incluídas no texto final. Ainda assim, projetos de lei com esse objetivo continuam em tramitação no Congresso, demonstrando a força do lobby na formulação de políticas públicas.

4 - INTERAÇÕES DESNECESSÁRIAS - II PONTOS

Diversas autoridades públicas, em diferentes esferas de governo, realizaram reuniões institucionais com empresas do setor do tabaco, participaram de eventos sociais e visitas a sedes corporativas.

Destacam-se casos como o do governador do Rio Grande do Sul - estado com maior produção de tabaco do Brasil - que se reuniu com executivos da Philip Morris Brasil e visitou a sede da Japan Tobacco International no Japão, e o do secretário estadual do Rio Grande do Sul, esteve presente na comemoração dos 120 anos da BAT Brasil. Também foram registradas interações de ministros de Estado em evento com representantes do SindiTabaco, e da prefeita de Santa Cruz do Sul em celebração da Philip Morris Brasil. Em Goiás, o governador participou de evento da marca Ignite, posando com vestuário promocional da empresa, que produz bebida alcoólica e cigarro eletrônico. A senadora

Soraya Thronicke, autora de projeto que prevê a permissão de venda de DEFs, realizou viagem internacional custeada pela Philip Morris, reforçando o discurso pró-cigarros eletrônicos, em alinhamento com interesses comerciais do setor.

Outro caso preocupante é a parceria entre a Philip Morris Brasil e a Universidade Federal de São Paulo por meio do que resultou na realização e divulgação de uma pesquisa que sustenta a narrativa da indústria sobre o comércio ilegal de DEFs, estimando perdas bilionárias de arrecadação tributária. A pesquisa foi apresentada no evento “Fronteiras do Crime” promovido pela USP. O estudo, amplamente repercutido na imprensa, reforça o discurso da indústria a favor da flexibilização da regulamentação dos cigarros eletrônicos.

Destaca-se ainda a tentativa da Anvisa de realizar uma visita à sede da BAT em Londres, cancelada após forte reação da sociedade civil e da imprensa. Embora a agência tenha afirmado que o objetivo da visita era técnico, o contexto levantou suspeitas sobre a capacidade de influência da indústria na agência reguladora e da possível reabertura do debate sobre a liberação dos cigarros eletrônicos.

5 - TRANSPARÊNCIA - 8 PONTOS

As interações entre o governo brasileiro e a indústria do tabaco seguem marcadas por baixa transparência e ausência de regulamentação efetiva sobre atividades de lobby.

Pelo menos 27 reuniões entre agentes públicos e representantes da indústria do tabaco ocorreram entre 2023 e 2024, especialmente com o Ministério da Fazenda, a maioria não foram divulgadas adequadamente. As agendas oficiais usam termos genéricos e não informam a pauta real das reuniões, dificultando o controle social e o escrutínio público. Pedidos feitos via Lei de Acesso à Informação frequentemente não são atendidos de forma satisfatória, com ausência de atas, gravações ou documentos formais. Mesmo quando reuniões são registradas como compromissos em agendas públicas, não há detalhes da pauta abordada.

Um dos exemplos é a falta de transparência da Receita Federal com as suas agendas com a indústria do tabaco que resultaram em pressão do órgão à Anvisa com os mesmos argumentos das empresas a respeito da liberação dos DEFs. O Brasil não possui regras claras sobre a atuação de lobistas. Apesar de o “PL do Lobby” ter sido aprovado na Câmara dos Deputados em 2022, o projeto está parado no Senado. Sem essa regulamentação, representantes da indústria atuam no Congresso e em órgãos públicos sem obrigação legal de identificação ou prestação de contas.

6 - CONFLITO DE INTERESSES - 9 PONTOS

O Brasil não possui mecanismos específicos que impeçam a indústria do tabaco de exercer influência política mesmo após a proibição legal de doações empresariais para campanhas. A ausência de medidas de transparência sobre doadores intermediários favorece a atuação oculta da indústria em processos eleitorais. Um exemplo, é o caso de Guamiranga, tradicional região produtora de fumo, que elegeu o prefeito e vice-prefeito ligado à cadeia do tabaco. Este caso expõe um claro conflito de interesses: o vice-prefeito Igor Pontarolo, além de ocupar cargo público, atua como atravessador, comprando o fumo dos produtores e

vendendo para as grandes empresas por meio de sua empresa, a IPS Tabacos. Como servidor público, ele participa das decisões municipais sobre infraestrutura, incentivos fiscais e apoio ao setor agrícola, o que pode beneficiar diretamente sua atividade comercial.

Além disso, há casos relevantes de porta-giratória envolvendo ex-altos funcionários públicos. Um ex-diretor jurídico da BAT foi incluído na lista de indicados para o STJ, gerando críticas e preocupações sobre imparcialidade em decisões futuras relacionadas ao controle do tabaco. Também chama atenção a atuação pública de uma ex-diretora da Anvisa, que hoje presta consultoria à BAT Brasil e promove, em eventos e na mídia, argumentos a favor da liberação dos cigarros eletrônicos.

7 - MEDIDAS PREVENTIVAS - 10 PONTOS

Em termos de conduta, servidores do Executivo federal seguem normas de integridade e éticas gerais, como o Código de Conduta da Alta Administração Federal. No entanto, tais regras não incluem menções específicas sobre as interações com a indústria do tabaco. A ausência de menções explícitas à indústria do tabaco nas normativas vigentes mantém brechas importantes na regulação da atuação de agentes públicos e fragiliza o sistema de prevenção de conflitos de interesse, demonstrando a necessidade urgente de regulamentações mais firmes e direcionadas.

A Conicq está atualizando o protocolo de interação com o setor, o que representa um avanço potencial, e desenvolvendo orientações sobre os *debriefings* durante as COPs, mas esse documento ainda não foi publicado.

No que se refere à exigência de informações públicas da indústria, o governo disponibiliza dados básicos como produção e receita, mas não exige informações detalhadas sobre despesas com marketing, lobbying, filantropia ou outras atividades de influência. Isso limita o monitoramento público sobre o alcance real das estratégias da indústria do tabaco no país.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO 1

Aumentar a conscientização sobre o Artigo 5.3 da CQCT entre membros do governo

É fundamental ampliar o conhecimento dos membros do governo sobre o Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e sua importância para a efetivação da Política Nacional de Controle do Tabaco. Muitos representantes do governo ainda desconhecem as diretrizes específicas deste artigo, o que compromete a adoção de medidas eficazes de proteção contra a interferência da indústria. Embora algumas iniciativas de sensibilização já estejam em andamento, o aumento da pontuação no item que avalia a participação da indústria na formulação de políticas reforça a urgência da implementação efetiva dessa recomendação.

RECOMENDAÇÃO 2

Restringir o uso de incentivos fiscais pela indústria do tabaco em ações de responsabilidade social corporativa

No Brasil, ainda não há uma proibição específica que impeça empresas da indústria do tabaco de utilizarem incentivos fiscais para financiar ações de responsabilidade social corporativa, o que permite que esses recursos sejam usados para promover a imagem da indústria, inclusive em áreas sensíveis como saúde e educação. Em contraste, a França adota uma abordagem mais rigorosa: a legislação francesa proíbe que a indústria do tabaco realize qualquer forma de patrocínio ou filantropia que possa resultar na promoção direta ou indireta de seus produtos. Essa restrição impede que ações de RSC sejam utilizadas como ferramenta de marketing e influência política, reforçando o compromisso com a proteção das políticas de saúde pública frente aos interesses comerciais do setor.

RECOMENDAÇÃO 3

Fortalecer a transparência e prevenir conflitos de interesse nas interações com a indústria do tabaco

O Brasil precisa aprimorar a transparência nas interações entre o poder público e a indústria do tabaco, tanto no Legislativo quanto no Executivo. No Congresso Nacional, não há qualquer regra que exija o registro de visitas a gabinetes ou a divulgação de encontros com representantes do setor, o que permite a atuação de lobbies sem qualquer controle social. No Executivo, embora haja mecanismos de registro de agendas oficiais, geralmente não são divulgadas atas, gravações ou documentos que detalham o conteúdo das reuniões com a indústria. Essa falta de transparência compromete a aplicação do Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

É urgente que o governo federal implemente mecanismos que garantam o monitoramento sobre essas interações, estabeleça normas claras para prevenir conflitos de interesse e assegure a integridade das políticas públicas de saúde. Além disso, é fundamental que o

governo cumpra efetivamente a Lei de Acesso à Informação, respondendo de forma completa e tempestiva às solicitações da sociedade sobre o teor dessas interações.

O governo deveria também exigir informações mais detalhadas da indústria do tabaco, incluindo dados sobre gastos com marketing, lobby, atividades de RSC e contribuições políticas.

RECOMENDAÇÃO 4

Proibir benefícios fiscais e fortalecer a política tributária sobre produtos de tabaco

O Brasil deve proibir qualquer forma de isenção tributária ou concessão de benefícios fiscais à indústria do tabaco. Apesar de ter sido um avanço a retomada da política de preço mínimo, é fundamental que o governo retome uma política robusta de tributação do tabaco, com reajuste anual do preço mínimo do maço de cigarros, como forma de reduzir o consumo, especialmente entre jovens e populações vulneráveis.

Além disso, o país deve manter sua posição favorável à aplicação do imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde, no âmbito da reforma tributária, assegurando que os argumentos da indústria – como o uso indevido do comércio ilícito para descredibilizar o aumento de tributos – sejam adequadamente rebatidos com dados e evidências, e não influenciem a formulação de políticas públicas.

RECOMENDAÇÃO 5

Reforçar o posicionamento público do Brasil sobre Dispositivos Eletrônicos para Fumar

É fundamental que o governo brasileiro participe ativamente das discussões públicas sobre dispositivos eletrônicos para fumar, em níveis nacional, regional e internacional, com o objetivo de afirmar uma posição clara, fundamentada em evidências científicas, que ressalte a importância de manter a proibição desses produtos como medida de proteção à saúde pública, especialmente da população jovem. Diante da crescente desinformação promovida por atores com conflito de interesse, como a própria indústria do tabaco, é fundamental que o Brasil reforce sua atuação em espaços de debate, leve dados confiáveis que exponham os riscos desses produtos e combata narrativas enganosas que apresentam os DEFs como estratégia de redução de danos e cessação. Em especial, a Anvisa, Ministério da Saúde, Fazenda e Justiça devem divulgar esses posicionamentos.

Além disso, recomenda-se que o governo emita notas públicas e se pronuncie com maior frequência na imprensa, garantindo que a população tenha acesso a informações corretas e imparciais sobre os impactos à saúde associados a esses produtos. Essa atuação é essencial para preservar os avanços conquistados nas políticas de controle do tabaco e proteger a saúde pública frente às novas estratégias da indústria.

RECOMENDAÇÃO 6

Fortalecer a estrutura de combate ao comércio ilícito de cigarros e dispositivos eletrônicos para fumar

O Brasil precisa ampliar sua capacidade institucional para enfrentar o comércio ilícito de cigarros e DEFs, com base em dados confiáveis e estratégias coordenadas, por meio da implementação do Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito do Tabaco. Para isso, é fundamental fortalecer a fiscalização nas fronteiras, capacitar servidores públicos sobre os riscos e regulamentações relacionadas aos DEFs, e promover ações integradas entre órgãos de saúde, segurança e fazenda. O combate ao comércio ilegal deve ser conduzido com independência em relação aos interesses da indústria do tabaco, que frequentemente instrumentaliza o tema para enfraquecer políticas de controle do tabaco. Além disso, é essencial garantir a produção e o acesso a informações transparentes e atualizadas, para subsidiar ações de repressão eficazes.

RESULTADOS

INDICADOR I - Participação da indústria no desenvolvimento de políticas - 16 pontos

I. O governo aceita, apoia ou endossa qualquer oferta de assistência por ou em colaboração com a indústria do tabaco ou qualquer entidade ou pessoa que trabalhe para promover os seus interesses na definição ou implementação de políticas de saúde pública relacionadas com o controle do tabaco (Ref 3.4)						4
---	--	--	--	--	--	---

I. Interferência das empresas no processo regulatório dos DEFs

As principais empresas de tabaco que atuam no Brasil buscaram reverter a proibição dos DEFs durante o processo de revisão da RDC 46/2009, iniciado em 2019³. Em 5 de dezembro de 2023, a Anvisa abriu consulta pública sobre a nova norma, com contribuições recebidas entre 12 de dezembro de 2023 e 9 de fevereiro de 2024⁴.

As empresas de tabaco e seus aliados — incluindo especialistas e grupos organizados — têm atuado de forma coordenada e utilizado estratégias para influenciar o debate regulatório dos cigarros eletrônicos no Brasil. Para isso, empresas do setor e entidades associadas vêm investindo em estratégias de comunicação e lobby. Entre as principais frentes de atuação estão: campanhas e conteúdos em redes sociais contrários à proibição dos DEFs; produção e patrocínio de reportagens, eventos e espaços na imprensa favoráveis à liberação desses produtos; participação ativa em audiências públicas no Congresso Nacional; além de articulações com ministérios estratégicos. Como parte dessa ofensiva, o setor tem difundido as narrativas de “redução de danos” e “combate ao mercado ilegal” como argumentos centrais para legitimar o uso dos DEFs, buscando influenciar a opinião pública e os tomadores de decisão⁵.

- Estratégias digitais contra a proibição dos DEFs

³ AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Processo regulatório resolução RDC nº 855/2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4k3remd>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴ CENTRO DE ESTUDOS SOBRE TABACO E SAÚDE. Cetab critica interferência da indústria do tabaco nas políticas públicas de saúde relativas ao cigarro eletrônico. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/3SlybCZ>. Acesso em: 23 maio 2025..

⁵ PINHO, Mariana; SZKLO, André. A interferência da indústria da nicotina nas políticas públicas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/3Zzz6DF>. Acesso em: 23 maio 2025.

A Philip Morris Brasil lançou no final de 2023 a campanha digital intitulada "Eu quero escolher", incentivando o público a se posicionar contra a proibição⁶. A ação incluía um passo a passo com respostas prontas para influenciar a consulta⁷.



Página da campanha 'Quero Escolher' da Philip Morris Brasil / Captura de tela



Campanha Quero Escolher no X/Captura de tela

Em fevereiro de 2024, a PMB impulsionou a campanha na rede social X, gerando reações e denúncias de usuários que apontaram conflito de interesses⁸.

A campanha foi alvo de notificação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que questionou se o conteúdo ultrapassava os limites de publicidade de causa, configurando promoção de produtos de fumo, o que é proibido pela legislação brasileira.

⁶ PHILIP MORRIS. Quero escolher. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/3ZtMI3k>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁷ PHILIP MORRIS BRASIL. Quero escolher [Instagram]. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/45uJ0ds>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁸ NAKAMURA, Pedro. Publis da Philip Morris no X foram desmascaradas por checagens de usuários. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4kz4J8B>. Acesso em: 23 maio 2025.

Paralelamente, no Facebook, um grupo de 130 mil produtores de tabaco, administrado pelo influenciador Giovane Weber, também criticou a proposta da Anvisa⁹.

Um dos principais articuladores das ações pró-cigarros eletrônicos é o grupo Direta (Diretório de Informações para Redução dos Danos do Tabagismo), liderado por Alexandro Lucian, influenciador digital ativo nas redes sociais. O grupo defende que a proibição dos DEFs favorece a expansão do mercado ilegal e dificulta o controle sanitário e de qualidade dos produtos. Em dezembro de 2023 e em abril de 2024, membros do Direta organizaram manifestações em frente à sede da Anvisa, em Brasília, e participaram de audiências públicas sobre o tema. Além das mobilizações presenciais, o grupo mantém forte atuação nas redes sociais, por meio da produção de vídeos, publicações, petições online e campanhas que apresentam os cigarros eletrônicos como uma ferramenta de redução de danos voltada a fumantes adultos¹⁰.



Manifestantes protestam em frente a Anvisa pedindo a liberação do cigarro eletrônico. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Paralelamente, a indústria do tabaco também tem financiado influenciadores e grupos pró-vaping na América Latina, fortalecendo sua atuação regional em defesa dos dispositivos eletrônicos para fumar. Esse apoio inclui o envolvimento de empresas como a Knowledge-Action-Change Ltd, vinculada à extinta Foundation for a Smoke-Free World, iniciativa criada e financiada originalmente pela Philip Morris International sob a justificativa de promoção da redução de danos.

⁹ FUMICULTORES DO BRASIL [Facebook]. Grupo com 130 mil produtores de tabaco administrado pelo agro influencer Giovane Weber. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: bit.ly/43zMPvB. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁰ PODER 360. Manifestantes pedem regulação do cigarro eletrônico em frente à Anvisa. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/43CvdPQ>. Acesso em: 23 maio 2025.

A estratégia da indústria também conta com o apoio de especialistas da área da saúde que defendem os dispositivos eletrônicos para fumar, como é o caso de Mônica Gorgulho, que produz conteúdos favoráveis à liberação desses produtos¹¹.

- **Conteúdos patrocinados na imprensa**

Para ampliar sua influência política e moldar a opinião pública, empresas como a PMB e a BAT Brasil recorreram ao patrocínio de conteúdos em veículos de imprensa e eventos de grande alcance no país. Entre 2018 e novembro de 2023, essas corporações pagaram pela publicação de “conteúdos de marca” — matérias com aparência jornalística, mas com viés favorável à liberação dos DEFs^{12 13}.



Conteúdo pago pela BAT publicado no Jornal Folha de SP em 1º de dezembro de 2023. Print versão impressa

¹¹ GORGULHO, Mônica. Sobre os benefícios da substituição dos cigarros convencionais pelos dispositivos eletrônicos para nicotina. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/muitos-sao-os-desafios-que-envolvem-uma-educacao-adequada-sobre-os-beneficios-da-substituicao-do>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹² OLIVEIRA, Rafael; SCOFIELD, Laura; FEIFEL, Bianca. Imprensa promove vapes em “publis” pagas pela indústria do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/3ShOIru>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹³ BRITISH AMERICAN TOBACCO BRASIL. Seminário discute a regulamentação dos cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1rZF1>. Acesso em: 23 maio 2025.



Painel 1: O conceito de redução de riscos dos produtos alternativos de nicotina



Seminário virtual “Produtos alternativos de nicotina os riscos da ausência de regras”, realizado pelo Poder 360 e BAT Brasil, em 6 de maio de 2025/ Captura de tela do seminário

A BAT Brasil foi a principal financiadora deste tipo de conteúdo, com 37 publicações patrocinadas em oito veículos de comunicação entre novembro de 2021 e dezembro de 2023. Seu diretor, Lauro Anhezini Júnior, foi citado em 15 dessas matérias e participou de seminários promovidos por grandes grupos de mídia. Embora essa estratégia tenha perdido força após a decisão da Anvisa em 2024, ela continuou sendo utilizada, ainda que com menor intensidade¹⁴.

Seis dessas publicações foram formalmente denunciadas pela ACT Promoção da Saúde por configurarem publicidade ilegal de produtos derivados do tabaco. Até o fechamento deste relatório, apenas uma continua *online*, sem confirmação de que isso tenha sido resultado das denúncias¹⁵.

Organizações historicamente próximas à indústria do tabaco também atuaram na defesa da liberação dos DEFs. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), por exemplo, publicou textos favoráveis à regulamentação, alegando ampla acessibilidade dos dispositivos. Seu presidente, Paulo Solmucci, assinou um artigo no site Metrôpolis criticando a proibição e incentivou seus associados a participarem da consulta pública da Anvisa¹⁶.

¹⁴ REISDORF, Paula. A ex-Souza Cruz de mãos dadas com grupos de comunicação na defesa dos cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xWqwi>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁵ ESTÚDIO FOLHA. Especialistas apontam urgência na regulação do cigarro eletrônico. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/especialistas-apontam-urgencia-na-regulacao-do-cigarro-eletronico>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁶ METRÓPOLIS. Cigarros eletrônicos no Brasil: uma questão urgente. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qKFJG>. Acesso em: 23 maio 2025.

Outro ator relevante é o Fórum Nacional Contra a Pirataria, grupo financiado pela BAT Brasil, publicou conteúdos na mídia sobre os impactos fiscais negativos do mercado ilegal e os desafios que ele representa para o controle sanitário e a saúde pública.^{17 18}

MENU ASSINE

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

cotidiano > educação mobilidade violência saúde ambiente ciência mortes

Apreensões de cigarros eletrônicos avançam no Brasil e já superam 2023 inteiro

Dados são da Polícia Rodoviária Federal; comercialização dos itens foi proibida no país por decisão da Anvisa

F DE UM CONTEÚDO



Print de reportagem no jornal Folha de SP com entrevista do FNCP em 24 de julho de 2024

Em âmbito nacional, veículos como o Poder360 publicaram, ao longo de 2024, conteúdos patrocinados pela indústria do tabaco em defesa da regulamentação dos DEFs¹⁹.

No nível regional, jornais do sul do país, onde se concentra a maior parte da produção de tabaco, também veicularam conteúdos pagos com posicionamentos favoráveis à liberação dos DEFs. Entre eles, destacam-se o Olá Jornal e o grupo Gaz, que publicaram reportagens com críticas à proibição vigente e com ênfase em argumentos como a redução de danos e o combate ao mercado ilegal.

Além dos conteúdos patrocinados em veículos de imprensa, a indústria do tabaco também financiou espaços em eventos promovidos por esses meios de comunicação. Empresas como a BAT Brasil e a Philip Morris Brasil patrocinaram lives e seminários organizados por veículos de comunicação, utilizando esses eventos como plataformas para promover argumentos favoráveis à liberação dos DEFs no Brasil²⁰.

¹⁷ OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/h9hFb>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁸ TOLEDO, Marcelo. Apreensões de cigarros eletrônicos avançam no Brasil e já superam 2023 inteiro. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/JxikA>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁹ O termo 'regulamentação' presente no discurso das empresas e aliados é utilizado como permissão da venda de DEF, enquanto para a comunidade de controle do tabaco, a resolução da Anvisa já é uma forma de regulamentação.

²⁰ OLIVEIRA, Rafael; SCOFIELD, Laura; FEIFEL, Bianca. Os conteúdos pagos pela indústria do tabaco na imprensa. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001710.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

Seminário discute a regulamentação dos cigarros eletrônicos

Regras claras podem proteger a sociedade e consumidor de produtos proibidos no mercado



Por BAT Brasil

25/08/2023 15h20 - Atualizado há um ano

Proteger a matéria



Na primeira mesa do seminário, Edward Pimental, jornalista e diretor do G.L. Lobo, entrevistou a farmacêutica e ex-diretora da Arma Alexandre Bentes, a CEO da Iper, Márcia Casellari, e o fundador do projeto Vaporacão, Miguel Okamura — Foto: Marico Solbaj

Matéria sobre o seminário do Valor Econômico e BAT Brasil que discutiu a regulamentação dos cigarros eletrônicos.

Talvez como parte de sua estratégia de comunicação e relações públicas sem citar diretamente o tema dos DEFs, a Philip Morris Brasil também tem investido em parcerias com veículos de comunicação nacionais, buscando associar sua marca à promoção de informações confiáveis. Em 2024, o jornal Folha de S. Paulo anunciou o projeto “Checamos”, uma iniciativa de verificação de fatos financiada pela empresa com o objetivo declarado de combater a desinformação nas redes sociais²¹.

²¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Folha reforça combate à desinformação com o projeto checamos. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOWy>. Acesso em: 23 maio 2025.

checamos

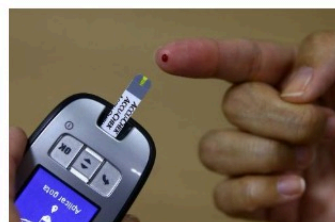
SEGUIR

Checamos é uma seção dedicada ao combate da desinformação nas redes sociais patrocinada pela Philip Morris Brasil.

tópicos relacionados

comprova

fake news



CHECAMOS

Vídeo engana ao associar lesões e ganho de peso a diagnóstico de diabetes

Sintomas citados em post viral não são fatores exclusivos da doença, afirmam médicos

19 dez 2024 às 15h03

Print de divulgação do Projeto Checamos da Folha de SP, uma parceria com a Philip Morris Brasil

Além disso, a empresa patrocina um curso de jornalismo diário em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com foco na cobertura ambiental. A iniciativa, que também envolve a Folha de S. Paulo, conta com nomes de destaque como a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que foi convidada para ministrar a aula magna. A atuação da indústria em iniciativas voltadas à formação de jovens jornalistas levanta preocupações quanto à tentativa de influenciar a narrativa pública sobre seus produtos, especialmente por meio de setores que tradicionalmente enfrentam críticas por seus impactos ambientais e sociais^{22 23}.

2. Pressão no Congresso Nacional por meio de projetos de leis e audiências

Especialistas favoráveis à liberação dos DEF, assim como representantes da indústria do tabaco, vêm utilizando espaços institucionais no Congresso Nacional para pressionar por mudanças regulatórias. Audiências públicas realizadas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal foram palco para a defesa de argumentos alinhados aos interesses da indústria, tanto antes quanto após a decisão da Anvisa, em abril de 2024, que manteve a proibição desses produtos no Brasil.

De acordo com levantamento da ACT Promoção da Saúde, atualmente tramitam no Congresso Nacional 28 projetos de lei relacionados aos DEFs. Desses, 17 propõem a proibição da comercialização, sete tipificam essa prática como crime, um trata da promoção de campanhas educativas, e apenas dois propõem a liberação da comercialização — o PL

²² FOLHA DE SÃO PAULO. Conheça os participantes do 68º Treinamento em Jornalismo Diário. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOWF>. Acesso em: 23 maio 2025.

²³ FOLHA DE SÃO PAULO. Marina Silva dará aula magna para trainees da Folha. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOWK>. Acesso em: 23 maio 2025.

5.008/2023, voltado aos cigarros eletrônicos, e o PL 4.509/2024, que trata especificamente dos produtos de tabaco aquecido.

- **Projetos de Lei para liberação da venda de cigarros eletrônicos:**

A indústria do tabaco intensificou suas estratégias de lobby político para promover a liberação dos DEF, apresentando-os como alternativas supostamente menos nocivas aos cigarros convencionais.

No Brasil, esse discurso encontrou respaldo em figuras como a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), autora do Projeto de Lei nº 5.008/2023, que visa regulamentar a produção, comercialização e propaganda de cigarros eletrônicos, por meio da sua permissão de venda²⁴.



Senadora Soraya Thronicke autora do PL 5008/ Foto: Waldemir Barreto/ Agência Senado

O projeto foi elaborado sob influência direta da indústria, como admitido pela própria senadora em entrevista à Agência Pública, na qual confirmou reuniões com

²⁴ THRONICKE, Soraya. Projeto de Lei Nº 5008, de 2023. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GQ58b> . Acesso em: 23 maio 2025.

representantes da Philip Morris Brasil e da JTI em 2023. A Abifumo, da qual a Philip Morris faz parte, também participou da construção da proposta^{25 26 27 28}.

Em 2024, monitoramento realizado pela ACT Promoção da Saúde identificou novos encontros entre a senadora Soraya e representantes da indústria do tabaco em Brasília. No dia 12 de março, o senador Eduardo Gomes, relator do PL 5.008/2023, apresentou na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado seu relatório com parecer favorável à aprovação do projeto²⁹.

Na mesma data, a senadora publicou em seu perfil oficial nas redes sociais uma foto ao lado de Eduardo Caldeirari, diretor de assuntos externos da Philip Morris Brasil e Rafael Bastos, gerente Sênior de Assuntos Corporativos da empresa. No dia 26 do mesmo mês, foi compartilhada outra imagem, desta vez com representantes da JTI³⁰.



Soraya se reúne com executivos da Philip Morris Brasil após debate sobre o PL 5008 no Senado/Redes Sociais Soraya Thronicke

²⁵ AGÊNCIA SENADO. Soraya Thronicke defende regulamentação para cigarros eletrônicos no Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOW1>. Acesso em: 23 maio 2025.

²⁶ SCOFIELD, Laura; OLIVEIRA, Rafael, FEIFEL, Bianca. Como a bancada do fumo virou defensora dos “vapes” no Congresso. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOXe>. Acesso em: 23 maio 2025.

²⁷ FREGONASSE, Henrique. Senado realizará nova audiência pública para debater cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOXn>. Acesso em: 23 maio 2025.

²⁸ LICHOTTI, Camille. De fumaça e vapores. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco. Disponível em: <https://abre.ai/mOXu>. Acesso em: 23 maio 2025.

²⁹ PODER 360. Não há controle do Estado sobre cigarros eletrônicos, diz senador. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOXy>. Acesso em: 23 maio 2025.

³⁰ FUHRMANN, Leonardo. Senadora quer atropelar a Anvisa e tirar foto com corporação. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOXF>. Acesso em: 23 maio 2025.

Um nome que se destaca nesse cenário em defesa dos interesses da empresa que representa, mas também das demais é o de Lauro Anhezini Jr., diretor de assuntos regulatórios e científicos da BAT Brasil. Ele é uma das figuras mais atuantes no Congresso, mantendo contato direto com legisladores e acompanhando de perto a tramitação do PL 5.008/2023, além de outros projetos relacionados à proibição dos DEFs.

A proposta foi pautada ao longo de 2024, mas, diante da mobilização de entidades médicas, da sociedade civil e da posição contrária de instituições como Anvisa, Fiocruz e INCA, a tramitação foi temporariamente adiada. A pressão da indústria permanece, com tentativas de reverter a atual proibição, transformando o debate sobre os DEFs em um verdadeiro embate entre a saúde pública e os interesses comerciais do setor³¹.

- **Projeto de Lei propõe equiparar pela lei federal o tabaco aquecido ao cigarro convencional**

Apresentado em 26 de novembro de 2024 pelo deputado Ricardo Maia, o Projeto de Lei 4.509/2024 propõe alterar a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para equiparar os produtos de tabaco aquecido aos cigarros convencionais e designar a Anvisa como autoridade competente para conceder autorização e supervisionar a sua produção, importação, exportação, comercialização, regulamentação e fiscalização. A proposta foi anexada ao Projeto de Lei 4.446/2019 e aguarda o parecer do relator na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, que recebeu o texto em 18 de março de 2025. Até o momento, ainda não há relator designado para o assunto³².

Um mês antes da apresentação do PL 877/2025 (ver mais abaixo sobre ele), a imprensa financiada pela indústria do tabaco já havia começado a abordar o tabaco aquecido, como exemplificado pela reportagem do Olá Jornal, que visitou uma fábrica da Philip Morris na Itália. Essa cobertura trouxe à tona o avanço das tecnologias de tabaco aquecido e destacou a estratégia da indústria em promover esses produtos como alternativas mais "saudáveis" e lucrativas³³.

- **Audiências públicas sobre DEFs**

³¹ AGÊNCIA SENADO. CAE adia análise de projeto que regulamenta cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOYi>. Acesso em: 23 maio 2025.

³² MAIA, Ricardo. Projeto de Lei Nº 4509/2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOYn>. Acesso em: 2 maio 2025.

³³ OLÁ JORNAL. Fábrica da Philip Morris na Itália leva tabaco aquecido a superar exportações de queijo e azeite. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOYq>. Acesso em: 23 maio 2025.

Entre 2023 e 2024, o Congresso Nacional promoveu debates acerca da regulamentação dos DEFs, por meio de audiências públicas relacionadas a dois projetos de lei: PL 5.008/2023 e PL 2.158/2024.



Aliados da indústria presentes na audiência pública no Senado. Foto: Waldemir Barreto/ Agência Senado

Durante essas audiências no Senado e na Câmara, diversos representantes da indústria do tabaco e aliados defenderam a liberação dos DEFs, alegando que a proibição favorece o mercado ilegal e impede o controle efetivo dos produtos.



12. Audiência pública sobre o impacto econômico na comercialização ilegal de cigarros eletrônicos na Câmara Federal em novembro de 2024. Na mesa, representantes da BAT Brasil, JTI e Philip Morris Brasil. /Captura de tela

Eles apresentaram dados científicos com conflitos de interesse aos parlamentares para sustentar a tese de que os DEFs são uma alternativa para cessação ao tabagismo. Entre os porta-vozes da indústria e aliados participaram:

- o **Lauro Anhezini Júnior**, da British American Tobacco Brasil, que afirmou que o cigarro eletrônico é uma alternativa que reduz os riscos em relação ao cigarro convencional.
 - o **Beatriz Gagliardo**, gerente da Japan Tobacco International, destacou que regulamentações desproporcionais ou o banimento dos DEFs podem resultar no crescimento do mercado ilícito, prejudicando discussões sobre potencial redução de danos.
 - o **Rafael Bastos**, gerente sênior de Assuntos Corporativos da Philip Morris Brasil, afirmou que a proibição dos DEFs não tem sido eficaz, pois milhões de brasileiros já utilizam esses produtos adquiridos no mercado ilegal, sem controle de qualidade. Ele argumentou que a permissão de venda permitiria maior controle e arrecadação tributária.
 - o **Alessandra Bastos Soares**, ex-diretora da Anvisa e atual consultora científica da BAT Brasil, que defendeu que a ausência de regulação aumenta os riscos à saúde, pois expõe consumidores a produtos de origem desconhecida.
 - o **Dirceu Barbano**, ex-presidente da Anvisa, que também se posicionou publicamente a favor da regulamentação proposta pelo PL, alegando que a proibição favorece o mercado ilegal e impede o controle efetivo sobre os produtos.
 - o **Ingrid Dragan Taricano**, toxicologista com formação no Canadá e nos Estados Unidos, que defendeu uma regulação baseada em evidências toxicológicas, argumentando ser possível estabelecer limites seguros para as substâncias presentes nos DEFs.
 - o **Rodrigo Marinho**, CEO do Instituto Livre Mercado, que apoiou a regulamentação com base na defesa da liberdade de mercado e na perspectiva da redução de danos.
 - o **Diogo Paz Bier**, diretor do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), representando a Confederação Nacional da Indústria, afirmou que a indústria nacional está preparada para dialogar com órgãos reguladores, visando produzir produtos em conformidade com as normas estabelecidas.
 - o **Alexandro Lucian**, presidente do Direta, defendeu a regulamentação dos cigarros eletrônicos como estratégia de redução de danos ao tabagismo^{34 35}.
- **Vector atua contra projeto que fortalece proibição de cigarros eletrônicos**

No início de março de 2025, a empresa Vector Relações Governamentais e Institucionais foi identificada em ações de lobby contrárias ao PL 2.158/2024, de

³⁴ CASTRO, Augusto. Especialistas apresentam prós e contras da regulação de cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. disponível em: <https://abre.ai/mOYO> . Acesso em: 23 maio 2025.

³⁵ MUGNATTO, Silvia. Debatedores se dividem sobre regulamentação do cigarro eletrônico. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOYY> . Acesso em: 23 maio 2025.

autoria da deputada federal Flávia Moraes. A proposta busca proibir a fabricação, importação e comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil.

Por meio de visitas a gabinetes parlamentares e articulações políticas, a Vector tem defendido os interesses da indústria, minimizando os riscos à saúde associados aos DEF. Embora não torne pública sua carteira de clientes, a atuação da empresa evidencia vínculos com o setor tabagista. Seu CEO, Jean Castro, também preside a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), da qual a BAT Brasil é integrante.

A relação entre a Vector e a indústria do tabaco foi destacada por executivos do setor, como Lauro Anhezini (BAT Brasil), que elogiou publicamente o trabalho da empresa, classificando-a como uma intermediária estratégica na defesa dos interesses da indústria junto ao Legislativo.



Lauro Anhezini, da BAT Brasil em audiência pública no Senado em maio de 2024/ Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

3. Pressão no Executivo

Entre 2021 e 2023, a Anvisa recebeu ao menos 43 visitas de representantes da indústria do tabaco. A Philip Morris Brasil liderou, com 14 reuniões realizadas no período, seguida pela BAT Brasil, com 13 encontros. Em 2023, a associação Direta, defensora da liberação dos DEFs, também foi recebida três vezes pela agência. O levantamento é da Agência Pública³⁶.

³⁶ OLIVEIRA, Rafael; SCOFIELD, Laura; FEIFEL, Bianca. Como a indústria do tabaco pressiona a Anvisa para vender vapes. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOY1>. Acesso em: 23 maio 2025.



Fachada do Prédio da Anvisa, em Brasília/ Foto: Rafa Neddermeyer Agência Brasil

As articulações, no entanto, não se restringiram à Anvisa. Representantes do setor também buscaram influência em diferentes órgãos do governo federal, como a Casa Civil, Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), indicando uma estratégia coordenada para interferir nas decisões regulatórias relacionadas aos DEFs.

Durante esse período, a Anvisa divulgou os resultados de uma consulta pública sobre os DEFs, na qual 59% dos participantes se manifestaram contrários à manutenção da proibição. No entanto, esses dados foram utilizados de forma distorcida por empresas e seus aliados para defender a liberação dos dispositivos. A Anvisa esclareceu que a consulta não teve caráter de votação ou plebiscito, mas sim de subsídio técnico para apoiar o processo regulatório com base em evidências científicas.^{37 38 39}.

Apesar da forte pressão da indústria, a Diretoria Colegiada da Anvisa decidiu, em reunião pública, manter a proibição dos cigarros eletrônicos no país. A decisão resultou na publicação da nova RDC 855/2024, que atualiza a norma anterior e amplia as restrições. A nova regulamentação proíbe não apenas a comercialização, importação e propaganda dos dispositivos, mas também sua fabricação, armazenamento, transporte e uso em ambientes coletivos fechados.

³⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. Anvisa analisa resultados de consulta pública sobre proibição de cigarros eletrônicos; In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOY8>. Acesso em: 23 maio 2025.

³⁸ OLÁ JORNAL. Manutenção da proibição dos cigarros eletrônicos pela Anvisa ignora resultado da consulta pública, afirma entidade de redução de danos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOZh>. Acesso em: 23 maio 2025.

³⁹ PINTO, Paulo silva; REVEDILHO, João. Discordância sobre veto a cigarro eletrônico predomina em consulta. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/3mfJM>. Acesso em: 23 maio 2025.



O presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres votou pela manutenção da proibição de cigarros eletrônicos. Foto: Youtube/Anvisa

Relator do processo, o diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, afirmou que a consulta pública realizada "não trouxe fato ou argumento científico que alterasse o peso das evidências já ratificadas por esse colegiado anteriormente". Em seu voto, destacou a relevância dos estudos e pareceres de instituições de saúde que respaldam a manutenção da proibição. Na relatoria do processo regulatório dos cigarros eletrônicos houve participação dos Ministérios da Saúde, Fazenda, Justiça e Educação^{40 41}.

Logo após a decisão da Anvisa de manter e ampliar a proibição dos cigarros eletrônicos, a indústria do tabaco reagiu com uma ofensiva pública. A Abifumo publicou um artigo de opinião no portal *Poder360*, defendendo a liberação dos dispositivos. No mesmo período, uma página inteira do jornal *O Globo* foi ocupada com publicidade favorável à regulamentação que libera a venda dos DEFs.

A Philip Morris Brasil também se mobilizou: divulgou em suas redes sociais um vídeo em que o diretor de comunicação da empresa, Fábio Sabba, critica abertamente a decisão da Anvisa e defende a regulamentação [permissão de venda] como alternativa à proibição⁴².

Em resposta à pressão crescente da indústria do tabaco, o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Câncer (INCA) intensificaram, em maio de 2024, uma campanha de conscientização sobre os riscos do uso de cigarros eletrônicos. A iniciativa reforçou os alertas sobre os impactos desses dispositivos na saúde pública, especialmente entre os jovens.

⁴⁰ ANVISA. 6ª Reunião Ordinária Pública da Dicol 2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOZF>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴¹ DUARTE, Melissa. Vape: Anvisa mantém proibição à venda de cigarros eletrônicos em votação unânime. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOZM>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴² PODER 360. Decisão da Anvisa não combate mercado ilegal, diz Philip Morris. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mOZT>. Acesso em: 23 maio 2025.

Mesmo com a decisão da Anvisa em vigor, a indústria redirecionou sua estratégia para o campo legislativo. Um dos principais focos passou a ser o apoio ao Projeto de Lei da senadora Soraya Thronicke, que propõe a liberação dos dispositivos com regulamentação. Paralelamente, empresas do setor mantiveram presença constante na mídia, difundindo o argumento de que a proibição apenas favorece o crescimento do mercado ilegal⁴³.

4. Parlamentares aliados articulam reuniões da indústria com ministros

O deputado federal Heitor Schuch, historicamente ligado ao setor produtivo de tabaco, atuou ativamente em defesa dos interesses da indústria também no contexto dos cigarros eletrônicos. Em 2023 e 2024, ele agendou reuniões com ministros-chave do governo, incluindo o vice-presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro⁴⁴.



Ministro recebe representantes do tabaco em 2023. Foto: Divulgação Mapa

Além disso, Schuch articulou encontros com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Casa Civil, ampliando o alcance político das pautas defendidas pelo setor. Sua atuação reflete o movimento de parte da chamada "bancada do fumo", que passou

⁴³ ANHEZINI JUNIOR, Lauro. Quem responde pelo descontrole dos vapes? In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/quem-responde-pelo-descontrole-dos-vapes>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴⁴ MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. Ministro Fávaro recebe representantes da cadeia do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/ministro-favaro-recebe-representantes-da-cadeia-do-tabaco>. Acesso em: 23 maio 2025.

a apoiar a regulamentação dos DEF, alinhando-se aos interesses da indústria na tentativa de reverter a atual proibição⁴⁵.

5. Após reunião com representantes do setor, Receita pressiona Anvisa pela liberação dos cigarros eletrônicos

Em uma reunião realizada em setembro de 2024, a Receita Federal pressionou a Anvisa a liberar a comercialização de cigarros eletrônicos, utilizando argumentos recorrentes da indústria. O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, alegou que o órgão não teria condições de reprimir o contrabando dos dispositivos e que a proibição não gera arrecadação tributária para o governo. Segundo ele, a regulamentação permitiria ao Estado controlar a qualidade dos produtos e gerar receita — um discurso alinhado ao das empresas do setor⁴⁶.

A gravação da reunião mostra Barreirinhas tentando convencer o diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, das supostas vantagens econômicas da legalização dos DEFs. Durante a conversa, o secretário chegou a mencionar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como alguém que estaria preocupado com os efeitos da proibição, o que levanta suspeitas sobre a possível influência da indústria do tabaco também no alto escalão do Ministério da Fazenda.

As pressões da Receita contrastam com um parecer técnico da Polícia Rodoviária Federal (PRF), emitido em novembro de 2023 e anexado ao processo de revisão da RDC/Anvisa 46/2009. O documento afirma que não haverá redução do contrabando caso os produtos sejam liberados no país. Essa análise foi citada nos votos do diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, e da diretora Meiruze Sousa Freitas, que em abril de 2024 acompanharam a decisão unânime da Diretoria Colegiada de manter a proibição dos cigarros eletrônicos⁴⁷.

Um levantamento da ACT Promoção da Saúde revelou que o secretário da Receita Federal, Barreirinhas, se reuniu com representantes da indústria do tabaco pelo menos dez vezes entre 2023 e 2024. No total, o setor foi recebido ao menos 16 vezes pelo Ministério da Fazenda nesse mesmo período. As últimas reuniões ocorreram com a JTI Brasil, dias antes do encontro com a Anvisa, e com a Philip Morris Brasil e a BAT Brasil no mesmo dia em que a Receita defendeu os DEFs na agência reguladora. Solicitamos via Lei de Acesso à Informação as atas de reuniões com representantes do setor e com a indústria. Entre os temas mais comentados estão tributação de produtos, mercado ilegal e DEFs.

A Receita confirmou, em nota à imprensa, que tem se reunido com a Abifumo e com as principais fabricantes de cigarros, como parte de debates sobre temas como preço mínimo,

⁴⁵ SCOFIELD, Laura; OLIVEIRA, Rafael, FEIFEL, Bianca. Como a bancada do fumo virou defensora dos “vapes” no Congresso. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO0n>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴⁶ ZANINI, Fábio. Receita pressionou a Anvisa em reunião a liberar cigarro eletrônico. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO0p>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴⁷ LICHOTTI, Camille. “Talvez a gente possa colaborar”. In : Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO0s>. Acesso em: 23 maio 2025.

tributação fixa, baixa arrecadação sobre lucros, além do combate ao contrabando e ao descaminho. A instituição afirmou ainda que, no caso da reunião com a Anvisa, apenas solicitou que “a análise levasse em consideração os dados da Aduana sobre o volume de descaminho e os desafios da fiscalização de cigarros comuns e eletrônicos”⁴⁸.

Apesar das evidências de interlocução recorrente com a indústria, até o momento não há provas concretas de que essas reuniões tenham resultado em favorecimento direto. No entanto, a frequência e o teor das interações sugerem uma preocupante aproximação entre interesses econômicos e decisões de política pública de saúde.

6. World Vapers’ Alliance faz incidência sobre os DEFs no Congresso

Na segunda semana de dezembro de 2024, a World Vapers’ Alliance (WVA) realizou uma série de visitas a gabinetes de parlamentares brasileiros para defender a liberação dos DEF. Embora se apresente como uma organização independente que representa consumidores, a WVA tem vínculos financeiros com entidades associadas à indústria do tabaco, como o Consumer Choice Center (CCC), que é parcialmente financiado por empresas como BAT, PMI e JTI⁴⁹.

A comitiva da WVA no Brasil foi composta por Alberto Gómez Hernández (gestor de políticas), Michael Landl (diretor-executivo) e Amanda Victória de Matos (gerente de redes sociais), brasileira e figura central nas ações de comunicação da organização. Durante a visita, o grupo publicou registros nas redes sociais (especialmente no X/Twitter) e divulgou em seu site um texto detalhando sua atuação no país⁵⁰.

No Brasil, a WVA mantém como parceira a associação Direta, defensora da regulamentação dos DEFs, conforme consta no próprio site da aliança. Além disso, os representantes da WVA participaram de um painel promovido pela organização Students For Liberty Brasil, intitulado “O poder do ativismo popular na formação das escolhas dos consumidores”, reforçando sua estratégia de aproximação com grupos liberais e pró-mercado.

⁴⁸ NAKAMURA, Pedro. Receita Federal não dá transparência a reuniões sobre impostos com indústria do cigarro e viola acordo global antitabagista. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO0z>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁴⁹ World Vapers’ Alliance. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO06>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁵⁰ World Vapers’ Alliance. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO06>. Acesso em: 23 maio 2025.



Representantes do World Vapers' Alliance (WVA) no Brasil. Foto: Redes Sociais WVA

Ainda na mesma semana, a WVA lançou um episódio de seu podcast Vaping Unplugged⁵¹, com participação de Alessandra Bastos — ex-diretora da Anvisa e atualmente consultora da BAT Brasil. No episódio, ela conversou com Amanda Matos sobre estratégias de redução de danos relacionadas ao tabaco, além de discutir possíveis caminhos para a regulamentação dos DEFs no Brasil.

As ações da WVA no país fazem parte de um esforço internacional coordenado da indústria para influenciar políticas públicas por meio de organizações de fachada que se apresentam como representantes da sociedade civil, mas operam com financiamento e diretrizes de grandes fabricantes de tabaco. A ACT Promoção da Saúde enviou uma carta aos parlamentares e publicou um alerta na rede X chamando atenção para possíveis conflitos de interesse^{52 53 54 55}.

7. Plataforma para promover cigarros eletrônicos e tabaco aquecido é lançada em Brasília

Em abril de 2024, a ativista brasileira Suely Castro lançou a plataforma "Quit Like Sweden" em Brasília, com o objetivo de promover a redução do tabagismo no Brasil, inspirando-se no modelo sueco. A iniciativa busca oferecer informações e estudos sobre alternativas ao cigarro tradicional, como cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido, que são

⁵¹ <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/reducao-de-danos-ao-tabaco-o-que-podemos-fazer-no-brasil>

⁵² World Vapers' Alliance [página eletrônica]. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mO06>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁵³ World Vapers' Alliance [página eletrônica]. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/node/5000>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁵⁴ World Vapers' Alliance [página eletrônica]. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/node/4999>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁵⁵

apresentados como estratégias de redução de danos. A senadora Soraya Thronicke, marcou presença no evento de lançamento da plataforma⁵⁶.

A fundadora da plataforma foi gerente de pesquisa do Centro de Pesquisa sobre Uso de Substâncias (CSUR) que realiza consultoria e pesquisa para empresas de tabaco e cigarros eletrônicos, entre elas Philip Morris, BAT e JUUL^{57 58}.



Senadora Soraya Thronicke e Suely Castro diretora da plataforma Quit Like Sweden/ Foto: Divulgação Helton Nóbrega

8. Bancada do fumo articula pautas prioritárias das empresas de tabaco no Congresso

Em novembro de 2024, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para discutir os impactos econômicos do mercado ilegal de cigarros eletrônicos. O debate foi convocado por requerimento do deputado Heitor Schuch, notório defensor do setor tabagista.

Inicialmente, a composição da **audiência** favorecia abertamente a indústria: estavam previstas apenas participações de representantes da Philip Morris Brasil, JTI e BAT Brasil, além de especialistas alinhados aos seus interesses. Após intervenção da ACT Promoção da Saúde, organizações da sociedade civil também foram incluídas, possibilitando a apresentação

⁵⁶ CARDOSO, Jéssica. Brasileira lança plataforma para reduzir e combater o fumo no país. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQIP>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁵⁷ TOBACCO TACTICS. Centre for Substance Use Research (CSUR). In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQIS>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁵⁸ CSUR. A CSUR é uma agência de pesquisa especializada que auxilia empresas com a pesquisa comportamental necessária para obter uma autorização de comercialização por meio do processo de Solicitação de Produto de Tabaco Pré-Mercado (PMTA). In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.csures.com/>. Acesso em: 28 maio 2025.

de visões críticas à liberação dos DEF. Essas organizações argumentaram que não há evidências de que a regulamentação traria benefícios reais em arrecadação ou geração de empregos — pontos frequentemente usados pela indústria como justificativas para a legalização dos produtos.



Câmara debate impactos econômicos do mercado ilegal de cigarros eletrônicos. Foto: Vinicius Loures Câmara dos Deputados

A audiência ocorreu em momento estratégico, diante da tramitação do Projeto de Lei 2.158/24, de autoria da deputada Flávia Moraes, que propõe criminalizar a comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil. Apesar da pressão do setor produtivo, o PL passou pela Comissão de Indústria e obteve parecer favorável do relator⁵⁹.

Schuch é presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e representa a região de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), um dos principais pólos da cadeia produtiva do tabaco no Brasil, com forte presença de empresas como British American Tobacco, Universal Leaf e JTI. Em sua atuação, o deputado costuma defender os interesses econômicos da fumicultura, ressaltando a importância social da atividade para milhares de famílias⁶⁰.

As organizações de saúde apresentaram argumentos econômicos contrários à liberação dos DEFs, ressaltando que não há garantias de benefícios em termos de arrecadação tributária ou geração de empregos, como prometido pelas empresas.

⁵⁹ MUGNATTO, Silvia. Debatedores se dividem sobre regulamentação do cigarro eletrônico. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQI7>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶⁰ WEISE, Angélica. Sofrimento para agricultores, abraços aos 'amigos', tabaco é problema social no Rio Grande do Sul. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJf>. Acesso em: 28 maio 2025.

Mesmo com pressão da indústria, o projeto passou pela Comissão de Indústria e obteve parecer favorável do relator⁶¹.

Outros projetos na Câmara que defendem os interesses da indústria foram apresentados pelos parlamentares aliados do setor (outros projetos podem ser consultados na pergunta 2).

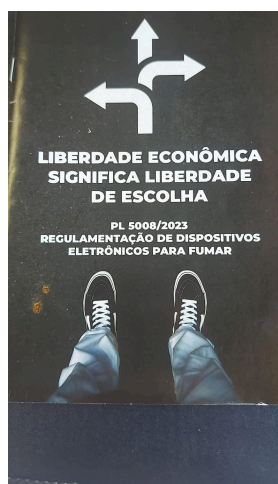
Projeto de Lei 3.890/2024: apresentado em 10 de outubro de 2024 pelo deputado Felipe Francischini, este projeto dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos produtos de narguilé no Brasil, alterando a Lei nº 9.782, de 1999. A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, aguardando atualmente o parecer do relator Gilson Marques na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)⁶²

Essas movimentações evidenciam a atuação coordenada de parlamentares ligados à chamada "bancada do fumo", que têm articulado propostas legislativas em sintonia com os interesses das grandes fabricantes de cigarros e dispositivos eletrônicos, mesmo diante das recomendações de órgãos de saúde e das evidências sobre os riscos desses produtos.

9. Instituto Livre Mercado distribui cartilhas em apoio ao PL 5.008/2023

Em 2024, a organização não governamental que defende a liberdade econômica e atua no Congresso por meio da Frente Parlamentar, Livre Mercado, participou de audiências públicas em apoio ao PL 5.008/2023, fez post e vídeos nas redes sociais e distribuiu cartilhas defendendo a liberação dos cigarros eletrônicos.

Não há confirmação da ligação entre a organização e a indústria, porém os argumentos são os mesmos utilizados pelo setor.



Cartilha distribuída pelo Instituto Livre Mercado. Foto: acervo da ACT Promoção da Saúde

⁶¹ MAIA, Ricardo. Projeto de lei Nº 4509/2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJk>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶² FRANCISCHINI, Felipe. Projeto de lei 3890/2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJn>. Acesso em: 28 maio 2025.

10. Deputados do Rio Grande do Sul discutem regulamentação dos DEFs

Em 12 de novembro de 2024, a Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul promoveu uma audiência pública para debater a liberação dos DEF. A iniciativa partiu do deputado estadual Zé Nunes, presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Produtores da Cadeia do Tabaco, que justificou a realização como um esforço para “compreender os impactos econômicos dos novos produtos tanto para a fumicultura quanto para a saúde pública”.

Segundo o deputado, o debate embasaria a elaboração de um relatório técnico com contribuições do estado para o debate nacional, que seria encaminhado ao Congresso Nacional.

Durante o encontro, o deputado estadual Marcus Vinícius — conhecido por sua defesa da permissão — afirmou que as pesquisas brasileiras sobre os DEFs se baseiam, em sua maioria, em produtos contrabandeados e sem controle de qualidade. Ele argumentou que essa proposta de regulamentação poderia, portanto, permitir estudos mais precisos e seguros sobre os impactos do uso desses dispositivos.

Participaram da audiência outros parlamentares estaduais com histórico de alinhamento à indústria do tabaco, como Silvana Covatti, Edivilson Brum e Elton Weber. Também marcaram presença representantes da BAT Brasil, bem como membros do setor produtivo e da agricultura familiar, entre eles:

- o Milton Bernardes, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Agricultura Familiar (MDA)
- o Carlos Joel da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (Fetag-RS)
- o Cleonice Baches, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf)⁶³

A audiência reforçou a forte articulação local entre a cadeia produtiva do tabaco e representantes políticos no Rio Grande do Sul, estado historicamente central na produção fumageira e sede de grandes empresas do setor. A presença expressiva de representantes da BAT Brasil e o protagonismo de parlamentares aliados indicam um esforço para influenciar o debate legislativo nacional em favor da liberação dos DEFs.

11. Entidades do setor do tabaco usam fumicultores para dialogar com o governo sobre restrições da CQCT

Em setembro de 2023, representantes de importantes entidades do setor tabagista, como Abifumo, SindiTabaco e Afubra, reuniram-se com o Itamaraty para criticar as políticas públicas voltadas à redução do tabagismo, em particular a CQCT. Durante o encontro, que

⁶³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Rio Grande do Sul, 12 nov. 2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJx>. Acesso em: 28 maio 2025.

foi articulado a pedido do senador Luis Carlos Heinze, aliado do setor, a Afubra entregou um ofício argumentando que “sem consumo (de cigarros), não há produção (de tabaco)”. A entidade solicitou também a inclusão da cadeia produtiva do tabaco na Conicq, coordenada pelo Ministério da Saúde⁶⁴.

De acordo com um telegrama diplomático obtido via Lei de Acesso à Informação pelo site O Joio e O Trigo, a indústria já havia sido "muito atingida" pelas diretrizes da CQCT, que visam reduzir o consumo de tabaco e, conseqüentemente, o impacto sobre a produção.

Além do encontro com o Itamaraty, as reivindicações do setor não se limitaram ao Ministério das Relações Exteriores. Durante 2023, o pleito de revisar as políticas de controle do tabaco foi levado a outros quatro ministérios. Essa articulação teve como objetivo deslegitimar as políticas de saúde pública que buscam reduzir o consumo de tabaco e minimizar o impacto econômico sobre os fumicultores brasileiros.

Por meio da Amprotabaco, o setor do tabaco também pressionou o Executivo. A Amprotabaco apresentou uma série de reivindicações à Casa Civil, incluindo:

- o Posição oficial contrária à substituição do cultivo de tabaco;
- o Divulgação antecipada da posição brasileira na COP10;
- o A inclusão de representantes da Amprotabaco no grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 11.672/2023 e na delegação brasileira presente na conferência;
- o Solicita que o Brasil não adote posicionamentos sobre novas tecnologias relacionadas ao tabaco, como cigarros eletrônicos, enquanto o tema estiver sendo revisado pelas autoridades competentes, evitando assim a criação de barreiras ao livre comércio⁶⁵.

12. Anvisa cede às argumentações da indústria sobre advertências nas embalagens dos cigarros

A Anvisa aprovou em 30 de outubro de 2024 novas advertências sanitárias para embalagens, expositores e mostruários de produtos fumígenos derivados do tabaco. A decisão foi tomada durante a 21ª Reunião Pública da Diretoria Colegiada e estabelece que as novas

⁶⁴ NAKAMURA, Pedro. Lobby convince governo que reduzir fumantes e não liberar vape ‘prejudica’ a agricultura familiar. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJE>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶⁵ CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Reuniões com representantes da indústria do tabaco - Pedido 00137018777202380. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJK>. Acesso em: 28 maio 2025.

advertências serão obrigatórias a partir de 2 de novembro de 2025, com um período de adequação de 12 meses para as empresas fabricantes^{66 67}.

Essas novas advertências fazem parte da estratégia de saúde pública do Brasil para alertar os consumidores sobre os riscos do tabagismo. Durante o processo de revisão, a Anvisa realizou uma audiência pública em 18 de outubro de 2024, na qual empresas do setor, como Philip Morris, BAT Brasil e JTI, argumentaram contra o uso do pictograma de caveira, símbolo internacional de toxicidade. As empresas afirmaram que o uso da imagem poderia gerar confusão, minimizando os impactos reais do consumo de tabaco. A Abifumo, por sua vez, afirmou que as informações atualmente veiculadas sobre os riscos do tabagismo são suficientes para que os consumidores possam tomar decisões conscientes sobre o consumo de seus produtos.



Imagens propostas pela Anvisa. Foto: Reprodução/Anvisa



Novas advertências para maços de cigarros sem símbolo da caveira. Foto: Reprodução/ Anvisa⁶⁸⁶⁹

⁶⁶ AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Anvisa aprova novas advertências para produtos derivados do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJP>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶⁷ G1. Anvisa aprova novas imagens e mensagens de advertência em embalagens de cigarro. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJX>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶⁸ ANVISA. Parecer N 2/2024/SEI/GGTAB/DIRE3/Anvisa. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJ1>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶⁹ Olá Jornal. Anvisa aprova novas imagens e advertências de embalagens de cigarro nesta quarta-feira. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQJ8>. Acesso em: 28 maio 2025.

Como resultado das críticas da indústria, a Anvisa decidiu substituir o símbolo da caveira por um símbolo de ponto de exclamação, representando um "sinal geral de atenção". A alteração das advertências gerou críticas de especialistas em saúde pública, que argumentam que a substituição do símbolo da caveira por um sinal menos específico pode enfraquecer a percepção dos riscos associados ao tabagismo. Especialistas destacam que advertências são uma das campanhas de comunicação em saúde mais eficazes no Brasil, contribuindo significativamente para as políticas de controle do tabaco.

13. Setor reage a campanha do Dia Mundial Sem Tabaco 2023

A campanha do Dia Mundial Sem Tabaco de 2023, promovida pelo INCA com o tema "Cultive alimentos, não tabaco", buscou conscientizar sobre os impactos negativos do cultivo do tabaco na segurança alimentar e na saúde pública. A iniciativa incentivou a substituição do cultivo do tabaco por alimentos, visando melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. No entanto, a campanha enfrentou críticas de representantes do setor fumageiro. Na época como deputado estadual, Edivilson Brum, aliado do setor, expressou preocupação com a abordagem da campanha, argumentando que a substituição do cultivo do tabaco por alimentos não resolveria a questão da fome e poderia prejudicar economicamente regiões dependentes da fumicultura, como o Vale do Rio Pardo. Edivilson Brum atualmente é secretário de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul^{70 71}.

2. O governo aceita, apoia ou endossa <u>políticas ou legislação elaboradas por ou em colaboração com a indústria do tabaco. (Ref 3.4)</u>				3		
--	--	--	--	---	--	--

A arrecadação de impostos federais sobre a venda de cigarros totalizou R\$8 bilhões em 2022, o que corresponde a apenas 5,2% dos custos atribuíveis ao tabagismo no país. A somatória dos custos do tabagismo no Brasil chega a R\$112,2 bilhões, representando a carga total do tabagismo para a economia do país. Este valor engloba gastos com saúde, perda de produtividade e outros impactos.

Esse cenário evidencia a necessidade de aprimorar a tributação sobre o tabaco, contexto no qual se insere a aprovação, em 2024, do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária e estabelece a criação do Imposto Seletivo. Esse imposto incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, incluindo tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas. O texto aprovado prevê uma tributação diferenciada e mais elevada para produtos derivados

⁷⁰ INCA. Dia Mundial Sem Tabaco 2023. Rio de Janeiro, 2023. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQKd>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷¹ Olá Jornal. Edivilson Brum critica foco da campanha do dia mundial sem tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQKf>. Acesso em: 28 maio 2025.

do tabaco e do álcool, com reajuste anual vinculado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A política fiscal é reconhecida mundialmente como a medida mais eficaz em termos de custo-benefício para reduzir o consumo de cigarros. No entanto, ainda há incertezas sobre a definição das alíquotas e a forma de cobrança do imposto seletivo, cuja regulamentação está prevista para 2025. Durante todo o processo de discussão da reforma, o setor produtivo exerceu pressão sobre o Executivo e o Legislativo.

I. Lobby na Reforma tributária: articulações de parlamentares e associações aliadas da indústria do tabaco para barrar imposto seletivo

Desde 2023, a indústria do tabaco, representada por grandes empresas como BAT, Philip Morris e JTI, tem atuado ativamente nos bastidores da reforma tributária, com o objetivo de influenciar a regulamentação do Imposto Seletivo, que incide sobre produtos como cigarros.

Em 2023 e 2024, Bernard Appy, secretário extraordinário da reforma tributária no Ministério da Fazenda, recebeu representantes da Abifumo, Sindifumo e executivos das empresas BAT e PMB. Das três reuniões entre Appy e o setor (04/10/2023, 11/09/2024 e 24/10/2024) divulgadas pelo sistema de agenda pública do governo (e-agendas) a pauta se limitava a apenas “Regulamentação da Reforma Tributária”. ACT solicitou Lei de Acesso Informação, porém a pasta redirecionou para o link de agenda pública sem dar mais detalhes da agenda e afirmando que “a Secretaria de Reforma Tributária não armazena nem divulga materiais de empresas privadas. Para obter documentos de outras entidades, sugerimos entrar em contato com os respectivos órgãos detentores das informações”^{72 73 74 75}.

- Entre 2023 e 2024, o Ministério da Fazenda também recebeu representantes de outros setores, como as indústrias químicas e o agronegócio, mais de 40 vezes, de acordo com um relatório da Fiquem Sabendo, em parceria com O Joio e O Trigo⁷⁶. Embora exista lobby e o número de reuniões seja elevado, este nível de contato é esperado no contexto de uma ampla reforma no sistema tributário.
- Além disso, o Ministro Fernando Haddad e o Secretário da Receita Federal Robinson Sakiyama Barreirinhas também se reuniram com representantes do setor tabagista.

⁷² MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reunião Edimilson Alves, Diretor Executivo da ABIFUMO. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/3DeSZ>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷³ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reunião Híbrida - Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQKq>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷⁴ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reunião Representantes da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/7pLj6>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reunião Audiência com representantes da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQKu>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷⁶ SCHIOCHET, Flávia. Agrotóxico, o assunto ignorado pela reforma tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQKx>. Acesso em: 28 maio 2025.

Na reunião que contou com a presença do ministro a reunião ocorreu com a presença de sete agentes privados, da Abifumo, e das empresas Philip Morris Brasil e BAT Brasil. Segundo agenda do governo, o objetivo do evento foi tratar de “Assuntos relacionados à Associação”, sem mais detalhes disponíveis.

ACT Promoção da Saúde solicitou via Lei de Acesso a Informação sobre a reunião, porém o recurso em segunda instância foi negado com a justificativa com base na Súmula nº 6/2015 da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que considera a declaração de inexistência de informação como resposta satisfatória, desde que não haja indícios de eliminação irregular ou descaminho de documentos⁷⁷.

- Paralelamente, a CNI tem se posicionado contra o imposto seletivo, defendendo que ele seja aplicado apenas a produtos cujo consumo se deseja desestimular.
- A reforma tributária foi um dos destaques de temas discutidos pelos membros da Câmara Setorial do Tabaco do Ministério da Agricultura.

Durante sua 70ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de julho de 2023, o presidente da Câmara, Romeu Schneider, destacou a preocupação do setor com a Reforma Tributária, ressaltando que a cadeia do tabaco já enfrenta uma elevada carga tributária. Ele alertou que aumentos adicionais podem intensificar o mercado ilegal e reduzir a arrecadação governamental⁷⁸.

Na 73ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de julho de 2024, foi incluída na pauta uma discussão sobre os impactos da reforma tributária no setor do tabaco. Edimilson Alves, representante da Abifumo, apresentou a avaliação de que "o setor não sofreria grandes impactos com a reforma" e que "não se estima aumento no tributo". Contudo, não foram fornecidos detalhes que esclarecessem a base dessa confiança quanto à ausência de impactos significativos para o setor⁷⁹.

Além disso, parlamentares como Luis Carlos Heinze e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que tem forte apoio no agronegócio, têm se posicionado contra a elevação dos tributos sobre produtos do tabaco.

- A FPA, presidida pelo deputado Pedro Lupion, tem se posicionado contra a elevação de tributos sobre produtos do tabaco. Lupion classificou como "irresponsabilidade imensa" a criação de obstáculos à produção de tabaco no país, argumentando que isso não reduziria o número de fumantes e poderia incentivar o contrabando⁸⁰.

⁷⁷ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reunião Edimilson Alves, Diretor Executivo da ABIFUMO. In: Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/3DeSZ>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷⁸ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Memória da 70ª reunião ordinária da câmara. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLk>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁷⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Memória da 73ª reunião ordinária da câmara. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLg>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸⁰ Poder 360. Obstáculo ao cultivo de tabaco é “irresponsabilidade”, diz Lupion. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLB>. Acesso em: 28 maio 2025.

- A Frente Parlamentar em Defesa dos Produtores e Produtoras da Cadeia Produtiva do Tabaco, reinstalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sob a liderança do deputado Zé Nunes (PT), conta com o apoio de 24 deputados estaduais. Essa frente busca fortalecer a cadeia produtiva do tabaco e tem articulado ações para influenciar políticas públicas em nível nacional^{81 82 83}.
- A Câmara dos Deputados aprovou a reforma tributária (PEC 45/19), em 2023, e seguiu para o Senado Federal. A reportagem do Joio e o Trigo mostrou que um mês depois da aprovação, o senador Luis Carlos Heinze que frequenta os almoços⁸⁴ e corredores da indústria reclamou do aumento do tributo nas redes sociais^{85 86}.

O senador Luis Carlos Heinze apresentou emendas relacionadas ao setor do tabaco durante a tramitação da reforma tributária. Entre suas 112 propostas ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024⁸⁷. Heinze fez críticas à reforma afirmando que haveria uma possível reoneração da produção de tabaco, defendendo mudanças ao texto para evitar aumento de custos para a indústria.

Além disso, em discussões anteriores no Senado, Heinze propôs emendas que visavam flexibilizar restrições ao setor tabagista, como permitir a exposição de produtos fumígenos nos pontos de venda e autorizar o patrocínio institucional por parte de empresas do setor.

- Durante a 21ª Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, realizada em 24 de junho de 2024, Edimilson Alves, gerente-executivo da Abifumo, argumentou que o aumento da tributação resultaria em efeitos reversos, como o crescimento do contrabando e a redução da arrecadação. Na mesma audiência, a

⁸¹ SANTOS, Marcela. Reinstalada a Frente Parlamentar da Cadeia Produtiva do Tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLJ>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸² LACERDA, Nara. Regulamentação para taxar produtos que fazem mal à saúde enfrenta lobby e resistência no Congresso. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLN>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸³ OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO. Reforma tributária. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLQ>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸⁴ GAZ. Almoço marca a comemoração dos 120 anos da BAT Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQLU>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸⁵ BRONOSKI, Bruna. Um passo adiante: indústria do tabaco mira regulamentação da reforma tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQL4>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸⁶ HEINZE, Luis Carlos. O ministro da Fazenda só fala em ampliação da carga tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/G1AYB>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸⁷ PROGRESSISTAS. Heinze apresenta 112 emendas ao PLP que regulamenta a reforma tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQM0>. Acesso em: 28 maio 2025.

ACT Promoção da Saúde defendeu a taxação como uma política eficaz para desincentivar o consumo de produtos nocivos^{88 89 90 91}.

Ainda em junho de 2023, a ACT enviou um ofício ao Grupo de Trabalho reforçando a importância de políticas tributárias rigorosas para o tabaco, destacando a eficácia da alta tributação na redução do consumo e no aumento da arrecadação⁹².

- Em audiência pública realizada em 25 de novembro de 2024 pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Eduardo Muniz Cavalcanti, consultor da Abifumo, expressou ceticismo quanto à eficácia do imposto seletivo e apontou o crescimento do contrabando. O Ministério da Justiça e Segurança Pública destacou que a elevação da tributação é essencial não apenas para reduzir o consumo, mas também para enfraquecer o comércio ilegal, que afeta tanto a saúde pública quanto a economia^{93 94}.
- Em dezembro de 2024, o setor do tabaco articulou junto a outros setores a inclusão do artigo 437 no relatório final da reforma. O artigo previa desconto de até 25% no imposto seletivo para empresas que realizassem ações de mitigação de impactos à saúde e ao meio ambiente. A proposta foi retirada do texto final⁹⁵.

Esses esforços demonstram como a indústria do tabaco tem se mobilizado para influenciar a política tributária no Brasil, priorizando o lobby em diversos níveis de governo, tanto no Executivo quanto no Legislativo, a fim de evitar um aumento da carga tributária sobre seus produtos e minimizar os impactos das políticas de saúde pública que buscam desincentivar o consumo de tabaco.

⁸⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/tJS3>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁸⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Grupo de trabalho sobre a regulamentação da reforma tributária (PLP 68 de 2024). In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQMB>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹⁰ POMPEU, Ana. Empresas de tabaco, cerveja e petróleo tentam fugir de 'imposto do pecado'. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQMF>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹¹ JOHNS, Paula. Audiência Pública Reforma tributária 3S. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQMP>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹² ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Ofício para GT Reforma Tributária sobre Política de Controle do Tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQPJ>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹³ AGÊNCIA SENADO. Regras para Imposto Seletivo dividem participantes de debate na CCJ. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQPM>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Nota - Reforma Tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQPO>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹⁵ JOTA; Imposto seletivo em risco na reforma tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQP>. Acesso em: 28 maio 2025.

2. Grupos aliados publicam conteúdos patrocinados em veículos sobre reforma tributária

Desde 2023, veículos de comunicação como O Globo, Metrôpoles, Poder360, Jota e Exame têm veiculado conteúdos patrocinados que criticam o aumento da tributação sobre o cigarro, muitas vezes com apoio financeiro do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP). Esses conteúdos buscam destacar o impacto negativo que a elevação dos impostos teria sobre o mercado ilegal e as arrecadações públicas, argumentos frequentemente utilizados pela indústria para justificar a redução de tributos^{96 97 98 99 100}.

A FNCP também tem patrocinado eventos que discutem temas relacionados à reforma tributária, como o 2º Simpósio sobre Liberdade Econômica, realizado em novembro de 2024, que contou com o apoio de grandes empresas, como Coca-Cola, Abrasel e Philip Morris Brasil. Durante o evento, vários senadores envolvidos no Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos participaram das discussões, incluindo figuras como Rodrigo Pacheco, Efraim Filho, Izalci Lucas, além de Bernard Appy e Davi Alcolumbre (presidente do Senado Federal)¹⁰¹.

A Philip Morris criou o curso "Power Tax Brasil", voltado para profissionais da área tributária, com professores de empresas como Electrolux, Raízen e a própria Philip Morris. Um dos idealizadores do curso, diretor tributário da Philip Morris Brasil, participou de reuniões com o governo em 2024 para tratar da reforma tributária¹⁰².

Atualmente, a reforma tributária no Brasil se encontra em fase de implementação gradual, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 132/2023. A primeira Lei Complementar, sancionada em janeiro de 2025, regulamentou aspectos fundamentais da reforma, incluindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços, da Contribuição sobre Bens e Serviços e do Imposto Seletivo. A transição para o novo sistema ocorrerá de forma

⁹⁶ MATHIAS, Maíra. Indústria do tabaco tenta passar ilesa pela reforma tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQQm>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹⁷ PODER 360. Entenda como o aumento de imposto impacta o mercado ilegal. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQQr>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹⁸ JOTA. Como a tributação pode incentivar ou frear o mercado ilegal no Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQQt>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁹⁹ O GLOBO. ELEVAÇÃO de impostos e alterações previstas na Reforma Tributária podem impulsionar o mercado ilegal. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1wGqk>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰⁰ PODER 360. Aumento de imposto diminui arrecadação, diz estudo. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AoIIA>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰¹ SIMPÓSIO LIBERDADE ECONÔMICA. 2 Simpósio Liberdade Econômica Reforma Tributária: o Futuro do Brasil em Debate. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Vis0d>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰² POWER TAX BRASIL. Alavanque no Tributário com conexões poderosas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xq5R6>. Acesso em: 28 maio 2025.

escalonada entre 2026 e 2033. A regulamentação detalhada da reforma ainda está em andamento, com projetos de lei adicionais sendo discutidos no Congresso Nacional.

3. Incidências sobre o preço mínimo

Em 2024, o governo brasileiro reajustou o preço mínimo do maço de cigarros após oito anos sem alteração, com o valor subindo de R\$5,00 para R\$6,50 a partir de 1º de setembro de 2024. Além disso, houve um aumento na alíquota específica do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que passou de R\$ 1,50 para R\$2,25 por maço a partir de 1º de novembro de 2024. No entanto, especialistas indicam que o reajuste ficou abaixo da inflação e do crescimento da renda da população durante o mesmo período, o que resulta em um preço ainda relativamente acessível para a população. Estudos sugerem que, se o reajuste tivesse sido feito de acordo com o IPCA, o preço mínimo deveria ser de R\$11,88 e a alíquota do IPI deveria ser de R\$3,45^{103 104 105}.

Nesse contexto, houve a incidência da indústria do tabaco em temas relacionados ao preço mínimo. Em agosto de 2024, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Sakiyama Barreirinhas, se reuniu com representantes da Japan Tobacco International para discutir o preço mínimo de venda no varejo. Posteriormente, em março de 2025, Edmilson Alves, da Abifumo, também se reuniu com o diretor de Gestão da Informação da Casa Civil, Márcio Gimene de Oliveira, para tratar da mesma questão. Essas reuniões evidenciam o lobby exercido pela indústria junto a órgãos governamentais para influenciar a política de preços¹⁰⁶.

A ACT Promoção da Saúde, por meio da Lei de Acesso à Informação, solicitou esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo governo para o reajuste dos preços. A resposta¹⁰⁷ oficial da Receita Federal indicou que o IPCA foi usado como referência, mas os valores finais não foram diretamente atrelados ao índice. Além disso, a Receita Federal destacou que novos reajustes podem ser propostos no futuro, sendo a decisão final sobre os valores de competência do Presidente da República.

¹⁰³ INCA. Governo retoma política de aumento de preço sobre cigarro. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/governo-retoma-politica-de-aumento-de-preco-sobre-cigarro>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰⁴ NAKAMURA, Pedro. Governo Lula aumentou o preço mínimo do cigarro, só que fumar hoje continua mais barato do que era em 2012. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQQS>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰⁵ ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Nota técnica Preços Mínimos de Cigarros e política tributária: reajuste necessário. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/precos-minimos-de-cigarros-e-politica-tributaria>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Omar Teixeira, Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para o Brasil da Japan Tobacco International - JTI. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/reuniao-preco-minimo-de-cigarros>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁰⁷ OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO. Pedido 18800306778202455 referente ao Decreto nº 12.127/2024. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/decreto-no-121272024-pedido-18800306778202455>. Acesso em: 28 maio 2025.

4. Projeto de lei para interferir na Conicq

O Projeto de Lei nº 877/2025¹⁰⁸, apresentado em 11 de março de 2025, tem como objetivo incluir na Conicq, obrigatoriamente, representantes do Congresso Nacional, produtores rurais, autoridades dos estados brasileiros com produção relevante em nível nacional. O projeto foi proposto pelos deputados federais Pezenti, Heitor Schuch e Marcelo Moraes, e atualmente está tramitando em regime ordinário na Câmara dos Deputados, aguardando despacho do Presidente da Casa. Até o momento, não foi designado um relator para emitir parecer nas comissões competentes.

3. O governo permite/convida a indústria do tabaco a participar em comitês governamentais inter-agências/multissetoriais/grupos consultivos que definem políticas de saúde pública.						5
--	--	--	--	--	--	----------

I. Câmara Setorial do Tabaco no Ministério da Agricultura

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, vinculada ao Ministério da Agricultura, tem como principal objetivo o debate de temas técnicos e econômicos relacionados ao setor. No entanto, tem sido alvo de críticas por ser um espaço de influência significativa da indústria do tabaco nas políticas públicas brasileiras, especialmente nas principais pautas que estão em debate, como regulamentações sobre o consumo e a comercialização de produtos do tabaco.

A Câmara reúne representantes da indústria do tabaco, entidades de produtores, governos estaduais e outras instituições interessadas no fortalecimento do setor e é composta por 21 entidades, das quais 15 são membros efetivos e 6 convidados permanentes. A distribuição é a seguinte: 36% Indústria, 7% Insumos, 21% Produção, 14% Governo Estadual e Municipal e, 21% Trabalho. Entre os convidados permanentes, a distribuição é a seguinte: 17% Trabalho, 67% Governo Federal e 17% Indústria.

É importante destacar que, embora o Governo Federal tenha uma presença significativa entre os convidados permanentes (67%), ele não é membro efetivo da Câmara, o que pode limitar sua capacidade de influenciar diretamente nas decisões e nos debates internos da Câmara. Essa configuração mostra que a indústria do tabaco tem uma presença considerável na composição da Câmara, tanto com membros efetivos como com convidados permanentes.

Entre 2023 e 2024, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco realizou seis reuniões ordinárias híbridas, nas quais foram discutidos diversos temas relevantes para o setor e as políticas públicas que afetam a cadeia produtiva do tabaco. Os principais tópicos debatidos incluíram:

¹⁰⁸ OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO. Projeto de Lei nº 877/2025. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/pl-8772025>. Acesso em: 28 maio 2025.

- o Estimativas de produção: Análises sobre a produção do tabaco, com foco na previsão e no planejamento para o futuro, incluindo as condições e desafios do setor.
- o Articulações para participação do setor na COP10: Discussões sobre a presença e influência do setor tabaco nas negociações internacionais, especialmente no contexto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, com foco na COP10, que é a Conferência das Partes do Tratado Internacional.
- o Audiências preparatórias na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Encontros preparatórios para discutir temas de interesse do setor, com um foco em como o governo pode apoiar a cadeia produtiva do tabaco e as políticas para o setor.

As principais atividades da câmara foram:

- o Articulações para reuniões com a alta cúpula do Executivo: Reuniões com Geraldo Alckmin, vice-presidente do Brasil, juntamente com os ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, além de encontros com a FPA. Nessas reuniões, a indústria tabacalista ressaltou a importância da cultura do tabaco para a economia e o emprego no Brasil.
- o Avaliação dos impactos da Reforma Tributária: Discussões sobre como a reforma tributária, implementada em 2024, afeta a cadeia produtiva do tabaco, especialmente com relação aos preços e impostos sobre os produtos.
- o Debates sobre dispositivos eletrônicos de fumar: A câmara também tratou de dispositivos eletrônicos de fumar, com foco em regulamentações e o impacto desse mercado na indústria do tabaco.
- o Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul (maio de 2024): A Câmara discutiu os efeitos das enchentes na produção de tabaco, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, e as indenizações previstas para os prejuízos causados por granizo durante a safra de 2023/2024.
- o Perspectivas para a safra 2024/2025: Previsões para o ciclo seguinte de produção de tabaco e os desafios enfrentados pelo setor, incluindo a análise de riscos climáticos e a sustentabilidade econômica da produção^{109 110}.

A atuação política em defesa da cultura do tabaco no Brasil tem se mostrado uma estratégia articulada por diversos setores, com destaque para a Câmara Setorial do Tabaco, que desempenha um papel central nas ações de lobby e influências políticas. De acordo com Vera Luiza da Costa e Silva, Secretária-Executiva da Conicq, parlamentares vinculados ao

¹⁰⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUw>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹⁰ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Comissão de Agricultura debate compromisso do Brasil no controle do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUz>. Acesso em: 28 maio 2025.

agronegócio, especialmente os ligados à indústria do tabaco, frequentemente tentam obstruir políticas públicas voltadas para a saúde pública e para a diversificação agrícola.

A Câmara Setorial do Tabaco, presidida por Romeu Schneider da Afubra, é um dos principais espaços onde são debatidas essas estratégias de resistência e contestações contra iniciativas governamentais que possam afetar as vendas de produtos derivados do tabaco, como cigarros e outros produtos de tabaco. Essa Câmara tem pressionado por políticas que favoreçam a continuidade da produção de tabaco e para discutir temas como a sustentabilidade econômica da cadeia produtiva e os efeitos de políticas de saúde pública, e não como salvaguardar a cadeia produtiva dos avanços da CQCT, como determina o artigo 17 da Convenção¹¹¹.

2. Conselho Nacional de Combate à Pirataria inclui aliado da indústria como membro

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), vinculado ao Ministério da Justiça, desempenha um papel crucial na formulação de políticas públicas voltadas para o combate ao comércio ilícito e à pirataria no Brasil. Uma de suas principais atribuições é promover campanhas de conscientização, treinamentos para agentes públicos e discutir estratégias para reduzir a circulação de produtos ilegais no mercado.

O FNCP, que faz parte desse conselho, tem sido alvo de críticas devido ao seu histórico de aliança com a indústria do tabaco, o que levanta preocupações sobre a imparcialidade do conselho nas discussões sobre o comércio ilícito de produtos de tabaco. O FNCP, que representa setores do comércio e indústria, já divulgou campanhas públicas contestadas por especialistas em saúde pública, defendendo a ideia de que aumento da tributação sobre os produtos de tabaco impulsiona o contrabando e o comércio ilegal, uma tese que não é apoiada por evidências científicas robustas¹¹².

Ao ocupar uma posição influente dentro do Conselho, o Fórum tem a capacidade de obstruir ou enfraquecer políticas públicas de controle do tabagismo e de enfrentamento ao comércio ilícito, comprometendo a neutralidade do debate sobre regulação e fiscalização do setor.

Essa atuação do FNCP dentro do Conselho gera um conflito de interesses claro, pois o fórum, ao buscar defender os interesses econômicos da indústria, pode dificultar a implementação de medidas eficazes de controle do comércio de produtos ilícitos, impactando diretamente as políticas de saúde pública no Brasil^{113 114}.

¹¹¹ WEISE, Angélica. Sofrimento para agricultores, abraços aos 'amigos', tabaco é problema social no Rio Grande do Sul. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUC>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Conheça os órgãos e organizações que compõem o CNCP e seus representantes. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco. Disponível em: <https://abre.ai/mQUD>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Conheça os órgãos e organizações que compõem o CNCP e seus representantes. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco. Disponível em: <https://abre.ai/mQUD>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹⁴ SINDITABACO. Tabaco é pauta de encontro com o poder executivo e legislativo de Santa Cruz do Sul. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUF>. Acesso em: 28 maio 2025.

3. Prefeituras da região produtora se alinham e recebem setor tabagista

A indústria do tabaco continua a exercer uma influência significativa nas políticas locais de diversas cidades do Sul do Brasil, especialmente em regiões onde a fumicultura é uma das principais atividades econômicas. Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul) é um dos exemplos emblemáticos, com o prefeito Sérgio Moraes reafirmando seu alinhamento com o setor tabagista logo após assumir seu novo mandato em 2024. A cidade, conhecida como um reduto da indústria do fumo, tem sido palco de encontros entre representantes do setor e membros do Executivo e Legislativo municipal, reforçando a agenda política pró-tabaco¹¹⁵.

Logo após sua posse como prefeito, foi realizado um encontro entre representantes do setor tabagista e membros do Executivo e Legislativo municipal, reforçando o compromisso político em defesa da fumicultura. A reunião contou com a presença de lideranças empresariais e políticas locais, sugerindo a continuidade da influência do setor sobre a agenda do município¹¹⁶.

Esse movimento parece compor o rol das estratégias de defesa da fumicultura, que inclui a atuação de familiares de Sérgio Moraes, como sua ex-esposa Kelly Moraes e seu filho, o deputado federal Marcelo Moraes. A família tem um histórico de posicionamentos contra políticas de controle do tabaco, com Marcelo Moraes chegando a admitir publicamente sua articulação para extinguir a Conicq, em 2022^{117 118 119}.

Além de Santa Cruz do Sul, diversos municípios da região Sul do Brasil destacam-se na produção de tabaco e demonstram alinhamento com a indústria tabagista. No Rio Grande do Sul, cidades como Canguçu, São Lourenço do Sul, Venâncio Aires, Candelária, Camaquã e Vale do Sol figuram entre os maiores produtores nacionais. Esses municípios, onde a fumicultura é uma das principais atividades econômicas, frequentemente mantêm relações estreitas com empresas do setor, influenciando decisões políticas e econômicas locais.

O prefeito Jarbas da Rosa (PDT) de Venâncio Aires, por exemplo, tem ocupado posições de destaque em entidades do setor, como a Amprotabaco. Esta associação, criada para atuar como um braço político da indústria, complementa a atuação de outras entidades como o SindiTabaco e a Afubra.

¹¹⁵ NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Gilson Becker é eleito presidente da Amprotabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUI>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹⁶ SINDITABACO. Tabaco é pauta de encontro com o poder executivo e legislativo de Santa Cruz do Sul. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUJ>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹⁷ MORAES, Sérgio Ivan. Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQU>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹⁸ GAZ. Vereador apresenta moção de repúdio ao Governo Federal por posicionamento na COP-10. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUP>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹¹⁹ GAZ. Vereador apresenta moção de repúdio ao Governo Federal por posicionamento na COP-10. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQUP>. Acesso em: 28 maio 2025.

O número de associados da Amprotabaco é incerto e não há informações públicas sobre o assunto. O site da entidade é divulgado na página das redes sociais, porém não está disponível. Publicamente a entidade diz que representa 508 municípios^{120 121}.

Gilson Becker eleito presidente da Amprotabaco em 2025 já se posicionou que irá criar uma agenda de discussões, no âmbito regional, como preparação da para a COP11, marcada para novembro deste ano^{122 123}.

Em 2023, a ACT Promoção da Saúde elaborou duas notas técnicas sobre a fumicultura, contestando argumentos amplamente difundidos por municípios, aliados e associações do setor. Os documentos apresentam dados sobre o perfil socioeconômico das famílias produtoras e a concentração da produção em um número reduzido de municípios. O material está disponível em: www.diversifica.org.br.

4. O governo nomeia ou permite a presença de representantes da indústria do tabaco (incluindo estatais) na delegação à COP ou a outros órgãos subsidiários ou aceita o seu patrocínio para delegados.					4	
--	--	--	--	--	----------	--

O governo brasileiro não nomeia ou permite a participação da indústria. No entanto, registramos uma série de incidências para participação da COP10.

I. Visita a ministérios e interações entre o setor fumageiro e representantes do governo brasileiro marcam COP10

Em 2023, no período que antecedeu a realização 10ª Conferência das Partes (COP10) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, realizada em fevereiro de 2024 no Panamá, a indústria do tabaco e seus aliados já articulavam estratégias para influenciar os posicionamentos do governo brasileiro na conferência.

Essas articulações envolveram encontros com representantes de ministérios ainda em 2023, bem como interações diretas com a delegação brasileira durante a COP10. Tais ações abriram brechas para interferências nas políticas públicas de saúde, favorecendo interesses comerciais. Parlamentares e membros de associações ligadas ao setor fumageiro reuniram-se com integrantes do Executivo com o objetivo de garantir acesso ao evento e influenciar suas decisões.

Durante a conferência, o grupo obteve acesso diário à delegação brasileira, inclusive com a participação de Flávio Marques Goulart, executivo da JTI Brasil. Paralelamente, narrativas alinhadas ao discurso da indústria dominaram a cobertura midiática no sul do país e nas

¹²⁰ AMPROTABACO. Instagram. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/amprotabaco/>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹²¹ AMPROTABACO. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wQ6Ac>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹²² LISBOA, Silvia. Amprotabaco: a rede de prefeitos na defesa da indústria do fumo. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/amprotabaco-rede-de-prefeitos-na-defesa-da-industria-do-fumo>.

Acesso em: 28 maio 2025.

¹²³ WACHOLZ, Letícia. Prefeito de Venâncio Aires deve ser o novo presidente do Amprotabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/estrategias-e-taticas/exagerar-importancia-economica-da-industria?ref=staging.nucleo.jor.br&page=1>. Acesso em: 28 maio 2025.

redes sociais, destacando supostos prejuízos das decisões da COP10 para a fumicultura brasileira^{124 125}.

A seguir alguns destaques pré e durante a COP10:

- **Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário pressionam Ministra da Saúde para conter efeitos negativos no setor do tabaco na COP10**

Entre julho e novembro de 2023, representantes da indústria do tabaco intensificaram sua atuação junto a diversos ministérios e órgãos públicos brasileiros em preparação para a COP10. Lideranças de entidades como SindiTabaco, Afubra e Abifumo reuniram-se com os ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário para expressar preocupações sobre o impacto das decisões da COP na produção e exportação de tabaco, solicitando apoio à inclusão de produtores nas discussões e defendendo a neutralidade do Brasil quanto à regulamentação de DEFs^{126 127}.

Em outubro do mesmo ano, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, recebeu representantes do setor do tabaco, prefeitos e parlamentares federais, estaduais e municipais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na reunião, eles reivindicam transparência sobre a posição brasileira na COP, apoio do ministro para inclusão dos produtores de tabaco em todas as etapas das discussões da COP10. Na ocasião, Fávaro afirmou que o Ministério da Agricultura iria defender a proteção dos produtores rurais que dependem economicamente do cultivo do tabaco para sua subsistência^{128 129}.

Os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário atuaram para influenciar o Ministério da Saúde a não adotar uma postura que pudesse desfavorecer os interesses das empresas do setor do tabaco. Em novembro de 2023, dois ofícios foram entregues ao Ministério da Saúde assinados, um pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e outro pelo ministro do MDA, Paulo Teixeira, foram dirigidos à ministra da Saúde, Nísia Trindade com o seguinte teor. “O primeiro é para que a

¹²⁴ BRONOSKI, Bruna. Proibidos de entrar, parlamentares forçam interferência da indústria do tabaco na COP 10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dQStl>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹²⁵ BRASEMB PANAMÁ. [Compilado de e-mails da Embaixada Brasileira no Panamá]. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ52>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹²⁶ SINDITABACO. Ministro do Desenvolvimento Agrário recebe representantes do setor do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ56>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹²⁷ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. 10ª Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP10). In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6d>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹²⁸ NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Ministro Fávaro recebe representantes da cadeia do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6h>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹²⁹ PACHECO, Rafael. Ministro da Agricultura assegura apoio à produção de tabaco na COP 10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6n>. Acesso em: 29 maio 2025.

delegação brasileira da COPI0 se mantenha “neutra” nas discussões ao abordar os DEFs. (Os documentos podem ser acessados nesta reportagem)¹³⁰.

2. Audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o posicionamento do governo federal na COPI0

Parlamentares e prefeitos da região Sul também participaram dessas articulações, que culminaram na realização de audiências públicas e no envio de ofícios ao Ministério da Saúde. Nesse contexto, foram registradas declarações agressivas contra representantes da saúde pública, como a ex-coordenadora da Conicq, Vera da Costa e Silva, o que motivou a publicação de notas de repúdio por instituições e entidades do setor. Esses episódios evidenciam a crescente pressão exercida pelo setor fumageiro para influenciar a posição oficial do Brasil na COPI0^{131 132}.

• Interações durante a COPI0, no Panamá

A COPI0, realizada em fevereiro de 2024 no Panamá, foi marcada por uma intensa mobilização da cadeia produtiva do tabaco no Brasil. Uma comitiva formada por deputados estaduais e federais, secretários de governo, além de representantes de sindicatos e associações do setor, deslocou-se até o evento com o objetivo de influenciar as discussões sobre as políticas internacionais de controle do tabaco.

No entanto, em razão de conflitos de interesse, esses representantes foram impedidos de participar diretamente das sessões oficiais da conferência. A restrição também se estendeu a profissionais da imprensa identificados com vínculos ao setor fumageiro, em conformidade com as regras de procedimentos da CQCT, que não permite a participação de pessoas com conflito de interesses (regra 32 das Regras de Procedimentos da COP)¹³³.

A ACT Promoção da Saúde alertou em nota pública à imprensa brasileira sobre a tentativa de participação de representantes da indústria do tabaco na COPI0 configura interferência indevida, violando o Artigo 5.3 da CQCT. O Observatório de Controle do Tabaco da Fiocruz reforçou publicamente a preocupação com as

¹³⁰ BRONOSKI, Bruna. Proibidos de entrar, parlamentares forçam interferência da indústria do tabaco na COP 10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6r>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³¹ OLÁ JORNAL. Deputados estaduais articulam participação na COP10 do Panamá. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6v>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³² INCA. Decisões da COP10 e MOP3 disponíveis em português. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6z>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³³ OLÁ JORNAL. Deputados e representantes do setor vão ficar de fora da COP10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6A>. Acesso em: 29 maio 2025.

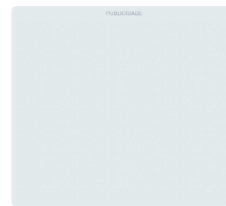
tentativas da indústria do tabaco de interferir nas discussões da COP10 com presença de lobistas pró-indústria buscando credenciamento durante o evento^{134 135}.

Diante do impedimento para entrar na conferência, a comitiva reuniu-se com o embaixador brasileiro no Panamá, Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, buscando acompanhar os desdobramentos da COP10. Foram realizadas reuniões diárias de debriefing e jantar com o embaixador, além de coletivas de imprensa e divulgação em redes sociais, nas quais expressaram críticas à condução do evento e à postura adotada pela delegação brasileira.

A cobertura midiática regional e os discursos nas redes sociais dos integrantes dessa comitiva reforçaram a narrativa de que os trabalhadores da cadeia do tabaco estariam sendo prejudicados por políticas internacionais desconectadas da realidade local. As pautas levantadas incluíram a preocupação com a reforma tributária, a manutenção da proibição dos cigarros eletrônicos e a defesa da rentabilidade do cultivo do tabaco em comparação com outras culturas.

Delegação do Brasil garante que não há posição para redução da área de plantio de tabaco; setor reage e cobra clareza

Por Leticia Wacholz - 07/02/2024 15:12



Destaque

Embaixador do Brasil com parlamentares ligados ao setor do tabaco. Captura de tela reportagem Folha do Mate de 07/02/2024

O posicionamento oficial do Brasil na COP10 refletiu um compromisso firme com as políticas de controle do tabaco, apesar das intensas pressões exercidas pela indústria tabagista e por ministérios como o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário¹³⁶.

¹³⁴ ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Esclarecimentos sobre a agenda da COP10. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6B>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³⁵ Cetab/Ensp/Fiocruz. NOTA do Centro de Estudos Sobre Tabaco e Saúde (Cetab/Ensp/Fiocruz) na COP 10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6D>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³⁶ INCA. Decisões da COP10 e MOP3 disponíveis em português. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6I>. Acesso em: 29 maio 2025.

O embaixador Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, chefe da delegação brasileira, destacou a redução da área cultivada de tabaco no país, atribuindo-a à queda na demanda internacional, e enfatizou a importância da busca por alternativas econômicas sustentáveis para os agricultores envolvidos na fumicultura. Durante a conferência, o Brasil reiterou a defesa da manutenção da proibição dos DEFs e o apoio à adoção de políticas fiscais rigorosas, incluindo a reforma tributária que prevê a criação de um imposto seletivo sobre produtos derivados do tabaco.

A fala do representante brasileiro, no entanto, foi posteriormente distorcida por porta-vozes do setor fumageiro, que concederam entrevistas à imprensa com interpretações enviesadas das decisões adotadas pela delegação nacional^{137 138 139 140 141 142}.

Durante a conferência, o representante do MDA anunciou a retomada do Programa de Diversificação em Áreas Produtoras de Tabaco com objetivo de oferecer alternativas a produtores que queiram diversificar as lavouras, porém ainda não há detalhes sobre o andamento do programa¹⁴³.

A Afubra e o SindiTabaco criticaram o anúncio com o argumento de que há estabilidade na produção, na exportação e que as entidades são favoráveis à diversificação e contrários a redução da produção de tabaco¹⁴⁴.

¹³⁷ OLÁ JORNAL. Discurso do Brasil na COP 10 fala em diminuição de área de tabaco e substituição por alternativas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6N>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³⁸ AZEVEDO, Gabriel. Representantes da cadeia produtiva do tabaco criticam posição do governo brasileiro na COP10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6S>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹³⁹ ARRUDA, Guilherme. COP-10: Brasil à frente no combate ao tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ6Y>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴⁰ ARRUDA, Guilherme. COP-10: Brasil à frente no combate ao tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ64>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴¹ WACHOLZ, Leticia. COP 10: Deputados e entidades confirmam agenda com embaixador do Brasil no Panamá. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ69>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴² OLÁ JORNAL. COP10: Deputados e secretário de Estado questionam divergências de posicionamento do Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7e>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴³ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. Posicionamento Oficial do MDA na 10ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7D>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴⁴ SCHUCH, Matheus. Em meio à COP do tabaco, governo Lula promete retomada de programa de diversificação do plantio. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7F>. Acesso em: 29 maio 2025.

Em junho de 2024, o Ministério das Relações Exteriores respondeu à ACT Promoção da Saúde quanto às reuniões de "debriefing", informando que está em curso, pelo Ministério, uma revisão da modalidade de "debriefing"^{145 146}.

Após a conferência, a Frente Parlamentar da Agropecuária divulgou uma nota de indignação com os organizadores da COP10 devido à proibição do acesso dos deputados estaduais e federais brasileiros, bem como de representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul e de veículos de imprensa brasileiros.

ACT Promoção da Saúde compartilhou com a Conicq um relatório que detalha essas movimentações antes, durante e depois da conferência, apontando que muitas das interações entre representantes do setor produtivo e o poder público foram desnecessárias, pois houve um espaço oficial de escuta promovido pela Conicq.

A Conicq ouviu em reunião aberta no dia 27 de setembro de 2023, em Brasília, posicionamentos das partes interessadas em relação aos documentos relativos à COP10 e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo (MOP3). Estiveram presentes representantes da sociedade civil, assim como representantes dos agricultores e da indústria do tabaco^{147 148}.

3. Recursos públicos para viagem de parlamentares sem credencial para COP10

Em fevereiro de 2024, três deputados federais brasileiros — Marcelo Moraes (PL-RS), Heitor Schuch (PSB-RS) e Rafael Pezenti (MDB-SC), apesar de não terem obtido credenciamento oficial para a COP10, realizaram a viagem com recursos públicos para defender a fumicultura, totalizando R\$48.839,56 em despesas.

Os gastos individuais foram os seguintes¹⁴⁹:

- o Marcelo Moraes: R\$16.714,30, sendo R\$10.935,40 em diárias e R\$5.778,90 em passagens aéreas.
- o Heitor Schuch: R\$16.506,80, com R\$10.935,40 em diárias e R\$5.571,40 em passagens aéreas.

¹⁴⁵ SINDITABACO. COP 10: deliberações vão impactar cadeia produtiva. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7J>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴⁶ GLOBO RURAL. Indústria e produtores de tabaco temem decisões na COP 10. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7N>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴⁷ SINDITABACO. CONICQ é questionada em mesa redonda na Câmara dos Deputados. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7P>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴⁸ ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. AMB na Reunião Aberta da CONICQ “PREPARAÇÃO PARA A COP 10 E MOP 3”. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7R>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁴⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Viagens em Missão Oficial. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ7W>. Acesso em: 29 maio 2025.

- o Rafael Pezenti: R\$15.618,46, incluindo R\$9.841,86 em diárias e R\$ 5.776,60 em passagens aéreas.

Inicialmente o requerimento apresentado na Câmara dos Deputados pedia a participação de cinco deputados, além dos citados inclui Covatti Filho (PP-RS) e Alceu Moreira (MDB-RS) que não viajaram com a comitiva. A justificativa era de que “é fundamental a participação de membros dessa comissão, que possuem expertise e comprometimento com os interesses dos pequenos produtores rurais e da agropecuária. O presidente da Câmara Arthur Lira aprovou a participação de quatro parlamentares para viagem a COPI0, mesmo sem credenciamento junto ao Secretariado da Convenção^{150 151}.

Os deputados federais emitiram uma nota de repúdio em conjunto com os deputados estaduais do Rio Grande do Sul, Edilson Brum, Covatti Filho, Marcus Vinícius de Almeida, Silvana Covatti e Zé Nunes e com o Secretário Estadual de Desenvolvimento Rural, Ronaldo Santini relatando a dificuldade de credenciamento no evento¹⁵².

INDICADOR 2 - Atividades de responsabilidade social corporativa da indústria - 4 pontos ↓

5. A. As agências governamentais ou os seus funcionários endossam, apoiam, formam parcerias ou participam em atividades da indústria do tabaco descritas como socialmente responsáveis. (Ref 6.2) B. O governo (suas agências e funcionários) recebe contribuições de RSE (monetárias ou de outra forma, incluindo contribuições de RSE) da indústria do tabaco ou daqueles que trabalham para promover seus interesses (por exemplo, contribuições políticas, sociais, financeiras, educacionais, comunitárias ou outras (Ref 6.4), incluindo atividades ambientais ou de EPR (COPI0 Dec)						4
--	--	--	--	--	--	---

I. A Philip Morris Brasil financia projetos ambientais como parte de sua estratégia ESG

A PMB tem investido em projetos ambientais para reforçar sua imagem de responsabilidade socioambiental. Essas iniciativas incluem reflorestamento, conservação de recursos hídricos e incentivos à preservação em propriedades rurais, especialmente no sul do Brasil¹⁵³.

¹⁵⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento para realização ou participação em Seminário, Visita Técnica ou outro Evento. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/tJoi>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informação sobre missão oficial para a 10ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP 10). In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ72>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵² OLÁ JORNAL. Deputados brasileiros barrados na COP10 emitem nota de repúdio pelo não credenciamento no evento da OMS. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ76>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵³ CRUZ, Shirley. Em reunião da Abema no Rio de Janeiro, presidente do Naturatins destaca a iniciativa Floresta Viva do BNDES. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ79>. Acesso em: 29 maio 2025.

- **Floresta Viva:** Um dos principais projetos é o Floresta Viva, realizado em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com um aporte conjunto de até R\$8,88 milhões, o programa visa a restauração ecológica da Mata Atlântica na mesorregião Sudeste do Paraná, abrangendo 21 municípios e 25 unidades de conservação. A iniciativa busca formar corredores ecológicos por meio da implementação de sistemas agroflorestais, conciliando benefícios ambientais com geração de emprego e renda para as comunidades locais. O aporte da PMB para o projeto foi de R\$5 milhões.
- **Cédulas de Produto Rural Verde (CPR Verde):** A PMB adotou a CPR Verde, que é um título de crédito do governo federal, como instrumento para incentivar práticas de conservação ambiental em sua cadeia produtiva. Em 2022, a empresa contratou as primeiras CPRs Verdes vinculadas à produção de tabaco no Brasil. Em 2024, repassou o título a nove pequenos produtores rurais com os quais mantém contratos de fornecimento. A entrega das CPRs foi realizada na unidade de manufatura da PMB, em Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), e garantiu aos agricultores o recebimento de valores financeiros pela preservação de florestas em suas propriedades¹⁵⁴.
- **Proteção de recursos hídricos:** Desde 2018, a PMB financia anualmente o Programa Protetor das Águas, em parceria com a Unisc e o município de Vera Cruz, remunerando agricultores que preservam nascentes e margens de rios. Além disso, financia a restauração do Rio Pardinho, recurso hídrico essencial para a população de Santa Cruz do Sul, reforçando sua imagem de responsabilidade ambiental, atuando em conjunto com os produtores rurais locais e desenvolvendo programas de educação ambiental¹⁵⁵.

2. Japan Tobacco investe em ações voltadas aos produtores rurais

A JTI expandiu seus projetos sociais e ambientais no Brasil, promovendo ações voltadas ao bem-estar de produtores rurais e à sustentabilidade. No entanto, essas iniciativas mascaram os impactos negativos da fumicultura, reforçando a dependência econômica dos agricultores ao tabaco e desviando o foco dos danos ambientais e à saúde pública causados pela indústria. Campanhas como assistência psicológica e homenagens às mulheres rurais fortalecem a imagem da empresa como socialmente responsável, enquanto sua atuação continua a perpetuar um modelo insustentável. Especialistas apontam que essas estratégias de responsabilidade social corporativa servem para neutralizar críticas e dificultar políticas mais restritivas ao tabaco no Brasil¹⁵⁶.

¹⁵⁴ OLÁ JORNAL. Philip Morris Brasil entrega certificações que garantem a proteção ambiental em pequenas propriedades de tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ8d>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵⁵ OLÁ JORNAL. Philip Morris Brasil viabiliza projetos de sustentabilidade na reutilização das águas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ8g>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵⁶ GAZ.JTI é pioneira em iniciativa de saúde e bem-estar voltada aos produtores integrados. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ8j>. Acesso em: 29 maio 2025.

- **Parceria com a universidade para restauração hídrica no Rio Grande do Sul**

A JTI também firmou em 2024 uma parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) para restaurar o Rio Pardinho no Rio Grande do Sul, que abrange cinco municípios. O patrocínio da empresa viabiliza ações para restabelecer as condições hídricas e ecossistema do rio. O projeto faz parte da estratégia de fortalecimento da imagem da empresa e sua relação com a comunidade local e acadêmica. Além disso, iniciativas como essa podem aumentar sua influência na formulação de políticas ambientais e agrícolas, garantindo que sejam compatíveis com seus interesses comerciais¹⁵⁷.

3. BAT Brasil expande projetos de sustentabilidade e reforça imagem corporativa

A BAT Brasil tem utilizado o Programa *ESG Farms* para consolidar sua imagem de empresa sustentável e preocupada com o meio ambiente, enquanto continua sendo uma das principais responsáveis pelo impacto ambiental na produção de tabaco no país.

Iniciado como um piloto em 2022, o projeto cresceu rapidamente, passando de 52 para 4.100 propriedades em 2024 em três estados do sul do país. O projeto abriu novas vagas para especialistas em sustentabilidade e estágios para universitários, criando uma percepção de responsabilidade social corporativa e atraindo jovens talentos para a cadeia do tabaco. Essa estratégia reforça a influência da BAT no meio acadêmico e técnico. Ao expandir sua atuação e envolver pequenos produtores e instituições acadêmicas¹⁵⁸.

A BAT Brasil promove sua imagem sustentável ao divulgar a reutilização de 33% da água em sua usina de Santa Cruz do Sul. O investimento de R\$ 5 milhões nos últimos quatro anos reforça a estratégia de responsabilidade social corporativa, mas não altera os danos causados pela indústria do tabaco¹⁵⁹.

4. Relatórios de Sustentabilidades: as estratégias verdes das fumageiras

A publicação do Relatório de Sustentabilidade em edição em português pela Philip Morris Brasil e China Brasil Tabacos faz parte de uma estratégia da indústria do tabaco para reforçar sua imagem corporativa e minimizar críticas aos impactos socioambientais da produção de tabaco. Ao destacar iniciativas como redução de emissões, incentivo ao uso de

¹⁵⁷ FOLHA DO MATE. JTI e UNISC firmam parceria para restauração do Rio Pardinho com o projeto MUDA. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ8m>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵⁸ AGROLINK. Produzindo Certo e BAT Brasil ampliam parceria. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRaY>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁵⁹ PORTAL ARAUTO. BAT Brasil reforça o compromisso com a gestão hídrica e reutiliza 33% da água consumida na usina de Santa Cruz do Sul. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ8B>. Acesso em: 29 maio 2025.

equipamentos de proteção individual e apoio a projetos comunitários, a empresa busca construir uma narrativa de responsabilidade social e ambiental no país.

A China Brasil Tabacos afirmou que irá expandir para novos mercados na Europa, Leste Europeu e outros países da Ásia nos próximos anos. A meta foi anunciada durante o Seminário Anual de Sustentabilidade 2023, realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialistas da Embrapa, Unisc, Universidade Federal de Santa Maria, do SindiTabaco e consultores independentes, além do time da China Brasil Tabacos, abordaram temas como boas práticas econômicas e de sustentabilidade, compliance e ESG.

No entanto, essas ações não abordam de forma direta problemas estruturais, como desmatamento para secagem das folhas, uso intensivo de água e a vulnerabilidade econômica dos produtores. Além de melhorar sua reputação localmente, as empresas também se posicionam para conquistar mercados internacionais mais exigentes, utilizando a sustentabilidade como ferramenta estratégica para expandir sua influência e consolidar sua presença no setor^{160 161 162 163}.

5. Philip Morris Brasil realiza ações de coleta de bitucas

A Philip Morris Brasil patrocinou em 2024 ações de coleta de bitucas de cigarro promovidas pelo Instituto Limpa Brasil como parte do Dia Mundial da Limpeza. Essas ações são locais e pontuais. Não foi identificada nenhuma ação da empresa para compensar realmente os prejuízos que seus produtos causam ao meio ambiente¹⁶⁴.

6. Philip Morris patrocina eventos de diversidade

A indústria do tabaco continua a utilizar ações de responsabilidade social corporativa para influenciar percepções e construir alianças estratégicas em diferentes setores da sociedade.

A PMB tem intensificado suas ações de inclusão e diversidade, promovendo iniciativas que destacam o compromisso da empresa com equidade de gênero, inclusão de minorias e apoio à comunidade LGBTQIA+. No entanto, essas campanhas fazem parte de uma estratégia de responsabilidade social corporativa. Algumas iniciativas:

¹⁶⁰ OLÁ JORNAL. China Brasil Tabacos mira futuro e se prepara para conquistar novos mercados. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mQ8D>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶¹ RODRIGUES, Cassiane. China Brasil Tabacos divulga primeiro Relatório de Sustentabilidade. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Azz20>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶² FOLHA DO MATE. Philip Morris Brasil lança nova edição do relatório ESG de sua operação no país. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/philip-morris-brasil-lanca-nova-edicao-do-relatorio-esg-de-sua-operacao-no-pais>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶³ E-INVESTIDOR. Philip Morris explica como pretende se tornar uma ação ESG e aponta motivo. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/philip-morris-explica-como-pretende-se-tornar-uma-acao-esg-e-aponta-motivo>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁴ CICLOVIVO. Mutirões de limpeza ocorrem em mil cidades brasileiras. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRa>. Acesso em: 29 maio 2025.

- **Parada LGBTQIA+.** Pelo sétimo ano, a Philip Morris Brasil patrocinou a Parada LGBTQIA+ de São Paulo realizada em junho de 2024. A PMB também financiou a 23ª Feira Cultural da Diversidade LGBTQIA+ oferecendo recursos de acessibilidade e participou de uma das mesas promovendo temas como inclusão e diversidade. Além disso, patrocinou o prêmio que leva o nome do evento¹⁶⁵.

A marca da Philip Morris Brasil foi disseminada na Parada LGBTQIA+, evento de rua que reuniu mais de três milhões de pessoas, segundo a organização. O nome da empresa estava presente nos painéis próximos ao auditório onde são realizadas as rodas de conversa e vídeos institucionais são exibidos. Responsável pelo evento, aceitou o patrocínio da Philip Morris, destacando que a parceria foi "institucional" e não incluiu propaganda de produtos do tabaco.

Apesar da proibição de patrocínio de atividades culturais e esportivas por marcas do setor tabagista, a Philip Morris explorou uma lacuna legal ao realizar publicidade institucional. Embora não tenha promovido produtos específicos, especialistas apontam que a marca Philip Morris é diretamente associada ao tabaco, esta ação pode configurar uma violação indireta das diretrizes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco¹⁶⁶.

- **Philip Morris apoia blocos de Carnaval .** Em 2025, a Philip Morris Brasil também patrocinou blocos de Carnaval que promovem diversidade e inclusão, alinhando sua marca a causas sociais. A PMB apoiou blocos em São Paulo, como o Bloco do Fico (de pessoas com deficiência) e o Bloco do Ezatamentchy (“Exatamente”) (de pessoas LGBTQIA+)¹⁶⁷.
- **Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+.** Desde 2018, a PMB é uma das empresas que integram o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ que tem o objetivo de promover a inclusão e o respeito aos direitos humanos da comunidade LGBTI+ no ambiente corporativo¹⁶⁸.
- **Movimento Mulher 360.** Iniciativas que incentivam a participação de empresas em práticas de inclusão e equidade¹⁶⁹.

¹⁶⁵ PARADASP. Prêmio Parada SP de Cidadania LGBT+. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRa9>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁶ FONSECA, Bruno; CUSTÓDIO, Rafael. Apesar de restrições, Philip Morris patrocina evento cultural na parada LGBTQIA+ de SP. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbj>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁷ ROCHA, Liliane. Carnaval 2025: Como empresas brasileiras estão promovendo diversidade e inclusão na maior festa nacional. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbq>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁸ MELHOR RH. PHILIP MORRIS BRASIL é reconhecida como uma das Melhores Empresas para Pessoas LGBTQIA+ Trabalharem. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbu>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁶⁹ MELHOR RH. Philip Morris International avança em equidade de gênero com 41,8% de lideranças femininas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbA>. Acesso em: 29 maio 2025

7. Ações da indústria do tabaco e aliados nas enchentes do Rio Grande do Sul

Durante as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, empresas da indústria do tabaco e entidades aliadas realizaram diversas ações de solidariedade para auxiliar as comunidades afetadas.

- **PMB:** doação de R\$250 mil ao Hospital de Pronto Socorro de Canoas para apoiar sua reconstrução. Além disso, a PMB doou 20 computadores à Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Glória, em Sinimbu, e mobilizou voluntários por meio do grupo Esfera Brasil para distribuir alimentos e itens essenciais^{170 171}.
- **JTI:** mobilização do Programa Voluntários do Bem, a empresa mobilizou cerca de 500 voluntários para auxiliar nas comunidades afetadas, arrecadando e distribuindo doações. A JTI doou R\$645.876 ao fundo de Meio Ambiente do Comitê Pró-Clima do Vale do Rio Pardo, destinados à aquisição de equipamentos para monitoramento climático e resposta a eventos extremos.

Além disso, a empresa distribuiu 1.500 kits de material escolar para alunos de 18 escolas em 12 municípios gaúchos, auxiliando na retomada do ano letivo^{172 173}.

- O Instituto BAT Brasil em parceria com a plataforma da Atados especializada em gestão de doações, lançou uma campanha de arrecadação de recursos para oferecer apoio emergencial às vítimas. Com divulgação nas redes sociais, a proposta da empresa é que o Instituto BAT Brasil multiplicará o valor das contribuições: a cada R\$1 doado, o Instituto irá doar R\$2 (até o limite de R\$350 mil por parte da organização).
- Funcionários da JTI e a PMB fizeram doações de marmitas para as famílias que estavam alojadas nos pavilhões do Parque da Oktoberfest¹⁷⁴.

¹⁷⁰ CANOAS.RS. HPS recebe doação de R\$ 250 mil da Philip Morris para obras de reconstrução. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbF>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷¹ PORTAL ARAUTO. PHILIP Morris Brasil doa 20 computadores para a Emef Glória. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbM>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷² GAZ. JTI doa computadores para escolas municipais em ação de reconstrução pós-enchentes. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbQ>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷³ FOLHA DO MATE. Programa voluntários do Bem, da JTI, doa 1,5 mil kits de material escolar para alunos de escolas gaúchas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbT>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷⁴ PORTAL ARAUTO. Entidades e empresas preparam refeições para pessoas desabrigadas pela enchente. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRbY>. Acesso em: 29 maio 2025.

- As indústrias do tabaco (Philip Morris, a BAT Brasil e a JTI) e os grupos aliados (SindiTabaco, Afubra e Esfera Brasil) realizaram mobilizações por meio de páginas online de doações em dinheiro, voluntariado, entre outras ações^{175 176}.

8. Instituto Crescer Legal

O Instituto Crescer Legal fundado pelo SindiTabaco e suas empresas associadas, como BAT Brasil, Philip Morris e JTI, completou dez anos de atuação e apresenta-se como uma iniciativa para combater o trabalho infantil no meio rural, especialmente na cadeia produtiva do tabaco.

Atualmente são quatro programas desenvolvidos: Aprendizagem Profissional Rural, Acompanhamento de Egressos, Boas Prática de Empreendedorismo para a Educação e Nós Por Elas – A Voz Feminina do Campo.

Por meio do programa Aprendizagem Profissional Rural, jovens entre 14 e 17 anos são contratados como aprendizes para cursos de gestão rural e empreendedorismo. Em 2023, o Instituto certificou 159 jovens em Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), alcançando a marca de mil formandos desde sua criação. O instituto possui registro no Conselho Municipal de crianças e adolescentes dos municípios envolvidos e validação como entidade de aprendizagem pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹⁷⁷.

O instituto tem parceria com municípios e escolas do sul do país. Em 2024, o Instituto Crescer Legal em parceria com o Município de Vera Cruz (Rio Grande do Sul), lançou o curso de Gestão Rural e Empreendedorismo, voltado para adolescentes de áreas rurais, especialmente de regiões produtoras de tabaco¹⁷⁸.

9. Programa Arise da JTI ampla atuação no Rio Grande do Sul

Programa Arise da JTI, que tem o objetivo de erradicação do trabalho infantil em comunidades produtoras de tabaco e realiza atividades por meio de setores públicos e privados. Em 2023, o programa ampliou a sua atuação para mais dois estados: Paraná e Santa Catarina e também expandiu para mais municípios do Rio Grande do Sul, entre eles: Barros Cassal, Gramado Xavier, Passo do Sobrado e Jaguari.

¹⁷⁵ SINDITABACO. Como a integração e a solidariedade vão reerguer o Rio Grande. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRb3>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷⁶ INSTITUTO BAT BRASIL. Desafios globais demandam ações conjuntas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcc>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷⁷ INSTITUTO BAT BRASIL. Desafios globais demandam ações conjuntas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcc>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁷⁸ RODRIGUES, Wellington. Instituto Crescer Legal abre inscrições para novas turmas do Programa de Aprendizagem em Vera Cruz. In : Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcf>. Acesso em: 29 maio 2025.

Entre 2012 e 2023, mais de 4.878 crianças participaram das oficinas do projeto¹⁷⁹.

10. Leilão beneficente patrocinado pela Ignite

A Ignite é uma marca chinesa que comercializa bebidas alcoólicas e cigarros eletrônicos. Em novembro de 2024, a Ignite patrocinou o leilão beneficente Galácticos Open, organizado pela Fundação Fenômenos do ex-jogador Ronaldo Nazário, em São Paulo, com a participação de diversas celebridades. Embora a Ignite promova principalmente sua linha de bebidas destiladas no Brasil, sua associação com personalidades influentes levanta preocupações sobre a promoção indireta de produtos proibidos, como os cigarros eletrônicos.

A Fundação Fenômenos atua fortemente desde 2012 em diversas comunidades do Brasil, com programas sociais e iniciativas para melhorar a vida de adultos e crianças e conta com projetos como “Fundo Fenômenos” e “Desafio Fenômenos”.

O site Núcleo denunciou a campanha da Ignite nas redes realizada por cantores e influenciadores. Após denúncia, a Anvisa abriu um processo administrativo para investigar o caso. A Anvisa considera a divulgação de marcas de propaganda indireta, o que é irregular, segundo resolução de abril de 2024¹⁸⁰.

11. Philip Morris doa 50 computadores para município produtor de tabaco

Em dezembro de 2024, a Philip Morris Brasil doou 50 computadores à Prefeitura de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), destinados à Secretaria de Cultura e aos Centros de Referência em Assistência Social. A prefeita Helena Hermany destacou a importância da parceria para projetos educacionais no contraturno escolar. No entanto, essa ação pode ser interpretada como uma estratégia de responsabilidade social corporativa, visando melhorar a imagem da empresa em meio a críticas sobre os impactos negativos da indústria do tabaco¹⁸¹.

¹⁷⁹ PORTAL ARAUTO. Projeto da JTI tem série de iniciativas para combater o trabalho infantil em comunidades rurais. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRci>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸⁰ PODER 360. Empresa de vapes, Ignite patrocina festa de Ronaldo em SP. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcl>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸¹ GAZ. Philip Morris entrega 50 computadores à Prefeitura de Santa Cruz. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcn>. Acesso em: 29 maio 2025.

INDICADOR 3 - Benefícios para a indústria do tabaco - 7 pontos

6. O governo aceita os pedidos da indústria do tabaco para um prazo mais longo para a implementação ou adiamento da lei de controle do tabaco. (Ref 7.1)				3		
--	--	--	--	---	--	--

I. Indústria tem garantido o uso de aditivos de sabor em produtos de tabaco mesmo após 13 de regulação pela Anvisa

No Brasil é proibido comercializar cigarros e outros produtos de tabaco, como narguilé e cigarrilhas, com aditivos que conferem sabor e aroma, como menta, melancia, cravo, baunilha e outros, além de amônia e outros aditivos especificados na norma da agência sanitária brasileira, a Anvisa (RDC 14/2012). A justificativa é que os aditivos tornam os produtos de tabaco mais atraentes, especialmente para jovens, e palatáveis, e dificultam a cessação do tabagismo. Embora a comercialização seja proibida, a norma não é implementada devido às disputas judiciais movidas pelas empresas de tabaco. Com isso, enquanto a questão estiver em julgamento, esses produtos seguem sendo comercializados.

A norma foi amplamente debatida em consulta pública aberta pela Anvisa, inclusive com participação do setor regulado, e tem sido objeto de disputas judiciais desde a sua edição, quando uma ação foi proposta pela CNI no STF e outras duas foram propostas na justiça ordinária por sindicatos que representam a indústria do tabaco. As maiores fabricantes de cigarros do Brasil, BAT Brasil e Phillip Morris, foram representadas nestas ações.

Uma liminar do STF suspendeu os efeitos da norma entre 2012 e 2018, quando o STF julgou a ação improcedente. O STF confirmou a constitucionalidade da norma, porém a falta de maioria não deu efeito vinculante. Com isso, mais de 40 novas ações foram propostas na justiça ordinária, todas com o mesmo objeto: invalidar a norma.

Um desses casos chegou ao STF em grau de recurso e o tribunal entendeu que o julgamento terá repercussão geral e será o precedente para todos os demais casos em tramitação no país. O julgamento teve início, e o Ministro Dias Toffoli, relator, apresentou voto favorável à constitucionalidade da RDC 14/2012. Neste momento, o julgamento está suspenso, mas já há um voto favorável à Anvisa e um outro desfavorável.

Essa estratégia de hiperjudicialização da norma da Anvisa permitiu que mais de mil produtos com aditivos proibidos pela norma fossem registrados na Anvisa entre 2012 e 2023, e passados mais de treze anos da sua edição, a norma nunca tenha sido implementada para as grandes corporações multinacionais do tabaco no Brasil¹⁸². Os dados constam de estudo inédito desenvolvido pelo pesquisador e epidemiologista André Szklo, do INCA, em conjunto com Anvisa e ACT, e resultou no artigo “O sabor amargo da interferência da indústria do tabaco no Brasil”, publicado na Tobacco Control, uma das principais revistas sobre controle do tabagismo no mundo¹⁸³.

¹⁸² GIL, Roberto Gil; COSTA E SILVA, Vera Luiza da. Futuro da saúde pública depende da proibição de aditivos no tabaco. In: OBservatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcu>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸³ INCA. Estudo inédito mostra como indústria do tabaco inseriu no País produtos com aditivos reprovados pela Anvisa. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcs>. Acesso em: 29 maio 2025.

Em novembro de 2024, o SindiTabaco enviou um ofício ao governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite alertando sobre “os prejuízos e consequências sociais que podem ser acarretados por uma decisão favorável do Supremo Tribunal Federal quanto à possibilidade de que a Anvisa proíba ingredientes dos produtos de tabaco”¹⁸⁴.

Entre 2024 e março de 2025, a indústria do tabaco intensificou esforços para influenciar o julgamento no STF sobre a regulação do uso de aditivos em cigarros. A Abifumo apresentou no processo do STF um estudo da FGV Conhecimento, por ela encomendado, que alega potenciais perdas econômicas significativas decorrentes da regulação do uso de aditivos em produtos de tabaco. Contudo, esse estudo é contestável por ser apócrifo, não indicar a ficha técnica dos pesquisadores envolvidos, diferente de outras publicações da instituição que são claramente identificadas, e apresenta argumentos econômicos alarmistas e sem fundamento. A divulgação desse estudo coincidiu estrategicamente com o andamento do julgamento no STF, sugerindo uma tentativa de pressionar a Corte com informações questionáveis^{185 186}.

Com a retomada do julgamento pelo STF, a Secretária Executiva da Conicq manifestou preocupação com os impactos negativos dos aditivos nos produtos de tabaco resultando em um aumento no número de fumantes e sobrecarregando o Sistema Único de Saúde com tratamentos para doenças relacionadas ao tabaco^{187 188 189}.

2. Indústria do tabaco patrocinou evento que reuniu ministros do STF em Londres

Em maio de 2024, o jornal O Estado de São Paulo denunciou o conflito de interesses na participação dos ministros em evento na Inglaterra patrocinado pela BAT, parte interessada em diferentes ações que tramitam no STF. A fumageira foi uma das patrocinadoras do “Io Fórum Jurídico: Brasil de Ideias”, que reuniu ministros do STF, juízes de outras Cortes superiores e representantes de empresas privadas, em Londres. A BAT tem pelo menos dois processos no STF e é parte interessada em outra ação sob relatoria do ministro Dias Toffoli, que viajou à capital inglesa para participar do evento entre os dias 23 e 26 de abril. O

¹⁸⁴ PEREIRA, Flávio. SINDITABACO alerta ao governador Eduardo Leite: “Decisão do STF poderá tirar renda de 133 mil famílias produtoras e estimular o contrabando de fumo”. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcA>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸⁵ CONHECIMENTO.FGV. Relatório Técnico I Estudo dos Efeitos Econômicos da Aplicação da RDC Nº14/2012, da Anvisa. In: Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcE>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸⁶ WIZIACK, Julio. Indústria do fumo diz que PIB encolherá até R\$ 9 bilhões com restrições. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcL>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸⁷ CONICQ. Manifesto da Se-Conicq em apoio ao banimento definitivo de aditivos que aumentam a atratividade de produtos fumígenos com nicotina e derivados do tabaco no Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRcX>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸⁸ GIL, Roberto Gil; COSTA E SILVA, Vera Luiza da. Futuro da saúde pública depende da proibição de aditivos no tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRc6>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁸⁹ CARVALHO, Adriana; COUTINHO, Diogo; ALMEIDA, Eloísa Machado de; VEDOVATO, Luís Renato; MOURA, Walter José Faiad de. O STF e a regulação de aditivos em cigarros. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

ministro Alexandre de Moraes e o decano do STF, Gilmar Mendes, também participaram do encontro em Londres. A BAT integra a Abifumo, que atua no STF como *amicus curiae* em ação que pede a derrubada da resolução publicada pela Anvisa sobre aditivos. O caso tramita no STF sob repercussão geral - quando a decisão dos ministros se torna obrigatória para todos os tribunais do país, como mencionado anteriormente. Esse é o processo relatado por Toffoli.

7. O governo concede privilégios, incentivos, isenções fiscais, subsídios, incentivos financeiros ou benefícios à indústria do tabaco					4	
--	--	--	--	--	----------	--

1. Empresas do tabaco recebem benefícios fiscais

Em maio de 2023, a Receita Federal passou a disponibilizar dados sobre parte das renúncias fiscais referentes ao ano de 2021. No ano seguinte, o jornal *Folha de S.Paulo* divulgou a lista de empresas brasileiras beneficiadas por esses incentivos, entre as quais se destacam duas do setor de cigarros — Tobacco House e Philip Morris —, que lideraram os valores de renúncia, com aproximadamente R\$ 9 milhões cada em benefícios fiscais naquele ano.¹⁹⁰

No total, em 2021, o setor a redução de R\$47,4 milhões em pagamentos de tributos, conforme dados divulgados pela Controladoria-Geral da União. Os dados se referem a montantes que o governo deixou de arrecadar em impostos federais e a benefícios concedidos por meio de programas públicos de incentivo.

Essa política permanece até os dias atuais. Dados referentes às renúncias das empresas para o período deste Index ainda não estão publicados.

2. Isenções fiscais por meio de incentivos a atividades culturais

No Brasil, o sistema de incentivos fiscais permite que empresas direcionem parte de seus impostos devidos a projetos culturais e sociais previamente aprovados por órgãos públicos. Na prática, isso significa que uma empresa pode apoiar financeiramente uma iniciativa cultural. Embora o objetivo da política seja fomentar a cultura e democratizar o acesso a atividades artísticas, o mecanismo tem sido utilizado por empresas de setores controversos para suavizar sua imagem pública. A indústria do tabaco, por exemplo, segue se beneficiando dessa política ao patrocinar eventos culturais e iniciativas comunitárias, o que além de garantir isenções fiscais, também associa suas marcas a valores positivos, como arte, educação ou preservação cultural.

- **Fumageiras patrocinam 39ª Oktoberfest de Santa Cruz do Sul.** As empresas de tabaco patrocinaram a edição da Oktoberfest que ocorreu em outubro de 2024. Com o tema Celebrando a Imigração Alemã, o evento lembrou as tradições e o legado histórico-cultural. A mostra cultural do evento contou com apoio das Leis de Incentivo à Cultura, nas esferas estadual e federal. Pela Lei de Incentivo à Cultura

¹⁹⁰ BENEFÍCIOS FISCAIS. Indústrias do fumo e armas receberam benefícios fiscais de R\$ 180 milhões. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/43yqU9i>. Acesso em: 29 Maio. 2025.

financiada pelo Pró-Cultura e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o evento teve o patrocínio da JTI, BAT, Philip Morris, Leaf Tabacos e Afubra^{191 192 193}.

- **JTI, PMB e BAT destinam recursos para atividades culturais via Lei Rouanet.** A utilização da Lei Rouanet (lei federal 8.313/1991 de incentivo à cultura) por empresas do setor tabagista, como a PMB e a JTI Brasil, é um exemplo de como a indústria do tabaco adota estratégias de responsabilidade social e promoção cultural para fortalecer sua imagem institucional e reforçar vínculos com comunidades locais, especialmente em regiões onde a produção fumageira é central para a economia — como é o caso de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul).

- o **Philip Morris Brasil** destinou R\$ 100 mil em recursos incentivados — valor correspondente a parte do imposto de renda devido — para viabilizar atrações de dança, música regional e desfiles cênicos. A proposta foi apresentada pela Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul)^{194 195}.

Além disso, a PMB também patrocinou o espetáculo Ilusion Show: Uma Jornada Mágica, voltado para crianças e professores da rede pública, também com recursos incentivados¹⁹⁶.

- o **JTI Brasil** entre 2023 e 2024, destinou R\$ 470 mil para apoiar projetos culturais. A maior parte desse valor — R\$ 350 mil — foi direcionada à Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul).

Em 2024, a empresa também patrocinou, pelo sétimo ano consecutivo, um Festival de Cinema na cidade, desta vez com apoio adicional da Lei Paulo Gustavo, que também fomenta a produção cultural no país^{197 198}.

¹⁹¹ GAZ. BAT Brasil resgata trajetória durante a Festa da Alegria. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdz>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹² OLÁ JORNAL. Fim de semana ensolarado fecha 39ª Oktoberfest com chave de ouro. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdD>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹³ OKTOBERFEST SANTA CRUZ. Programação Cultural da 39ª Oktoberfest celebra legado deixado pelos imigrantes alemães. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdJ>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹⁴ LEI ROUANET. Painel de dados da Lei Rouanet. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdR>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹⁵ PORTAL ARAUTO. BAT Brasil reforça vínculo com a comunidade santa-cruzense e com a Oktoberfest. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdU>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹⁶ MARTINS, Eduardo. Rouanet Rompe Todos os Parâmetros. Inclusive na Inserção de Novas Empresas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRdX>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹⁷ SEVERO, Paola. Festival Santa Cruz de cinema: "É uma iniciativa que queremos continuar a apoiar", diz diretor da JTI. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRd5>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹⁸ JAPAN TOBACCO INTERNATIONAL. Com patrocínio da JTI, Festival Santa Cruz de Cinema cresce em proporção e impacto cultural. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRea>. Acesso em: 29 maio 2025

- **BAT Brasil apoia projetos via lei de incentivo estadual.** O projeto 'Dançar, Empreender e Vencer! Com o objetivo de oferecer oficinas de dança e capacitação em gestão e empreendedorismo cultural a jovens e adultos. O projeto 'Dançar, Empreender e Vencer!' foi patrocinado pela BAT Brasil via lei do ICMS, incentivo estadual, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (Sececrj)¹⁹⁹.
- **Parque de Ideias.** O Parque de Ideias oferece programação cultural e educativa, com acesso gratuito, em três unidades da Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro (Centro, Manguinhos e Rocinha. A execução ficou a cargo da Debê Produções, com patrocínio integral da BAT Brasil e do Instituto BAT, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura (ICMS-RJ)²⁰⁰.

ACT Promoção da Saúde encaminhou uma carta à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro alertando sobre a prática de responsabilidade social corporativa usada para melhorar a imagem pública das empresas e promover seus produtos de maneira indireta.

3. Tributação diferenciada para produtos fumígenos

Registramos diferentes iniciativas para buscar benefícios fiscais para uma parcela do setor fumageiro, mas o texto final aprovado não acatou nenhum benefício ou privilégio.

- Na fase final de tramitação da Reforma Tributária no Senado em 2024, foram apresentadas emendas que sugeriam tributação diferenciada para charutos e produtos artesanais. A senadora Soraya Thronicke (Podemos), autora do projeto de lei sobre cigarros eletrônicos, propôs, em 24 de outubro de 2024, a redução de impostos sobre charutos artesanais — proposta que não foi acolhida no relatório final²⁰¹.
- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realizou 21 audiências públicas com representantes do setor produtivo durante a reforma tributária. O senador Izalci Lucas (PL-DF) propôs 70 emendas, incluindo sugestões do setor do tabaco. Durante os debates, Edimilson Alves (Abifumo) defendeu a neutralidade tributária para o setor, destacando a carga tributária já elevada e a importância econômica da cadeia do tabaco — com mais de 133 mil produtores, sobretudo na região Sul. Renato Matos Roll, da Associação dos Produtores de Charutos Artesanais do Brasil (APCAB), defendeu tratamento diferenciado para charutos artesanais, destacando seu valor cultural e a geração de empregos no Recôncavo Baiano²⁰².

¹⁹⁹ PETRÓPOLIS EM CENA. Lançamento do Projeto "Dançar, Empreender e Vencer!" acontece nesta sexta em Petrópolis. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRed>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁰ INSTAGRAM. Parque das ideias. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRef>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰¹ AMADO, Guilherme. Senadora tenta beneficiar charutos na reforma tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mReF>. 29 maio 2025.

²⁰² CÂMARA DO SENADO. Relatório do Grupo de Trabalho criado em decorrência da aprovação do REQ nº 66, de 2024 – CAE. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mReO>. Acesso em: 29 maio 2025.

- O deputado federal Rafael Pezenti (MDB), ex-fumicultor e aliado do setor produtivo, é autor de um projeto²⁰³ que reduz a taxa para registro de produtos fumígenos artesanais. Ele articulou com senadores como Izalci Lucas, Sérgio Moro e Soraya Thronicke para buscar benefícios aos pequenos agricultores no texto final da reforma tributária.



O Deputado federal Rafael Pezenti e a senadora Soraya Thronicke se reúnem para falar sobre reforma tributária. Foto: Redes Sociais Rafael Pezenti²⁰⁴.

INDICADOR 4 - Interações desnecessárias - 11 pontos

8. Funcionários governamentais de alto nível (como o Presidente/Primeiro-Ministro ou Ministro) reúnem-se com/fomentam relações com as empresas tabaqueiras, como a participação em funções sociais e outros eventos patrocinados ou organizados pelas empresas tabaqueiras ou por aqueles que promovem os seus interesses. (Ref 2.1)						5
--	--	--	--	--	--	---

1. Philip Morris se reúne com governador do Rio Grande do Sul e fala sobre investir em fábrica de cigarro eletrônico

A imprensa noticiou o encontro do vice-presidente sênior da Philip Morris International, Gregoire Verdeaux, com o governador Eduardo Leite do Rio Grande do Sul, durante sua

²⁰³ PEZENTI, Rafael. Projeto de Lei 1347/2024. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mReY>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁴ JUNIOR, Janary, Comissão aprova projeto que reduz taxa para registrar produtos fumígenos artesanais. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mReR>. Acesso em: 29 maio 2025..

visita à unidade de Santa Cruz do Sul em março de 2023. O executivo da fumageira afirmou que a empresa pretende investir na unidade gaúcha caso ocorra a liberação dos DEFs, que inclui, cigarro eletrônico e o tabaco aquecido. A declaração foi dada durante o evento da Philip Morris para jornalistas em seu centro de pesquisa e desenvolvimento Cubo, na cidade de Neuchâtel, na Suíça²⁰⁵.

2. Governador do Rio Grande do Sul visita JTI no Japão

A visita do governador Eduardo Leite e de membros do governo estadual à sede da JTI no Japão, durante missão internacional em 2024, representa mais um episódio da relação estreita entre o setor público gaúcho e a indústria do tabaco²⁰⁶.

A missão oficial do Executivo e Legislativo do RS à Ásia teve como foco declarado a atração de investimentos, especialmente em áreas como energias renováveis. Ainda assim, incluiu reunião estratégica na sede da JTI, uma das maiores fabricantes de cigarros do mundo, que mantém fábrica em Santa Cruz do Sul, cidade símbolo da fumicultura brasileira.



Reunião com a empresa JTI fez parte da agenda no Japão - Foto: Maurício Tonetto / Secom Governo do RS

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, justificou a visita com argumentos já clássicos do setor: geração de renda para o produtor rural e empregos industriais. A fala reforça a lógica da dependência econômica da cadeia do

²⁰⁵ JORNAL DO COMÉRCIO. PHILIP Morris pretende investir em fábrica no RS se Anvisa liberar cigarro eletrônico. In: OBSERVATÓRIO Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRe1>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁶ SPANHOL, Renata da Silva. Primeira etapa da Missão Ásia 2024 chega ao fim com boas perspectivas de negócios para o RS. In: OBSERVATÓRIO Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRe6>. Acesso em: 29 maio 2025.

tabaco, que a indústria tem historicamente usado para influenciar decisões públicas e resistir a medidas de controle²⁰⁷.

O governador Eduardo Leite divulgou a visita à JTI em suas redes sociais²⁰⁸.

3. Governador do Rio Grande do Sul afirma publicamente que apoia os novos produtos de nicotina

Em setembro de 2024, durante a Expointer, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, reafirmou o apoio do governo estadual à cadeia produtiva do tabaco e à regulamentação dos novos produtos de nicotina. Leite destacou a importância econômica do setor para o estado, especialmente no contexto de reconstrução após desastres climáticos, e criticou políticas públicas que, segundo ele, dificultam a vida dos produtores locais.



TABACO

Governo do Estado reafirma apoio a cadeia produtiva do tabaco e aos novos produtos de nicotina



Captura de tela reportagem Olá Jornal de 10 de setembro de 2024²⁰⁹

²⁰⁷ SPANHOL, Renata da Silva. Primeira etapa da Missão Ásia 2024 chega ao fim com boas perspectivas de negócios para o RS. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRe6>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁸ INSTAGRAM. Eduardo Leite - [reunião com a Japan Tobacco International]. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRfp>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁹ OLÁ JORNAL. Governo do Estado reafirma apoio a cadeia produtiva do tabaco e aos novos produtos de nicotina. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRfu>. Acesso em: 29 maio 2025.

4. Secretário do Rio Grande do Sul participa dos 120 anos da BAT Brasil

O então secretário da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, Giovani Feltes, participou da cerimônia de comemoração dos 120 anos da BAT Brasil. O evento foi realizado em agosto de 2023 em Cachoeira, cidade onde está instalado o Brazil Labs, laboratório da empresa.



Secretário Feltes participa das comemorações dos 120 anos da BAT Brasil. Foto Divulgação Seapi

A presença de Feltes, autoridade máxima do setor agrícola no Estado à época, reforça o respaldo institucional dado à empresa, mesmo diante do crescente debate nacional e internacional sobre os impactos da indústria do tabaco na saúde e na economia²¹⁰.

5. Ministros de Estado participam de evento da Federação das Indústrias

Três ministros de Estado — Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Carlos Fávaro — participaram da posse da nova diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, que inclui representantes do setor do tabaco. O evento contou com a presença de lideranças do SindiTabaco que integra a entidade, tradicional defensor dos interesses da indústria fumageira. A presença de autoridades federais em um evento simbólico de apoio ao setor reforça o poder político da indústria²¹¹.

6. Prefeita de Santa Cruz do Sul participa de celebração de 50 anos da PMB

²¹⁰ AGRICULTURA.RS. Secretário Feltes participa da comemoração de 120 anos da BAT Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRfE>. Acesso em: 29 maio 2025.

²¹¹ GAZ. Presidente do SindiTabaco, Iro Schunke, foi um dos diretores empossados na cerimônia realizada em Porto Alegre. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRfO>. Acesso em: 29 maio 2025.

A participação da prefeita Helena Hermany, conhecida como aliada ao setor, na celebração dos 50 anos da Philip Morris Brasil, em setembro de 2023, evidencia mais uma vez o alinhamento político-institucional entre lideranças locais do Sul do Brasil e a indústria do tabaco.

A cerimônia aconteceu em Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), município historicamente vinculado à cadeia produtiva do tabaco e sede de operações estratégicas da PMB. Além da prefeita, estiveram presentes representantes da Afubra, SindiTabaco, parlamentares e executivos da empresa.

A celebração teve caráter institucional e simbólico, promovendo a imagem da empresa como parceira do desenvolvimento regional.



O evento da Philip Morris no distrito industrial de Santa Cruz do Sul (RS), contou com a presença da prefeita de Santa Cruz do Sul, Helena Hermany. Foto: Redes Sociais Helena Hermany²¹²

7. Ignite patrocina evento com a presença de governador

Ignite, conhecida por comercializar cigarros eletrônicos e bebida alcoólica, têm ampliado sua presença no país por meio de eventos e parcerias com figuras públicas. Em setembro de 2024, o cantor Gustavo Lima foi anunciado como embaixador da marca durante um evento em Bela Vista de Goiás, que contou com a presença do governador Ronaldo Caiado, usando um casaco com o logotipo da empresa. O evento com a participação de Caiado foi amplamente divulgado na imprensa e nas redes sociais.

²¹² SINDITABACO. SindiTabaco participa dos 50 anos da Philip Morris Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRfW>. Acesso em: 29 maio 2025.



Governador de Goiás Ronaldo Caiado com casaco da Ignite durante o evento. Foto Reprodução Metrôpoles²¹³.

8. Philip Morris expõe produto de tabaco aquecido para demonstração na Expoagro

A Philip Morris Brasil utilizou a Expoagro Afubra, uma das maiores feiras agropecuárias do Sul do país, para promover seu produto de tabaco aquecido IQOS, cuja comercialização é proibida no Brasil pela Anvisa.

Dois estandes da PMB foram montados na Expoagro 2024 com foco em “inovação”, sendo que um deles incluía a demonstração do dispositivo IQOS. A demonstração do produto ocorreu abertamente ao público, incluindo comunicação visual e falas de representantes da empresa, configurando publicidade disfarçada — prática vedada para um produto cuja venda é proibida.

A estratégia foi reproduzida em veículos locais como Gazeta do Sul (Gaz), Olá Jornal e Folha do Mate, com chamadas sobre os “benefícios” da tecnologia, como a suposta redução de “até 95% dos compostos tóxicos” em comparação ao cigarro — uma alegação sem validação independente e criticamente contestada por especialistas em saúde pública.

²¹³ NAKAMURA, Pedro; SCHURING, Sofia; ALMEIDA, Rodolfo. Ignite usa influencers de forma irregular para lançar vodka e empurrar vape. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRf5>. Acesso em: 29 maio 2025.



Philip Morris com espaços na Expoagro em 2024. Foto: Divulgação/AI PMB

A ACT Promoção da Saúde formalizou denúncia à Anvisa, alegando publicidade irregular e promoção de um produto proibido no país. Em resposta à agência reguladora, a PMB alegou tratar-se de um “espaço de pesquisa” e não de comercialização ou promoção comercial, uma justificativa que levanta dúvidas sobre o uso de brechas regulatórias para normalizar o dispositivo no imaginário dos consumidores.

Após a repercussão negativa e a denúncia, a matéria publicada no site da Afubra foi retirada do ar, o que reforça o caráter sensível e possivelmente irregular da ação²¹⁴.

9. Soraya Thronicke e viagens internacionais custeadas pela indústria

Em maio de 2024, a senadora Soraya Thronicke participou de uma viagem à Bolonha, na Itália, para visitar as instalações da Philip Morris International, onde são produzidos dispositivos eletrônicos para fumar. A visita foi custeada pela própria indústria e contou com a presença de outros parlamentares. Na ocasião, a senadora reforçou seu posicionamento de que os vapes são menos prejudiciais do que os cigarros tradicionais, o que evidencia seu alinhamento com o discurso da indústria fumageira.

²¹⁴ GAZ. Sustentabilidade e inovação são os destaques da Philip Morris Brasil. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRf8>. Acesso em: 29 maio 2025.

A senadora é autora de projeto de lei que contraria a resolução da Anvisa. Seu projeto propõe a permissão de venda dos DEFs, incluindo na internet e com aromas e sabores²¹⁵.

9. O governo aceita a assistência/ofertas de assistência da indústria tabaqueira em matéria de aplicação da lei, como a realização de rusgas contra o contrabando de tabaco ou a aplicação de políticas antitabaco ou de proibição de venda a menores. (incluindo contribuições monetárias para estas actividades) (Ref 4.3)				3		
--	--	--	--	---	--	--

I. Parceria da Philip Morris Brasil e universidade resulta em pesquisa a favor da narrativa da indústria sobre o mercado ilegal de DEFs

Em setembro de 2024, uma pesquisa financiada pela Philip Morris Brasil e realizada por pesquisadores da Universidade de São Paulo, instituição pública federal, estimou que o Brasil poderia perder R\$7,7 bilhões em arrecadação de impostos estaduais e federais em 2025 devido ao comércio ilegal de DEFs. O estudo foi apresentado no workshop “Fronteiras do Crime: O Desafio do Crime Organizado em setores altamente regulados no Brasil”, promovido pela Escola de Segurança Multidimensional do Instituto de Relações Internacionais da USP.

A pesquisa deriva da parceria da indústria no curso Mercados Ilícitos e Crime Organizado nas Américas - online e gratuito - que reúne especialistas em segurança pública para oferecer um panorama sobre o avanço das redes criminosas que operam nas cadeias logísticas de bens e serviços ilícitos. O curso tem parceria com o Ministério da Justiça e é financiado pela Philip Morris International, como parte do PMI Impact. A iniciativa é apresentada como uma contribuição técnica ao combate ao crime organizado, mas levanta sérias preocupações sobre a influência da indústria do tabaco em instituições públicas de ensino e pesquisa, especialmente ao disseminar dados que sustentam interesses comerciais e políticos do setor.

A imprensa repercutiu de forma ampla os dados nacionais e depois repercutiram os resultados com foco em perdas de arrecadação estadual: R\$1,6 bilhão em São Paulo, R\$532,7 milhões na Bahia, R\$343,7 milhões no Rio Grande do Sul e R\$104 milhões em Mato Grosso do Sul. O professor Leandro Piquet, coordenador da Escola de Segurança Multidimensional do Instituto de Relações Internacionais da USP, concedeu entrevistas amplamente divulgadas, reforçando o discurso de que a regulamentação atual favorece o

²¹⁵ LICHOTTI, Camille. Uma senadora nas asas do vape. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRgh>. Acesso em: 29 maio 2025.

crescimento do mercado ilegal de DEFs — argumento recorrente da indústria para flexibilizar as normas de comercialização desses produtos^{216 217 218 219}.

Segundo o próprio relatório ESG da Philip Morris Brasil, a parceria também deu origem à criação da “Cátedra Oswaldo Aranha”, que pretende atrair pesquisadores internacionais, além de desenvolver uma biblioteca virtual sobre mercados ilícitos e um Atlas do Sistema de Justiça Criminal das Américas. A iniciativa, embora envolva produção de conhecimento, pode ser interpretada como mais uma estratégia de legitimação institucional da narrativa corporativa da indústria do tabaco.

ACT Promoção da Saúde recebeu via Lei de Acesso à Informação a versão preliminar da pesquisa que tem previsão para ser divulgada na íntegra em julho de 2025.

2. Após pressão, Anvisa cancela viagem a BAT de Londres

A Anvisa anunciou que visitaria a BAT em Londres entre 28 e 31 de janeiro de 2025. O objetivo da viagem não foi informado à imprensa. No entanto, após grande repercussão negativa na mídia e forte pressão das entidades de saúde, a agência decidiu cancelar a viagem. A decisão veio após servidores associarem a iniciativa a uma possível reabertura da discussão sobre a autorização de cigarros eletrônicos no Brasil²²⁰.

Na imprensa, a Anvisa reafirmou que as DEFs continuam proibidas no país e que não haveria nenhum fato novo que justificasse a reabertura do debate. Antes do cancelamento, a BAT havia defendido, por meio de nota, que um dos objetivos da visita era permitir que diretores conhecessem, “de forma técnica e aprofundada a atuação em conformidade com as normas internacionais, além de iniciativas e investimentos em Ciência e Tecnologia”. A empresa destacou ainda que a visita fazia parte de um processo legítimo e transparente²²¹.

A ACT Promoção da Saúde enviou uma carta à Anvisa solicitando o cancelamento e denunciando a interferência da indústria do tabaco nas discussões sobre DEFs no Congresso.

²¹⁶ GOMES, Donaldson. Bahia perde R\$ 532,7 milhões com comércio ilegal de cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRgr>. Acesso em: 29 maio 2025.

²¹⁷ GODOY, Marcelo. SP tem perda de R\$ 1,6 bilhão em impostos com contrabando de cigarro eletrônico, diz pesquisa da USP. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRgy>. Acesso em: 29 maio 2025.

²¹⁸ USP. Curso de mercados ilícitos e crime organizado nas américas. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRgL>. Acesso em: 29 maio 2025.

²¹⁹ SAID, Tabita. Negócios ilícitos dão nova forma ao crime organizado na economia da América Latina. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRgV>. Acesso em: 29 maio 2025.

²²⁰ FORMENTI, Lígia. Sob pressão por cigarro eletrônico, diretores da Anvisa visitam gigante do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRg6>. Acesso em: 29 maio 2025.

²²¹ FORMENTI, Lígia. Cigarros eletrônicos: Anvisa cancela viagem para visitar gigante do tabaco. In: OBServatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRhq>. Acesso em: 29 maio 2025.

E, posteriormente, em reunião com representantes da Agência, a viagem seria para conhecer o programa antitabagismo²²².

3. Grupo FSB presta serviços ao Ministério da Saúde e indústria do tabaco

ACT Promoção da Saúde denunciou à Conicq que o Grupo FSB, responsável pela comunicação digital do Ministério da Saúde desde março de 2023, também presta serviços para a indústria do tabaco no Brasil, atendendo empresas como BAT-Brasil e PMB. A BAT é cliente da FSB desde 2013, contando com assessoria de imprensa e apoio a conteúdos patrocinados, enquanto a agência Bússola, do mesmo grupo, ajudou a influenciar a pauta dos cigarros eletrônicos na mídia. Além disso, a agência Giusti, também parte do grupo, assessora o PMB, incluindo a divulgação de seu patrocínio à Parada LGBT 2024. O envolvimento da FSB com o setor do tabaco levanta questionamentos sobre possíveis conflitos de interesse, especialmente considerando seu contrato com o Ministério da Saúde. A Secretaria-Executiva da Conicq encaminhou a denúncia ao Ministério da Saúde em 2024 e solicitamos informações para pasta sobre o encaminhamento.

Em resposta, o Ministério da Saúde afirmou que a coordenação de sua comunicação institucional é realizada por servidores públicos de carreira e ocupantes de cargos comissionados. E a empresa FSB Comunicação e Planejamento Estratégico atua como prestadora de serviços por meio de contrato firmado via processo licitatório. Esse contrato prevê cláusulas específicas de confidencialidade e conformidade com a legislação vigente.

Além disso, segundo a pasta, a empresa assinou um Termo de Compromisso que assegura o sigilo das informações às quais tiver acesso durante a execução do contrato. Tal compromisso foi também estendido aos profissionais vinculados à empresa, que assumem responsabilidade por preservar a confidencialidade dos dados e informações sensíveis, assegurando assim um mecanismo formal de proteção e controle de acesso às informações institucionais do Ministério²²³.

²²² ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Nota pública sobre a visita cancelada da Anvisa à BAT em Londres. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRho>. Acesso em: 29 maio 2025.

²²³ NAKAMURA, Pedro; SPAGNUOLO, Sérgio. Grupo FSB faz lobby do vape e também sugere ações antifumo para ministério. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRhq>. Acesso em: 29 maio 2025.

10. O governo aceita, apoia, endossa ou celebra parcerias ou acordos não vinculativos com a indústria do tabaco ou qualquer entidade que trabalhe para promover os seus interesses. (Ref 3.1)				3		
--	--	--	--	----------	--	--

NOTA: Não deve envolver RSC, atividade de aplicação ou desenvolvimento de políticas de controle do tabaco, uma vez que estes aspectos já foram abordados nas perguntas anteriores.

1. SindiTabaco firma parceria com Embrapa para cuidado do solo de cultivo de tabaco

O SindiTabaco firmou uma parceria com a Embrapa, empresa pública vinculada ao MAPA para realizar pesquisas sobre conservação do solo em propriedades dedicadas ao cultivo de tabaco. A iniciativa abrange 33 unidades rurais e reforça a atuação da indústria na agenda ambiental.



Embrapa e SindiTabaco firmam parceria. Foto: Divulgação²²⁴.

2. JTI firma parceria com Senar para empoderar mulheres no campo

A JTI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), órgão que oferece formação profissional, promoção social e assistência técnica e gerencial para o setor rural, firmaram uma parceria para promover o desenvolvimento profissional de mulheres no campo através

²²⁴ GAZ. Sinditabaco e Embrapa assinam parceria para cuidar do solo das propriedades de tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRhw>. Acesso em: 29 maio 2025.

do Programa “Mulheres em Campo”. A iniciativa, que tem como objetivo aprimorar as competências de empreendedorismo e gestão²²⁵.

3. Parceria JTI com o BNDES

A JTI apoia, desde 2018, o projeto Conexão Araucária, realizado em parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e o BNDES. A iniciativa de restaurar a Mata Atlântica no Paraná²²⁶.

INDICADOR 5 - Transparência - 8 pontos

II. O governo não divulga publicamente reuniões/interações com a indústria do tabaco nos casos em que essas interações são estritamente necessárias para a regulamentação. (Ref 2.2)						5
---	--	--	--	--	--	----------

I. Pelo menos 27 reuniões entre indústria do tabaco e agentes do governo federal (5)

A transparência sobre as interações entre o governo brasileiro e a indústria do tabaco segue sendo um grande desafio. Monitoramento realizado pela ACT Promoção da Saúde identificou ao menos 27 reuniões realizadas entre 2023 e 2024 entre representantes do governo e aliados ou empresas do setor do tabaco, sendo o Ministério da Fazenda o órgão com o maior número de encontros (16 no total).

- Levantamento realizado pela ACT Promoção da Saúde de reuniões realizadas entre agentes de governo e setor produtivo do tabaco/cigarros acontecidas em 2023 e 2024²²⁷.

No entanto, essas reuniões não são divulgadas de forma adequada ou acessível ao público, contrariando os princípios de transparência exigidos especialmente quando se trata de um setor regulado por normas internacionais como a CQCT. Em muitos casos, as agendas públicas são genéricas ou omitem a pauta real dos encontros, com descrições vagas como “assuntos de interesse da associação”. As pautas mais frequentes, segundo informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, envolvem temas como mercado ilegal de cigarros, carga tributária e preço mínimo.

Um exemplo importante foi uma reunião entre a Receita Federal e a Anvisa sobre DEFs, inicialmente registrada de forma incorreta, sendo corrigida após solicitação do então diretor

²²⁵ GAZ. JTI e Senar firmam parceria para empoderar mulheres no campo. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRhB>. Acesso em: 29 maio 2025.

²²⁶ JORNAL TRADIÇÃO. JTI é pioneira em iniciativa de saúde e bem-estar voltada aos produtores integrados. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRhJ>. Acesso em: 29 maio 2025.

²²⁷ ACT Promoção da Saúde. Levantamento realizado pela ACT Promoção da Saúde de reuniões realizadas entre agentes de governo e setor produtivo do tabaco/cigarros acontecidas em 2023 e 2024. 2025. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/levantamento-realizado-pela-act-promocao-da-saude-de-reunioes-realizadas-entre-agentes-de-governo-e>.

da Anvisa, Antônio Barra Torres, para explicitar que se tratava de cigarros eletrônicos. A falta de transparência em algumas dessas reuniões levanta questionamentos, mas, até o momento, não há evidências suficientes para caracterizar uma violação direta das normas de conduta ou do artigo 5.3 da CQCT²²⁸.

Reuniões entre representantes da Receita Federal e a indústria do tabaco sobre temas como tributação de cigarros, reajuste do preço mínimo do maço, combate ao contrabando e irregularidades fiscais têm ocorrido sem registro de atas ou divulgação do conteúdo discutido.

Após a reportagem do Joio e o Trigo sobre a falta de transparência nas reuniões entre indústria do tabaco e Receita Federal que têm ocorrido sem registro de atas ou divulgação do conteúdo discutido, o órgão afirmou que pretende editar uma “norma de execução interna a fim de estabelecer medidas para ampliar a transparência nas interações entre o fisco e contribuintes”²²⁹.

As empresas têm atuado por meio de entidades como Abifumo e Sindifumo para acessar o ministérios. Os executivos das empresas entram em reuniões como representante das associações do setor. Ainda que algumas reuniões tenham sido identificadas, a maioria dos pedidos de acesso a informações relacionados a essas interações não foi atendida — sob a justificativa de que não houve registro de ata, gravação ou documento formal²³⁰.

Essa falta de transparência fragiliza o controle social e compromete o compromisso do Brasil com a proteção das políticas públicas de saúde frente aos interesses da indústria do tabaco. Além disso, eles assinam artigos na imprensa ou participam de audiências públicas como associação que representam o setor ocultando os cargos nas empresas de tabaco e ganham força com a opinião pública^{231 232}.

2. Receita Federal não dá transparência a reuniões sobre impostos com indústria do cigarro

A falta de transparência nas interações entre a Receita Federal e a indústria do tabaco levanta sérias preocupações sobre o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil

²²⁸ LICHOTTI, Camille. “Talvez a gente possa colaborar”. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRhU>. Acesso em: 29 maio 2025.

²²⁹ NAKAMURA, Pedro. Receita Federal não dá transparência a reuniões sobre impostos com indústria do cigarro e viola acordo global antitabagista. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRh9>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³⁰ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Reunião Rodrigo Moraes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/OJF7>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³¹ ANHEZINI JUNIOR, Lauro. Quem responde pelo descontrole dos vapes? In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRin>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³² CASTRO, Augusto. Especialistas apresentam prós e contras da regulação de cigarros eletrônicos. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRi>. Acesso em: 29 maio 2025.

na CQCT. De acordo com reportagem do Joio e o Trigo, ao menos cinco reuniões ocorreram entre representantes da Receita Federal e grandes empresas do setor, como BAT, Philip Morris e JTI, entre junho e setembro de 2024, sem qualquer registro público formal, como atas ou gravações, o que viola os princípios de transparência e proteção das políticas públicas de saúde frente aos interesses comerciais da indústria. Nessas reuniões, foram discutidos temas como tributação, reajuste de preços e combate ao contrabando, com forte pressão da indústria para frear aumentos tributários e questionar a proibição dos cigarros eletrônicos.

Embora a Receita tenha implementado medidas importantes, como o aumento da carga tributária sobre cigarros (pela primeira vez em oito anos) e novas ações de combate ao contrabando, o fato de manter diálogos sem a transparência devida com o setor tabagista compromete a credibilidade dessas ações e sugere o potencial de influência da indústria sobre decisões governamentais. A tentativa de influenciar a Anvisa para reverter a proibição dos vapes, usando a narrativa de que a restrição alimenta o crime organizado, reforça o padrão de atuação articulada e persistente das empresas.

Um dado importante a respeito da transparência das agendas do governo com o setor surgiu na reunião entre Barra Torres e Barreirinhas. Ao perceber que Barreirinhas persistia no assunto, o presidente da Anvisa manifestou um incômodo: segundo ele, a reunião havia sido solicitada pela Receita para tratar de cigarros, apenas. “O tema que veio para nós foi cigarro [*de tabaco*], não cigarro eletrônico”, disse Barra Torres. “Inclusive pessoas que poderiam estar aqui não estão porque cigarro é uma coisa e cigarro eletrônico é outra”. Em resposta, Barreirinhas disse ter pedido “especificamente” que o tema fosse cigarro eletrônico. O presidente da Anvisa, então, solicitou que seus assessores corrigissem o tema da reunião para dar mais transparência à agenda pública dos servidores presentes. “Isso [*registrar reunião com um assunto e tratar de outro*] dá problema até com a LAI [*Lei de Acesso à Informação*]”, explicou Barra Torres. “Dá a impressão que a gente está escondendo alguma coisa”.

No entanto, essa justificativa levanta preocupações quanto à transparência e à conformidade com a Lei de Acesso à Informação. A falta de registros impede a sociedade de avaliar adequadamente as influências e decisões que podem afetar políticas públicas de saúde e tributação.

Após repercussão da reportagem do Joio e o Trigo, a Receita Federal prometeu criar um documento para dar transparência às interações com os setores regulados, mas até a finalização deste relatório, não tivemos acesso²³³.

²³³ NAKAMURA, Pedro. Receita Federal não dá transparência a reuniões sobre impostos com indústria do cigarro e viola acordo global antitabagista. In: Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRio>. Acesso em: 29 maio 2025.

3. Executivos da Philip Morris Brasil e BAT Brasil se reúnem com Ministro da Agricultura

Pelo menos dez representantes da indústria do tabaco se reuniram com o Ministro Fávoro no dia 19 de setembro de 2024, na lista consta Servalic Branko, presidente da Philip Morris e Victor Loria presidente BAT América do Sul. Outros nomes estiveram presentes como os principais executivos que têm feito lobby nos ministérios: Eduardo Calderari diretor de Assuntos Externos da Abifumo e lobista PMB, Rafael Bastos e Cleber Silveira (PMB), Rodrigo Moraes representando vice-Presidente de Relações Institucionais da América do Sul, Ricardo Guia, da BAT, Edimilson Alves, gerente Executivo da Abifumo, e como conselheiros da Abifumo Marcelo Joaquim Deblet e Nicole Tranjan. A agenda foi sobre demandas do setor de tabaco.

Em nota no site, informa que durante a reunião, o ministro reiterou o papel do MAPA nas cadeias produtivas presentes no Brasil. “Temos o dever de apoiar as cadeias produtivas e todos os produtores rurais brasileiros que fazem da plantação sua fonte de renda. O setor do tabaco no Brasil gera empregos, sustento para as famílias das regiões produtoras e movimentam a economia brasileira”, destacou Fávoro.



A ACT Promoção da Saúde fez o pedido de Lei de Acesso a Informação solicitando a ata da reunião, porém a resposta foi insuficiente. A pasta afirmou que a pauta foi ‘Tratar das demandas do setor de tabaco’ informações que já constavam na agenda pública. O órgão informou que nas audiências/reuniões não são produzidas atas ou gravações, dificultando o esclarecimento do que o governo vem tratando com o setor.

Ministro Fávoro recebe executivos da Philip Morris, BAT Brasil e Abifumo^{234 235}

12. O governo exige regras para a divulgação ou registro de entidades da indústria do tabaco, organizações afiliadas e indivíduos que atuam em seu nome, incluindo lobbistas (Ref 5.3)				3		
---	--	--	--	----------	--	--

Atualmente, o governo brasileiro não exige regras específicas e efetivas para a divulgação ou o registro público de entidades da indústria do tabaco, organizações afiliadas ou lobistas.

A regulamentação do lobby é discutida no Brasil há 17 anos, porém nunca saiu do papel. A falta de transparência no lobby exercido no Congresso Nacional brasileiro tem sido alvo de

²³⁴ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Ministro Fávoro recebe representantes do setor do tabaco. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRiZ>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³⁵ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Tratar das demandas do setor de tabaco com os Representantes da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo). In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRiJb>. Acesso em: 29 maio 2025.

críticas por parte de especialistas e organizações da sociedade civil. A ausência de regulamentação clara permite que interesses privados influenciam decisões legislativas sem o devido escrutínio público. Por exemplo, o projeto de lei conhecido como "PL do Lobby", aprovado na Câmara dos Deputados em 2022, ainda está paralisado no Senado.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelecem que agentes públicos do Executivo devem tornar públicas suas agendas de compromissos, o que inclui encontros com representantes de quaisquer setores, inclusive a indústria do tabaco, porém ainda carecem de melhorias, pois apesar de registrarem as reuniões, não há detalhes sobre elas.

No Legislativo, parlamentares federais ou estaduais não têm obrigatoriedade de divulgar reuniões com grupos de interesse. Portanto, organizações de fachada, consultorias, escritórios de advocacia e frentes parlamentares podem agir como intermediários dos interesses da indústria fumageira, sem o rastreamento de sua influência, pois não há mecanismos de registro dessas interações²³⁶.

INDICADOR 6 - Conflito de interesses - 9 pontos

13. O governo não proíbe as contribuições da indústria do tabaco ou de qualquer entidade que trabalhe para promover os seus interesses em partidos políticos, candidatos ou campanhas, nem exige a divulgação completa dessas contribuições.						5
---	--	--	--	--	--	----------

Em 2015, a reforma eleitoral proibiu expressamente as doações de empresas privadas para campanhas políticas. Desde então, só podem contribuir com financiamento eleitoral pessoas físicas e os próprios partidos. Antes dessa mudança, era possível consultar, com transparência, quem eram os doadores de cada candidato — e a indústria do tabaco figurava entre as maiores financiadoras, atuando em todos os níveis do processo eleitoral. Hoje, embora não haja mais doações corporativas diretas, também não existe nenhum mecanismo específico que impeça a indústria do tabaco de influenciar as eleições por meio de doadores intermediários ou estruturas associativas, o que torna praticamente impossível monitorar sua participação e estimar o real alcance de sua influência política.

Apesar disso, pessoas físicas podem receber doações e há indícios de que candidatos nas eleições brasileiras receberam doações, principalmente políticos envolvidos na Amprotabaco para subsídio de campanhas eleitorais de políticos, especialmente do Sul do país, tenham recebido apoio financeiro de empresas do setor, mesmo após a proibição de doações corporativas, evidenciando a persistente influência da indústria do tabaco nas decisões políticas nacionais²³⁷.

²³⁶ WETERMAN, Daniel. Profissão lobista: empresas batem recorde nas contratações e setor de lobby fica mais jovem. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRj>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³⁷ LISBOA, Sílvia. Amprotabaco: a rede de prefeitos na defesa da indústria do fumo. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRjy>. Acesso em: 29 maio 2025.

14. Os altos funcionários governamentais reformados fazem parte da indústria tabaqueira (antigo Primeiro-Ministro, Ministro, Procurador-Geral)			2			
---	--	--	----------	--	--	--

1. Ex-diretor da BAT Brasil é indicado a vaga no Supremo Tribunal Justiça

O processo de indicação de um dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça surpreendeu por incluir dentre os seis nomes para a vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil um ex-diretor jurídico da British American Tobacco por mais de 20 anos, Márcio Fernandes. A indicação levantou preocupações sobre conflitos de interesse.

Dois ministros revelaram o desconforto com a possível indicação de Fernandes na lista tríplice que seria submetida ao presidente Lula. A ACT Promoção da Saúde publicou nota de repúdio, destacando o risco que sua nomeação representa para o compromisso do Brasil com o controle do tabaco. Seu currículo, segundo reportagens, inclui apenas uma graduação e contratos com empresas ligadas à BAT. O advogado não foi escolhido para Ministro do STJ

238 239

2. Ex-diretora da Anvisa continua prestando consultoria para BAT Brasil e defende liberação dos DEFs

Alessandra Bastos Soares, que dirigiu uma das Diretorias da Anvisa de 2017 a 2020, passou à iniciativa privada em 2021 e desde então presta consultoria à BAT Brasil, atuando diretamente na defesa dos DEFs em diversos fóruns públicos entre 2023 e 2024.

Em eventos patrocinados pela indústria, que são de grande repercussão por veículos de comunicação, como o seminário “Produtos alternativos de nicotina: os riscos da ausência de regras” organizado pelo Poder360 em parceria com a BAT Brasil em maio de 2025, Bastos defendeu a regulamentação dos vapes como alternativa à proibição, afirmando ser esta a melhor saída para evitar uma “crise sanitária sem precedentes”. Sua participação também se estende a lives e debates promovidos pela mídia tradicional, onde seus argumentos pró-vape alcançam grande repercussão em veículos de imprensa e redes sociais, reforçando a voz da indústria em temas regulatórios²⁴⁰.

3. Prefeito e vice de Guaramiranga favorecem setor

Uma reportagem do Joio e o Trigo revela que, ainda que de forma indireta, há favorecimento de serviços públicos a atores com vínculos diretos à cadeia do tabaco — seja como produtores de folhas ou como atravessadores do produto.

²³⁸ AMADO, Guilherme. Antitabagistas repudiam indicação de ex-diretor da Souza Cruz para o STJ. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRjF>. Acesso em: 29 maio 2025.

²³⁹ ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. O lobby do tabaco quer usar a OAB para colocar um ministro no STJ. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRjJ>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁴⁰ FERRARI, Hamilton. Uso de vapes desconhecidos está “liberado”, diz ex-diretora da Anvisa. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRjR>. Acesso em: 29 maio 2025.

A história de Marcelo Leite, prefeito, e Igor Pontarolo (PSD), vice-prefeito de Guamiranga (PR), mostra que há décadas a família de ambos está envolvida tanto na política municipal quanto na atividade de compra e venda de folhas de tabaco. Essa sobreposição de interesses cria um ambiente propício para que decisões da prefeitura beneficiem seu próprio negócio e o de aliados.

A matéria destaca contratos celebrados pela prefeitura com empresas de familiares e parceiros de Pontarolo, muitos deles ligados ao comércio de tabaco. Embora formalmente regular, a compra do tabaco por servidores que também são os principais compradores de tabaco em Guamiranga configura um conflito de interesses que não chega a ser investigado pelas instâncias de controle interno do município — o que reforça a suspeita de favorecimento sistemático.

Ao priorizar o fortalecimento da cadeia do tabaco via compras e contratos, a gestão municipal acaba enviando um sinal institucional de apoio à produção de um produto com graves danos à saúde. Essa dinâmica contribui para perpetuar o “círculo virtuoso” do tabaco na economia local, em detrimento de políticas de diversificação agrícola ou de fortalecimento de setores não ligados ao fumo²⁴¹.

15. Os atuais funcionários públicos e familiares ocupam cargos no setor do tabaco, incluindo cargos de consultoria. (Ref 4.5, 4.8, 4.10)			2			
---	--	--	----------	--	--	--

Secretário especial da Reforma Tributária e o Centro de Cidadania Fiscal

A reportagem do *Joio e o Trigo* revelou que empresas de tabaco e de produtos ultraprocessados estão entre os parceiros do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), fundado por Bernard Appy, atual secretário especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Entre os financiadores da entidade está a BAT Brasil, empresa com interesse direto no debate sobre o imposto seletivo²⁴².

Appy não faz parte formalmente da equipa da CCiF, conforme indicado no site da instituição. A CCiF apresenta-se como um grupo independente focado na simplificação do sistema fiscal. Embora não exista atualmente qualquer conflito de interesses, o trabalho anterior do secretário na CCiF deve ser mencionado.

²⁴¹ PIRES, José; SILVA, Diogo. Um “picareta” na prefeitura. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRjW>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁴² FUHRMANN, Leonardo. Corporação do Tabaco financia entidade criada por secretário da Reforma Tributária. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRj4>. Acesso em: 29 maio 2025.

INDICADOR 7 - Medidas preventivas - 10 pontos

16. O governo estabeleceu um procedimento para divulgar os registos da interação (tais como a ordem de trabalhos, os participantes, as actas e os resultados) com a indústria do tabaco e os seus representantes. (Ref 5.1)			2			
--	--	--	----------	--	--	--

Sim, mas somente em parte.

Como indicado na Questão 11, embora os encontros dos membros do governo geralmente sejam públicos, as atas desses encontros não costumam ser divulgadas e esse procedimento não é exclusivo para as interações com a indústria do tabaco. Caso necessário, é possível solicitar cópia das atas por meio da Lei de Acesso à Informação, porém a informação é concedida apenas na minoria dos casos, se limitando a apenas responder o tema da reunião, sem detalhes dos encontros.

17. O governo formulou, adotou ou implementou um código de conduta para os funcionários públicos, que prescreve as normas que estes devem respeitar nas suas relações com a indústria do tabaco. <i>Sim - para todo o código governamental; Sim, mas parcial se apenas o Ministério da Saúde (Ref 4.2)</i>		1				
---	--	----------	--	--	--	--

Apesar de os servidores do Poder Executivo Federal estarem obrigados a observar normas éticas gerais — como o Código de Conduta da Alta Administração Federal instituído pelo Decreto N° 10.889/2021 e de existirem dispositivos específicos para disciplinar as audiências entre agentes públicos e particulares, esses regramentos não fazem menção explícita à interação com a indústria do tabaco²⁴³.

A Portaria n° 713, de 17 de abril de 2012, do Ministério da Saúde, estabelece as Diretrizes Éticas aplicáveis aos membros da Conicq. Entre os princípios destacados, está o da transparência, que exige que as interações entre os integrantes da CONICQ e a indústria do tabaco ou seus representantes sejam conduzidas de forma aberta e responsável. Esse protocolo está em fase de atualização. A minuta deste protocolo — já submetida à avaliação da Advocacia-Geral da União e apreciada pelos membros da Conicq — deverá ser divulgada em breve, trazendo regras mais claras para o agendamento, registro de participantes e publicação de atas dessas reuniões²⁴⁴.

Outra frente é um mecanismo da Conicq para que não ocorram debriefings como foi registrado nas últimas COPs.

²⁴³ BRASIL. Decreto n° 10.889 de 09 de dezembro de 2021. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRki>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁴⁴ CONICQ. PORTARIA N° 713, DE 17 DE ABRIL DE 2012. In: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRko>. Acesso em: 29 maio 2025.

18. O governo exige que a indústria do tabaco apresente periodicamente informações sobre a produção, o fabrico, a quota de mercado, as despesas de marketing, as receitas e qualquer outra atividade do tabaco, incluindo lobbying, filantropia, contribuições políticas e todas as outras atividades de Publicidade, Propaganda e Patrocínio, como a RSC ou a REP (COPI0), bem como sobre as entidades da indústria do tabaco, as organizações afiliadas e os indivíduos que actuam em seu nome, e os grupos financiados pela indústria do tabaco e as suas actividades de investigação e marketing			2			
---	--	--	----------	--	--	--

Sim, porém apenas em parte.

Dados como produção, fabricação, receita e participação de mercado podem ser consultados nos portais do governo, mas os valores de investimento em marketing, separados por produtos e outras ações permanecem inacessíveis ao público.

19. O governo tem um programa/sistema/plano para sensibilizar de forma consistente os seus departamentos para as políticas relacionadas com as Diretrizes do Artigo 5.3 da CQCT. (Ref 1.1, 1.2)			3			
--	--	--	----------	--	--	--

A Conicq é parcialmente responsável pela sensibilização sobre as Diretrizes do Artigo 5.3 na medida em que “tem por objetivo formular e atualizar as estratégias, os planos e os programas nacionais, multissetoriais e integrais de controle do tabaco, em conformidade com o disposto na Convenção-Quadro” e seus protocolos. No entanto, desde a recondução da Conicq em agosto de 2023, não foi apresentado um programa/sistema/plano para sensibilizar de forma consistente o governo para as políticas relacionadas com as Diretrizes do Artigo 5.3 da CQCT.

20. O governo adotou uma política que proíbe a aceitação de todas as formas de contribuições/prendas da indústria tabaqueira (monetárias ou outras), incluindo ofertas de assistência, projectos de políticas ou convites para visitas de estudo dados ou oferecidos ao governo, às suas agências, funcionários e respectivos familiares. (Ref 3.4)			2			
--	--	--	----------	--	--	--

Os servidores do Poder Executivo federal estão sujeitos a normas de conduta que visam garantir a integridade e a transparência nas relações com particulares. O Decreto 10.889/2021, disciplina as audiências concedidas a particulares por agentes públicos, exigindo formalização de pedidos, acompanhamento por outro servidor, sempre que possível, e registro e publicação, por meio de sistema próprio.

Além disso, o Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelece diretrizes éticas para as autoridades públicas federais.

No entanto, nenhuma dessas normativas contém proibição específica à aceitação de doações, brindes, ofertas de assistência, projetos de políticas ou convites para visitas de estudo provenientes da indústria tabaqueira. Assim, embora existam marcos regulatórios que visam à ética e à transparência, permanece uma lacuna quanto à vedação explícita de contribuições ou vantagens oferecidas por esse setor a agentes públicos ou seus familiares

TOTAL	65
--------------	-----------

PERGUNTAS ADICIONAIS

Com base nas decisões COP9 e COP10 que destacam do n.º 3 do artigo 5.

a. O Governo adotou ou aplicou sanções obrigatórias para a indústria do tabaco no caso de esta fornecer informações falsas ou enganosas (Ref 5.4).

O Brasil não possui legislação específica que penalize a indústria do tabaco por fornecer informações falsas ao governo. Embora existam iniciativas legislativas, como o Projeto de Lei 2.051/24, que visa criminalizar a disseminação de fake news sobre temas de interesse público relevante, incluindo saúde e meio ambiente, tais medidas não são direcionadas especificamente à indústria do tabaco. Além disso, o governo lançou a campanha "Brasil contra Fake" para combater a desinformação, mas essa iniciativa também não é específica para o setor tabagista²⁴⁵.

b. O Governo adotou e aplicou medidas para garantir o acesso do público às informações sobre as tecnologias de informação (Ref 5.5).

A Lei de Acesso à Informação garante o direito dos cidadãos de solicitar e obter informações de órgãos públicos. No entanto, na prática, os ministérios raramente divulgam documentos compartilhados pela indústria do tabaco de forma proativa. O acesso a esses documentos depende de solicitações específicas, e mesmo assim, as respostas podem ser limitadas ou negadas, dificultando a transparência e o monitoramento das interações entre o governo e a indústria do tabaco.

²⁴⁵ SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Governo Federal lança campanha Brasil contra Fake e reforça luta contra a desinformação. In: Observatório Sobre as Estratégias da indústria do tabaco, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mRkv>. Acesso em: 29 maio 2025.

ANEXO: FONTES DE INFORMAÇÃO

I. EMPRESAS DE TABACO LOCAIS

As 5 principais empresas de tabaco locais	Quota de mercado e marcas	Fonte
SOUZA CRUZ [BAT Brasil]	71.4% 87 marcas registradas: ROTHMANS, LUCKY STRIKE, KENT, DUNHILL	Anvisa: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/as-suntos/tabaco/consulta-a-registro/arquivos/marcas-de-cigarros_2024_09_02_isa.pdf Lista atualizada em 22 de abril de 2025 Dados de quota de mercado Euromonitor 2023 Cigarettes_in_Brazil_Analysis
PHILIP MORRIS BRASIL	22.3% 46 marcas registradas: MARLBORO, L&M, CHESTERFIELD	
JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL	5.8% 34 marcas registradas: WINSTON, DJARUM BLACK, CAMEL, LA	

II. GRUPOS DE FACHADA DO TABACO

Os 5 principais representantes da indústria do tabaco	Tipo (Grupo da frente/ Filial/ Individual)	Fonte
Sindicato Interestadual da das Indústrias de Tabaco (SindiTabaco)	Afilado	http://www.sinditabaco.com.br/
Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra)	Aliado	https://afubra.com.br/
Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo)	Afilado	https://abifumo.org.br/
Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco)	Associação	amprotabaco.com.br
Fórum Nacional de Combate à Pirataria e Ilegalidade (FNCP)	Grupo financiado	http://www.fncp.org.br/

III. Fontes de notícias

Os 5 principais jornais/diários*	Tipo (impresso/em linha)	link
Poder 360	Online	https://www.poder360.com.br/
Joio e o Trigo	Online	https://ojoioeotrigo.com.br/
Olá Jornal	Online	https://olajornal.com.br/
Folha do Mate	Online	https://folhadomate.com/
Gazeta do Sul	Online	https://www.gaz.com.br/

